

Hélio Fernando Lôbo Nogueira Da Gama
(Organizador)

**I SEMINÁRIO
“PROGRAMA DE QUALIDADE
AMBIENTAL –
ISO 14.000 DO DISTRITO
FEDERAL”**



2021

Hélio Fernando Lôbo Nogueira Da Gama
(Organizador)

**I SEMINÁRIO
“PROGRAMA DE QUALIDADE
AMBIENTAL –
ISO 14.000 DO DISTRITO
FEDERAL”**



2021

2021 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar pelos autores.

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Hélio Fernando Lôbo Nogueira Da Gama

Todo o conteúdo dos artigos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



2021

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S471a Seminário “Programa de Qualidade Ambiental” (1 : 1987 : Brasília)
I Seminário “Programa de Qualidade Ambiental – ISO 14.000
do Distrito Federal” / I Seminário “Programa de Qualidade
Ambiental”; organizador Hélio Fernando Lôbo Nogueira Da Gama.
– Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-89340-34-8
DOI 10.47402/ed.ep.b20213390348

1. Qualidade ambiental – Brasil – Congressos. 2. Engenharia
ambiental – Brasil - Congressos. I. Gama, Hélio Fernando Lôbo
Nogueira da. II. Título.

CDD 363.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro – RJ – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2021

*Ao meu neto,
Gabriel Meira Nogueira da Gama.*

APRESENTAÇÃO

A decisão de dedicar-me agora a organizar os registros de um Seminário realizado há cerca de vinte e três anos, 1987, o I SEMINÁRIO “PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL – ISO 14.000 DO DISTRITO FEDERAL”, por mim Coordenado, deu-se por diversos fatores.

O primeiro, do ponto de vista pragmático, foi que na passagem da gestão do Governo do Distrito Federal, em fins de 1988/início de 1989, os registros das gravações se perderam, haja vista que houve uma quebra de concepção política-administrativa e o Programa de Qualidade Ambiental do Distrito Federal, mesmo que institucionalizado pelo Decreto n.º 18.687 de 09/10/1997, foi esquecido.

Ocupei vários cargos de governo na SEMATEC e no IEMA no período de 1995/1998, tanto que, ao final da gestão, fui oficialmente designado como Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia/Substituto. Assim, consegui resguardar documentos que, segundo o princípio da legalidade administrativa, devem ser publicitados, o que confere ao meu esforço legalidade e legitimidade.

Entretanto, por fatores aleatórios e intempestivos, os registros do Seminário ficaram por décadas perdidos, assim como a versão final de minha dissertação de mestrado (1999) que fez uso de anotações do evento e que apenas agora está sendo publicada como livro (GAMA, H. F. L. N. da. **Ecocapitalismo e Sustentabilidade: Empresas no Brasil e ISO 14.001**. Collaborativa: Curitiba, 2020).

Uma dificuldade técnica, que busquei superar, na medida do máximo possível, refere-se à qualidade das transcrições das gravações das falas por parte, seja da empresa contratada como responsável com os recursos tecnológicos que se dispunha, à época; seja pelo não atendimento pleno, por parte de alguns atores que fizeram uso da palavra, de falar sempre rente ao microfone, pois foi enfatizado inúmeras vezes que as oralidades desprendidas seriam futuramente publicadas como integrante dos registros do evento. Por isto é relevante enfatizar que estes registros se referem não a textos, mas à falas, por isso a insistência na atenção nesse quesito. Infelizmente, algumas intervenções se perderam, total ou parcialmente, pois estavam inaudíveis, incompreensíveis.

Minha responsabilidade, como Coordenador do evento e Organizador destes registros, tornou-se, portanto, maior. A saída que encontrei, para que às preleções não ficassem distorcidas

e/ou mal interpretadas, foi fazer uso do recurso previsto nas normas técnicas da ABNT, de inserir colchetes [...] para indicar ao leitor onde não consta um trecho da narrativa original.

Assumo esse risco pelo segundo fator que me levou a organizar estes registros, mesmo com elipses. Apesar de sociólogo, senti-me exercendo como que o ofício de um historiador, que busca identificar, colher, sistematizar e organizar os dados resgatados, a partir do princípio ético de manutenção de sua integridade no contexto histórico investigado.

O “I Seminário do ‘Programa de Qualidade Ambiental – ISO 14.000 do Distrito Federal’” foi realizado nos turnos matutinos e vespertinos dos dias 19 e 29 de novembro de 1997, e aqui, nessa Apresentação, cabe-me uma breve contextualização do período ocorrido numa década, 1990, que se tornou paradigmática do ponto de vista, principalmente, geopolítico.

Em 1991 ocorreu a queda do muro de Berlim, e, em seguida, a derrocada do chamado socialismo real no leste europeu. Tais fatos assinalaram o fim da bipolaridade capitalismo *versus* comunismo ao nível mundial e o início de uma fase otimista sem precedentes, ao ponto de pensadores assinalarem o fim das ideologias e da própria histórica. O termo globalização surge neste contexto e vai se referir ao mundo como uma “aldeia global”. Novos temas, agora consensuais, são buscados para o seu equacionamento, e o mais importante deles vai ser uma reflexão sobre a relação economia/ecologia, a questão ambiental internacional.

Em 1992 ocorre a grande Conferência da ONU intitulada Rio+5, em que se estabelecem metas de preservação e aumento da qualidade de vida, detalhadas no Documento Agenda 21. Mais de cem países de todo o planeta o assinam e concordam em implementar uma nova ideia que surge para este fim, desenvolvimento sustentável. Todos os setores das sociedades são conclamados a reverem a sua postura para com o ecossistema, dentre eles o empresariado, até então o grande vilão.

A resposta deste segmento, ao nível transnacional, via a Organização Internacional para a Padronização, sediada em Genebra, Suíça, foi dar início a um amplo escopo de normas ambientais a serem seguidas no mercado liberalizado e reunidas em um novo conjunto, a série ISO 14.000.

A norma NBR ISO 14.001 foi homologada pelo INMETRO em outubro de 1996 e em fins de 1998 quarenta e oito empresas no Brasil já estavam com Sistema de Gestão Ambiental certificado como em conformidade com o prescrito normativo internacional. A realização do Seminário, portanto, deu-se num contexto efervescente, daí o cruzamento de discussões de caráter conceitual com aspectos técnicos.

Esta conjuntura explica o sucesso do Seminário, seja de público, ouvintes, seja pela convergência da temática que agregou representantes de diversos segmentos da sociedade. Conseguimos reunir representantes de órgãos de fiscalização ambiental local e nacional; do empresariado; de universidades; consultora nacional de gerenciamento ambiental; diretor do instituto normativo no Brasil; secretários de estado; empresas estatais; empresas privadas já certificadas; e técnicos ambientais. Apenas a título ilustrativo, as mais de 80 siglas citadas nesses registros constituem num indicativo da profundidade técnica e conceitual que se procurou abarcar.

Estes registros, mesmo publicado apenas agora, justifica-se por trazer o contexto e as questões ambientais da época. Quanto a estas, mesmo que hoje tenhamos mais de 5.000 empresas no Brasil certificadas com a ISO 14.001, a questão ecossistêmica se agrava local, regional, nacional e globalmente.

Estudo a questão da sustentabilidade há décadas, seja atuando como gestor, realizando pesquisas empíricas e a trabalhando teoricamente. Concluí que desenvolvimento sustentável não é um conceito acadêmico ou uma categoria analítica útil para a análise do real, dada a sua não generalização de evidências empíricas, e, sociologicamente, por envolver questões não meramente técnicas, mas, sobretudo (geo)políticas.

Ou seja, as estruturas de poder permeiam a questão, mas isto não é motivo para renunciarmos à ideia de desenvolvimento sustentável, mesmo a partir do viés ecocapitalista que envolve a série ISO 14.000. Dialeticamente, devemos pensar sustentabilidade como uma ideia-força, uma mensagem que agrega, que potencializa a realização da utopia para um outro paradigma civilizatório.

Caso contrário, como vaticina o historiador inglês Eric Hobsbawn, recentemente falecido, a opção é a escuridão.

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Ilhéus-BA, março de 2021

LISTA DE SIGLAS

ABC: Agência Brasileira de Cooperação – Itamaraty/MRE

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

APA: Área de Proteção Ambiental

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAESB: Companhia de Água e Esgoto de Brasília

CEASA: Central de Abastecimento

CEB: Companhia Energética de Brasília

CCQ: Círculo de Controle de Qualidade

CEME: Central de Medicamentos

CETEC: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CETREL: Central de Tratamento de Efluentes Líquidos

CDS: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CIQA: Comissão Interna de Qualidade Ambiental

CLIQAS: Comitês de Limpeza e Qualidade Ambiental Sustentável

CNA: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI: Confederação Nacional das Indústrias

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CRESOL: Cooperativa de Crédito Rural Solidário

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DER: Departamento de Estradas de Rodagens

EAN: *European Article Number*

EIMA: Estudo de Impacto ao Meio Ambiente

EMAS: Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPA: Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos

FAP/DF: Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal

FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEEMA: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FEMA: Fundo Estadual do Meio Ambiente

FIBRA: Federação das Indústrias de Brasília

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerai

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FMI: Fundo Mundial Internacional

FURNAS: Eletrobras Furnas

G-7: Grupo dos Sete

GANAP: Grupo de Apoio à Normalização Ambiental

GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GDF: Governo do Distrito Federal

GEP: Gestão de Empresas e Profissionais

IAF: *International Accreditation Forum*

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IEL: Instituto Evaldo Lodi

IEMA/DF: Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal

INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

ISO: Organização Internacional de Normalização

JICA: Agência Japonesa de Cooperação

MMA: Ministério do Meio Ambiente

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital

NPCT/UnB: Núcleo de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Universidade de Brasília

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONU: Organização das Nações Unidas

PATME: Programa de Apoio Tecnológico à Micro e Pequenas Empresas

PLS: Plano de Logística Sustentável

PMC: Prefeitura Municipal de Curitiba

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PDS: Plano de Desenvolvimento Social

PPA: Plano Plurianual

PPP: Programa de Pequenos Projetos

PQA-ISO 14.000: Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14000.

PROVE: Programa de Verticalização da Agricultura

PSQA: Programa do SENAI de Qualidade Ambiental

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

SABESP: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEBRAE/DF: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas / DF

SEMA: Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMA: Secretaria do Meio Ambiente de Curitiba

SEMATEC: Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia / GDF

SENAI/DF: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial / DF

SGA: Sistema de Gestão Ambiental

SIGA: Sociedade para o Incentivo e Apoio ao Gerenciamento Ambiental

SLU: Serviço de Limpeza Urbana

SINAMA: Sistema Nacional de Meio Ambiente

SUDEB: Superintendência da Defesa da Borracha

SUDEPE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

TERRACAP: Companhia Imobiliária de Brasília Companhia Imobiliária de Brasília

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

ABERTURA: Sessão Solene – Auditório da SEMATEC - 19/11/1997 – Matutino / 1

1ª Apresentação: Chico Floresta-Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal-SEMATE-GDF / 1

2ª Apresentação: Walfrido Ataíde-Diretor do Instituto Evaldo Lodi-IEL / 3

3ª Apresentação: James Milton Reeberg-Coordenador de Tecnologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal-SEBRAE-DF / 5

4ª Apresentação: Louis André Oliveri-Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal-SENAI-DF / 6

5ª Apresentação: Antônio Ramaiana Barros-Diretor-Geral do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA-GDF / 7

PAINEL I: Auditório da SEMATEC - 19/11/1997 – Matutino / 9

1ª Palestra: “Gerenciamento Verde e Desenvolvimento Sustentável”. Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Chefe de Gabinete do IEMA-GDF; Coordenador do Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14.000 do Distrito Federal-PQA-ISO 14.000 / 10

2ª Palestra: “Programa de Gestão Ambiental do SEBRAE”. Alexandrina Maria Gomes de Oliveira-SEBRAE / 19

3ª Palestra: “Atuação do SENAI/DF”. Louis André Oliveira-SENAI-DF / 23

MESA DE DEBATES / 24

1ª Debatedora: Professora Dr.^a Laura Duarte-Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Universidade de Brasília-NPCT-UnB; Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal-FAP-DF-GDF / 24

2º Debatedor: Professor Dr.º Márcio Oliveira-Universidade Federal do Paraná-/UFPR / 28

3º Debatedor: Professor Dr.º Othon Leonardos-Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília-CDS-UnB / 33

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES / 35

PAINEL II: Auditório da SEMATEC - 19/11/1997 – Vespertino / 48

Iº Bloco de Exposições / 48

1ª Palestra: Frederico Cabral-Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT / 48

2ª Palestra: João Luiz Homem de Carvalho-Secretário de Agricultura do Distrito Federal-GDF / 60

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES / 65

IIº Bloco de Exposições / 67

1ª Palestra: Célio Biavarti Filho-Diretor de Planejamento Econômico da Secretaria de Indústria e Comércio-GDF / 67

2ª Palestra: Sérgio Jatobá-Gerente do Projeto Prêmio de Qualidade Verde do PQA - ISO 14.000 e Técnico Ambiental-IEMA/GDF / 69

3ª Palestra: Maurício Dutra Garcia-Presidente da EMATER-GDF / 74

MESA DE DEBATES / 76

1º Debatedor: Antônio Gorgônio-Representante do SEBRAE-DF / 76

2º Debatedor: Sérgio Jatobá-Gerente do Projeto Prêmio de Qualidade Verde do PQA - ISO 14.000 e Técnico Ambiental-IEMA/GDF / 79

3º Debatedor: Frederico Cabral- Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT / 79

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES / 81

PAINEL III: Auditório da SEMATEC - 20/11/1997 – Matutino / 83

1ª Palestra: Witer Campos Lima-Gerente do Projeto Gerenciamento Ambiental do PQA - ISO 14.000 e Técnico Ambiental do IEMA-GDF / 83

2ª Palestra: Raimundo Rainero Xavier-Gerente do Projeto Comissão Interna de Qualidade Ambiental-CIQA do PQA - ISO 14.000-IEMA/GDF / 89

3ª Palestra: “A globalização e as normas ISO 14000” – Prof.^a Dr.^a Dália Maimon - Presidente da Sociedade para Incentivo e Apoio ao Gerenciamento Ambiental - SIGA / 90

MESA DE DEBATES / 96

1ª Debatedor: Arthur Oscar-Diretor Geral do Instituto de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal-ICT-GDF / 96

2ª Debatedor: Carlos Fernandes-Diretor da Companhia de Água e Esgoto de Brasília do Governo do Distrito Federal-CAESB-GDF / 102

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES / 106

PAINEL IV: Auditório da SEMATEC - 20/11/1997 – Vespertino / 120

1ª Palestra: Representante da Bahia Sul Celulose S. A. / 121

2ª Palestra: Representante da FIEMG-SENAI / 121

3ª Palestra: Representante da CETREL-BA /121

4ª Palestra: Reinaldo-Representante do IBAMA / 121

MESA DE DEBATES / 126

1º Debatedor: Representante do IEL / 126

2º Debatedor: Antônio Nobre-Diretor de Licenciamento e Fiscalização Ambiental-IEMA-GDF /
126

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES / 128

ENCERRAMENTO / 140

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA-ISO 14.000 do DF / 140

Antônio Ramaiana Barros-Diretor-Geral do IEMA-GDF / 144

ABERTURA

Sessão Solene – Auditório da SEMATEC - 19/11/1997 – Matutino

Cerimonial

Estamos aqui para a realização do Seminário “Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14.000 do Distrito Federal”.

Para compor a mesa convidamos o Sr. Walfrido Ataíde, Diretor do Instituto Evaldo Lodi - IEL, representando o Sr. Lourival Novaes Dantas, Presidente da FIBRA. O Sr. Jaime Milton Maimberg, Coordenador de Tecnologia do SEBRAE/DF, representando o Sr. Newton de Castro. O Sr. Louis André Oliveri, representante do SENAI/DF.

O Sr. Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro, Diretor Geral do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal - IEMA/GDF e o Sr. Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal – SEMATEC/GDF, Chico Floresta.

Para realizar a abertura do Seminário, convidamos o Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, o Sr. Chico Floresta.

1ª Apresentação: **Chico Floresta**- Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal-GDF.

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, agradeço a presença de todos os companheiros de mesa neste evento. Segundo dizer em rápidas palavras, nesta abertura, qual a nossa intenção para o “Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14000”, da SEMATEC.

Na verdade, estamos aqui abrindo uma janela para o futuro. Estamos aqui abrindo uma discussão na qual todo o Distrito Federal deve se envolver, porque o seu futuro depende de como nós nos comportamos neste debate. De como encararmos a questão da qualidade.

E, neste debate da questão da Qualidade, diversas tendências teóricas, diversas aproximações, diversas abordagens serão por nós discutidas.

Nós, da SEMATEC, temos alguns pressupostos que são importantes para o debate.

Em primeiro lugar, consideramos que a Questão da Qualidade não é propriedade de ideologias como o neoliberalismo. Queremos mostrar que uma política dos trabalhadores, um Governo dos trabalhadores, um Governo Democrático Popular, considera a questão da Qualidade

como fundamental para o futuro da humanidade. Não admitimos que ela seja pressuposta da chamada política neoliberal.

O que nós queremos e vamos demonstrar através da execução do nosso Programa de Qualidade Ambiental, é que os trabalhadores, muito antes de determinados setores chamados “ricos produtivos”, já encamparam a qualidade.

É esse o nosso objetivo. É dentro de uma conjuntura de globalização, uma conjuntura em que os países, em que os povos têm que se colocar com um projeto muito claro, muito definido e debatido por toda a sociedade.

Porque sem isso, sem esse debate, sem essa postura muito clara, os países, as fronteiras nacionais, entrarão num processo de deterioração. E se nós não tivermos uma posição definida, nós teremos uma situação dramática para o nosso povo.

A Qualidade Ambiental para nós tem esse viés ideológico, de debate político que deve ser aprofundado na sociedade. Quando colocamos em discussão a ISO 14.000 estamos querendo levantar essa ligação entre o princípio da qualidade com a questão ambiental.

Queremos, à partir do Distrito Federal, da execução dos nossos programas na área ambiental, colocar a questão da Qualidade como uma apropriação do conjunto da sociedade e não de uma parcela minoritária dessa sociedade. E fazer uma ligação com aquilo que é fundamental no próximo milênio e que vai ser fundamental no próximo milênio, que é exatamente essa visão holística. Essa visão mais ampla de como a sociedade deve se comportar, de como devemos assegurar a qualidade de vida do nosso planeta. Assegurar qualidade de vida significa questionar modelos, significa questionar sistemas, significa criar o novo. E estamos aqui abrindo uma janela para esse futuro. Estamos aqui abrindo uma janela de debates para essa construção do novo, do próximo milênio.

Em todos os nossos programas temos tido essa preocupação. Na Coleta Seletiva; no Gerenciamento de Águas; na maneira como estamos tratando o problema dos resíduos sólidos. Todos esses nossos programas - e também o de Unidades de Conservação - têm que passar a incorporar esse conceito de Qualidade, a incorporar uma visão estratégica de como a nossa cidade, como o Distrito Federal, deve se posicionar em nível de país, considerando o debate globalizado que nós enfrentamos hoje.

Estamos apostando que esse Seminário vai servir para o Distrito Federal, na medida em que traz pessoas importantes que estão levando esse debate pelo Brasil, para que nós possamos colocar a pedra fundamental do nosso projeto de construção da nossa sociedade num futuro próximo.

Quero agradecer a presença de todos, o apoio que nós tivemos de diversos órgãos do Governo, principalmente da FAP, que está aqui representada pela Professora Laura Duarte. Queremos agradecer o envolvimento de todos os funcionários, de todos os nossos servidores que propiciaram a organização deste evento em todos os seus detalhes e que daqui saia uma mensagem para o povo do Distrito Federal.

Nós vamos incorporar a Qualidade em nossas vidas, incorporar esse conceito, tendo como perspectiva a construção de uma sociedade diferente, a construção de uma sociedade justa. É esse o nosso objetivo.

Muito obrigado.

Vamos fazer desse Seminário um marco para o futuro do Distrito Federal.

Cerimonial

Agradecemos as palavras do Sr. Secretário do Meio Ambiente, Chico Floresta, e convidamos o Sr. Walfrido Ataíde, Diretor do IEL para fazer uso da palavra.

2ª Apresentação: **Walfrido Ataíde**-Diretor do IEL

Prezado amigo Chico, meu amigo Ramaiana, Paulo, Senhoras e Senhores.

A Federação das Indústrias se sente muito grata e honrada em ter sido convidada para participar desse evento. Esse evento, ao nosso ver, é para nós de uma importância muito grande, porque esse movimento da qualidade que o Brasil está aí envolvido - a qualidade total, e a qualidade ambiental, já desde 1976 - é uma das coisas mais importantes para o setor produtivo brasileiro. É um dos movimentos mais sérios que apareceram nas últimas duas décadas.

O Chico, na fala dele, colocou a questão do pressuposto do neoliberalismo em relação à qualidade.

Nós, desta área, não vemos assim, Chico. Nós, que somos da área da qualidade, como técnicos, vemos que a qualidade é uma ideologia que permeia todas as outras. A qualidade é uma

própria ideologia. A qualidade para nós não tem fronteira, não tem limite. Ela busca o aperfeiçoamento, a melhoria de vida do cidadão, não interessa em qual posição que ele esteja.

Uma das provas mais contundentes disso, que ela se mantém como ideologia, é que ela não está investindo nos processos produtivos só com intenção de buscar lucros. É que nós começamos isso com a ISO 9.000 na qualidade dentro dos processos. Cinco anos atrás se começou a discutir uma norma nos Estados Unidos, a BS 7750, que cuidava da Qualidade Ambiental.

Hoje ela já está em plena aplicação na Inglaterra, que é o berço das normas internacionais, assim como a British Standard 8800, que cuida de saúde e segurança ocupacional - segurança e saúde no trabalho.

Até o começo da década nós aguardamos que estas três normas, a ISO 9.000, a ISO 14.000 e a futura ISO 18.000, que hoje é a BS 8800, sejam todas elas organizadas num sistema chamado “Quensh” (*quality, environment, security and health*).

É um sistema que vai juntar o tripé mais importante que nós temos hoje. Qualidade de Trabalho, Qualidade de Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho. Isso para nós é tratado como uma própria ideologia e, tenham a certeza, os técnicos que estão nisso, que participam das comissões técnicas da ISO - e nós já participamos como observadores em algumas delas - não levam em consideração a questão política, a questão ideológica. Qualidade para nós é a própria ideologia.

É o nosso compromisso desde o começo, principalmente na questão da qualidade ambiental.

Então, esse é o compromisso que o empresário tem, essa vontade que o empresário tem. Isso não é uma questão de neoliberalismo, não é uma questão de ideologia. É uma questão de princípios, de certeza que nós necessitamos disso para continuar habitando satisfatoriamente esse país.

Eu espero que o trabalho seja intenso e que tenha resultados rápidos, e as instituições do Sistema FIBRA estão disponíveis a todos, para poder não só participar como entidade de apoio, que nós somos, mas atuar positivamente dentro das empresas, abrindo as portas das empresas para que a SEMATEC possa chegar com o seu Programa.

Nós já temos um programa em parceria com o SEBRAE que vai levar esse projeto às micros e pequenas empresas. O SENAI deve levá-lo às empresas de porte um pouco maior.

Muito obrigado.

Cerimonial

Agradecemos as palavras do Sr. Diretor do IEL, Walfrido Ataíde e convidamos o Sr. James Milton Reeberg, Coordenador de Tecnologia do SEBRAE/DF para fazer uso da palavra.

3ª Apresentação: **James Milton Reeberg**-Coordenador de Tecnologia do SEBRAE-DF

Estou aqui representando o nosso Diretor, Dr. Newton de Castro, que por motivos outros não pôde comparecer, bem como o nosso Diretor-Superintendente.

Estamos fazendo parte de um programa - o Sistema de Gestão Ambiental - que o Sistema SEBRAE está desenvolvendo no Brasil.

O Sistema SEBRAE está trabalhando em parceria com o CNPq, desde 1996, e até agora produziu dois livros: *A Questão Ambiental – O Que Todo Empresário Precisa Saber*, edição nacional e a versão para o Distrito Federal. Produziu também o CD ROM “*Iniciando Gestão Ambiental*” com informações básicas sobre SGA, voltado para micro e pequenas empresas. Desenvolveu vários pré-diagnósticos no Brasil, com vistas à definição de uma metodologia específica, voltada para a micro e pequena empresa. Dentro desse programa, ainda, foi assinado - inclusive em Brasília - um Protocolo de Intenções com entidades e órgãos de governo do Distrito Federal.

Em Brasília contamos com o Núcleo de Apoio em Gestão Ambiental, em parceria com o IEL/DF, que fica na sede do IEL/DF, para desenvolvimento dos trabalhos e onde estão reunidas todas as informações sobre gestão ambiental.

O Programa tem uma segunda etapa que está em fase de andamento, contando com a parceria da SEMATEC, estamos desenvolvendo um CD ROM Gestão Ambiental e Meio Ambiente do Distrito Federal. A Alexandrina vai explicar toda a metodologia utilizada no Programa de Gestão Ambiental do Sistema SEBRAE e as atividades já realizadas.

E o corpo técnico do Sistema SEBRAE está sendo capacitado, e faz parte do desenvolvimento trabalhar em parceria com as entidades ligadas ao tema em cada estado e no Brasil todo.

Muito obrigado.

Cerimonial

Ouviremos, agora, o representante do SENAI/DF, Sr. Louis André Oliveri.

4ª Apresentação: **Louis André Oliveri**-Representante do SENAI-DF

Sr. Secretário, Direção da Mesa, Senhoras e Senhores. Estou aqui representando o Diretor Regional do Distrito Federal, do SENAI/DF, o Sr. Joviano Pereira Natividade Neto.

Algumas palavras para dizer que, primeiro, estamos muito satisfeitos em participar desta parceria ao nível do Distrito Federal, para implementar as ações ambientais que são necessárias, realmente, no mundo de hoje.

Isso é muito importante porque estamos vendo que o Brasil está liderando. Talvez não liderando, mas é um dos principais países nos trabalhos, ao nível mundial, em meio ambiente. A conscientização ambiental no Brasil, ao nível de empresas é muito maior que em vários países mais desenvolvidos no mundo.

Bom, essas ações são muito importantes porque, hoje em dia, estamos vendo que o meio ambiente acabou de ser teoria para passar, realmente, ao nosso dia a dia.

O fenômeno “El niño” creio ser o primeiro a tocar a conscientização ao nível mundial do que pode acontecer com relação ao meio ambiente e quais são os distúrbios que estão acontecendo.

Estava lendo, semana passada, que para manter o nível do CO₂ na atmosfera terrestre, precisar-se-ia diminuir em 60% a produção de CO₂, o que mudaria, completamente, a nossa maneira de viver.

Bom, para encerrar acho que é muito importante esse tipo de Seminário para mudar a visão que as pessoas e empresas têm em relação ao meio ambiente.

Todo mundo vê o meio ambiente, basicamente, como um custo e como um problema. Hoje em dia, nós devemos, eu acho, encarar o meio ambiente, primeiro como a parte indispensável da qualidade. Não se pode falar de qualidade total sem se falar de qualidade ambiental. E depois, encarar o meio ambiente, primeiro, como preservar o futuro, o nosso, o dos nossos filhos, netos etc. Segundo: diminuir os custos. E, terceiro, aumentar a competitividade das empresas ao nível nacional e internacional.

Por isso é que felicito mais uma vez as parcerias que estão sendo realizadas no Distrito Federal entre o SEBRAE, Governo, FIBRA, SENAI e outros organismos do Distrito Federal, para poder, com melhor qualidade, levar a nossa palavra e as nossas ações ao meio ambiente às empresas do Distrito Federal.

Muito obrigado.

Cerimonial

Ouviremos agora o Senhor Diretor-Geral do IEMA, Antônio Ramaiana de Barros.

5ª Apresentação: **Antônio Ramaiana Barros**-Diretor-Geral do IEMA-GDF

Bom dia a todos. Queria desejar uma boas-vindas a todos que se deslocaram até este Seminário para contribuírem no processo de formulação dessa proposta ISO 14.000 para o Distrito Federal.

Gostaria de lembrar, inicialmente, uma frase que li ontem no jornal que foi proferida pelo Presidente do nosso Partido, Luís Inácio Lula da Silva. Ele chamou à atenção para uma coisa interessante: “Sempre que as bolsas sobem, os trabalhadores nada ganham, e quando as bolsas caem, nós temos que pagar”. Estou querendo falar nisso porque estamos diante, hoje, de uma possibilidade, diante do desenvolvimento econômico em que cada vez mais, efetivamente, os lucros são privatizados e os prejuízos são socializados.

Acho que o companheiro Chico Floresta, Secretário do Meio Ambiente, na sua abertura, quis chamar a atenção aqui para uma questão. A questão ideológica que está permeando todos os processos que hoje tendem, efetivamente, a compensar as perdas que a crise do capitalismo está enfrentando em todo o mundo. Ou seja, o processo de terceirização; o processo de qualidade total; processos que visam, efetivamente, reduzir os prejuízos que a crise tem trazido ao nível mundial e à qualidade ambiental, de certa forma. Se nós não cuidarmos a forma como nós, efetivamente, vamos enfrentar e desenvolver esses tipos de programas, podemos, na verdade, entrarmos numa crise em grandes proporções. Em vez de generalizarmos a qualidade de vida para todos nós, poderemos contribuir para o processo de exclusão social.

Quero dizer, a grande dificuldade hoje, a proposta do neoliberalismo que o Secretário colocou, é muito perigosa no sentido de que poderemos entrar em um caminho sem volta. A exclusão social do mundo, hoje, é algo efetivamente assustador; e essas proposições, que estão

sendo formuladas no bojo como formas que visam reverter o processo da crise internacional, não podem apontar nessa direção.

Acreditamos que esta é a proposição da qualidade ambiental, que não é propriedade efetiva, ideológica de ninguém.

Ela é uma possibilidade efetiva de levarmos qualidade de vida para todos. Reverter processos não só no ambiente natural, mas no ambiente urbano, no ambiente de trabalho e no ambiente doméstico através da mudança do comportamento das pessoas.

É um tipo de programa que tem dificuldades, porque esbarra em comportamentos, esbarra em psicologias coletivas, em processos culturais históricos e, efetivamente, é difícil conseguirmos reverter esses processos da noite para o dia. Daí existirem programas voltados para a reversão desses comportamentos e para a melhoria de certos procedimentos, processo tecnológicos, processos de exploração de recursos naturais.

Um programa dessa natureza pode se dar dentro de empresas produtivas, que lidam com matéria-prima bruta e em empresas e órgãos públicos, que lidam com prestação de serviços. Estamos atentos a essa questão do meio ambiente, à questão da sustentabilidade, a Agenda 21 e a uma série de outros documentos. A tendência que existe hoje no mundo inteiro é de se chamar a atenção para a qualidade ambiental, para que ela não seja utilizada mais uma vez como uma forma que incentivou a ampliar a exclusão social.

Aqui, na Secretaria do meio Ambiente, estamos fazendo uma política no sentido de chamar a participação da sociedade.

Nós queremos que a sociedade pressione como um todo e reivindique os seus direitos. É preciso que a sociedade acorde para isso, que a qualidade de vida não seja para alguns, para que a política de meio ambiente, para que a política de qualidade ambiental, não signifique a minoria e a exclusão social que tende a aumentar no mundo.

Estamos, aqui, vigilantes para isso. Nossos programas estão voltados para chamar a participação de todos para o Programa de Agentes Ambientais embutido no processo de regulamentação de Condomínios.

Temos Programas de Educação Ambiental e também a Coleta Seletiva do Lixo que levam mudanças de comportamento para as casas de todos, independentemente de onde o cidadão se situa socialmente.

Temos programas que estamos executando porque é necessário que a sociedade assuma esta luta pela defesa da Qualidade de Vida para todos. Não queremos a qualidade de vida para alguns. Somos todos contra a exclusão social e é nesse sentido que queremos que esse Seminário se desenvolva.

Muito obrigado a todos. Espero que os trabalhos do Seminário, realmente, sejam um sucesso.

Cerimonial

Está encerrada a sessão solene de Abertura do Seminário “Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14000”.

Convidamos as autoridades da Mesa a se posicionarem na primeira fileira do auditório para darmos início.

Neste primeiro painel teremos três preleções: “Gerenciamento Verde e Desenvolvimento Sustentável”; “Programa de Gestão Ambiental” do SEBRAE; e “Atuação do SENAI/DF”.

Os debatedores deste primeiro bloco são: o Professor Othon Leonardos, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB – CDS; a Professora Laura Duarte, do Núcleo de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da UnB – NPCT; e o Professor Márcio Oliveira, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Para a palestra sobre “Gerenciamento Verde e Desenvolvimento Sustentável” convidamos o Sr. Hélio Fernando Lobo Nogueira da Gama, Chefe de Gabinete do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal, para dar início ao primeiro bloco de exposições do 1º Painel.

PAINEL I

Auditório da SEMATEC - 19/11/1997 – Matutino

1ª Palestra: “Gerenciamento Verde e Desenvolvimento Sustentável”. **Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama** - Chefe de Gabinete do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente e Coordenador do Programa de Qualidade Ambiental – ISO 14.000 do Distrito Federal.

Bom dia a todos. Além de Chefe de Gabinete sou Coordenador do Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14.000, e junto com nossa equipe de trabalho temos desenvolvido uma série de atividades em parcerias com vários atores que estão aqui na mesa e que vão se apresentar no decorrer desses dois dias.

A minha intervenção será “Gerenciamento Verde e Desenvolvimento Sustentável”. Na verdade, o que vou fazer aqui é traçar um histórico do programa, dos seus principais projetos e, depois, tentar fazer um gancho com essa discussão mais conceitual, mesmo política, inclusive, que começou a se perfilar aqui na abertura.

Em 1995, ainda no primeiro ano de Governo, na primeira semana de agosto apresentamos um projeto que se chamava “Círculo de Limpeza e Qualidade Ambiental Sustentável”, o CLIQAS. Esse projeto já tinha como pano de fundo a questão da ISO 14.000 que naquele momento, em 1995, ainda não tinha qualquer normatização definida. Mas já era algo que estava sendo discutido no meio acadêmico, no meio ambientalista, numa perspectiva de incorporação da variável ambiental nos empreendimentos. Ou seja, era um avanço, um salto qualitativo a partir das Normas ISO 9.000, com a incorporação da variável ambiental.

O “Círculo de Limpeza e Qualidade Ambiental Sustentável” tinha uma inspiração em um modelo de qualidade que é o modelo de qualidade japonês. No Japão, basicamente toda a força do trabalho está organizada em “CCQ”, ou seja, no Círculo de Controle de Qualidade. E a ideia de se desenvolver um projeto nessa premissa era que entendíamos que um modelo de qualidade, que realmente envolva todos os atores do processo, tem que ter como princípio a organização e a participação dos sujeitos envolvidos.

No nosso caso, enquanto órgão ambiental, a nossa clientela é a população do Distrito Federal. Então, a ideia do “CLIQAS” era estimular a organização autônoma da população nesses círculos, que seriam uma espécie de ONGs, ou seja, uma espécie de organizações voluntárias,

autônomas com relação ao Estado. É a população se organizando, sendo estimulada para isso. Essa é a ideia do projeto, que população passasse então a direcionar as ações do Estado.

Nessa perspectiva, esse primeiro projeto “CLIQAS” foi efetivado. Chegamos a estimular organizações no Distrito Federal em cerca de 40 (quarenta) núcleos de cidadão por locais de trabalho, moradia, áreas de preservação ambiental e escolas.

Mas seis meses depois, o projeto - ainda que tenha conseguido fazer um trabalho de sensibilização muito grande atingindo um público estimado de 30 (trinta) mil pessoas, sendo que em torno de 400 (quatrocentos) organizadas nesses núcleos, entrou em declínio. E um dos fatores que nós observamos foi a nossa pouca experiência, enquanto Estado, no sentido de estimular organizações autônomas independentes. Ou seja, organizar a população no sentido de cooptação, manipulação, isto era uma prática antiga ao nível de anteriores gestões de Governo do Distrito Federal, mas não faz parte do nosso princípio.

A ideia do “CLIQAS” era de organizar grupos autônomos que realizassem trabalhos em parceria com o órgão ambiental e ao mesmo tempo direcionassem as ações do Estado. Nessa perspectiva o “CLIQAS” via na questão da qualidade uma questão muito mais ampla, como sendo o próprio princípio da ação do órgão ambiental. Ou seja, o órgão ambiental diante de sua clientela - a população - implementaria as suas ações a partir das administrações e dos trabalhos em parceria com a população.

Esse foi o histórico do projeto “Círculo de Limpeza e Qualidade Ambiental Sustentável”, que entrou em declínio e que a gente pretende retomar a partir do ano que vem.

Um segundo momento do Programa foi a realização, pelo SEBRAE - nosso parceiro desde 1996 - de um curso de Gestão Ambiental que nós participamos junto com outros técnicos do IEMA, SEMATEC e vinculados.

Após uma semana de discussão e de aprofundamento - que contou com a presença da professora Dália Maimon, nossa conferencista aqui amanhã - organizamos um grupo e finalmente estruturamos como um projeto estratégico o “Sistema de Gestão Ambiental ISO 14.000”. O grupo começou a trabalhar.

Mas nessa época, em 1996, a filosofia da reorganização do trabalho e mudança na concepção da organização, era para trabalhar de forma matricial. O que seria isso? Foi uma ideia

do Secretário Chico Floresta de que, além das atribuições institucionais - ou seja, ao nível de cada departamento, cada chefia, ao nível de cada núcleo burocrático - os funcionários foram agrupados e estimulados, também, a participarem de projetos estratégicos. Ou seja, nós enquanto projeto estratégico matricial, no ano passado, por termos dupla função, tínhamos que tocar o Projeto ISO 14.000 além das funções institucionais, departamentais, como, no meu caso, a Chefia da Assessoria de Planejamento da SEMATEC.

Não conseguimos avançar muito em termos de realização, mas, no entanto, conseguimos de imediato a elaboração do nosso primeiro projeto para captação de recursos, que foi apresentado à JICA, via Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty. O projeto foi aprovado pela ABC e ainda se encontra em apreciação pela JICA.

Temos informações que esse está aprovado pela JICA no Brasil, mas ainda está aguardando a definição, principalmente orçamentária, da matriz da JICA no Japão. É um projeto que objetiva a vinda de consultores, basicamente dois peritos japoneses com especialização em Controle de Qualidade, dentro de uma proposta de Círculo de Controle de Qualidade. O tal do CCQ japonês. E, também, com especialização em Auditoria Ambiental e implantação de Sistema de Gestão.

Elaboramos um segundo projeto, em seguida, que foi apresentado à FINEP, que trata da Qualidade Ambiental nos órgãos públicos. Percebíamos que uma série de órgãos e empresas do GDF, como CEB, CAESB e o próprio SLU - na coleta seletiva de papel - já vinham desenvolvendo uma série de ações com relação à redução de matéria-prima, água, energia e realizando a reciclagem de papel. A ideia desse projeto era trabalhar em sinergia com esses órgãos, e, através de um trabalho de parceria, desenvolvermos um kit de monitoramento para redução de insumos.

Estamos aqui, com os companheiros de FURNAS. Amanhã eles vão poder dar uma palavrinha sobre isso, mas dá para imaginar o que seria todo o complexo administrativo do GDF, cerca de 100 (cem) mil funcionários, conseguir uma redução de 10% - se a luz fosse apagada em hora certa, a água fechada no momento apropriado, o papel reaproveitado, consumo de combustíveis racionalizado, etc. Isso permitiria economizar bastante, iria evitar mais destinação de receita para à manutenção do complexo administrativo. É esse então o grande gancho do projeto apresentado à FINEP, que também aguarda a liberação de recursos.

Elaboramos, em seguida, um terceiro projeto, ainda no ano de 1996, de “Implantação de Sistema de Gestão Ambiental” em pequenas empresas com vista à obtenção de certificações pela

ISO 14.001. Esse projeto foi apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que também teve o parecer positivo por parte da missão do Banco no Brasil, mas que está esperando a assinatura do contrato. Ele está embutido num projeto maior, o Projeto de Saneamento Básico do Distrito Federal, que está aguardando a posição do Ministério da Fazenda.

Esperamos, realmente, o aval da União para esse projeto de Saneamento Básico, onde estão previstos um total de U\$ 260 milhões para obras de infraestrutura e saneamento no Distrito Federal. Para as áreas especificamente ambientais são 5 (cinco) milhões para resíduos sólidos do SLU; e 5 (cinco) milhões para a “área verde” - SEMATEC, IEMA, Jardim Zoológico e Jardim Botânico - em dez projetos concretos. Esperamos que ele seja avalizado pelo Ministério da Fazenda e que o Distrito Federal, no ano que vem, já possa ter todo esse dinheiro à disposição.

O ano de 1996, portanto, foi um ano de elaboração de projetos para captação de recursos.

O terceiro momento significativo do Programa de Qualidade Ambiental, inclusive, vai ocorrer em março deste ano, quando então a SEMATEC e o IEMA vão passar por um processo de reestruturação organizacional, como mencionado. Para isso a Assessoria de Planejamento da SEMATEC contribuiu muito, sob a orientação do Secretário Chico Floresta em conjunto com o Diretor-Geral do IEMA, o Antônio Ramaiana.

Realizamos as reestruturações organizacionais no início deste ano, onde praticamente todas as diretorias e gerentes da SEMATEC e do IEMA - não extintas legalmente - e os seus técnicos foram reorganizados e reagrupados em 13 (treze) programas estratégicos. O único setor que realmente deixamos intacto, em termos de organização departamental, foi exatamente o Setor de Licenciamento e Fiscalização Ambiental.

Quer dizer, todo o quadro técnico da SEMATEC e do IEMA foi reagrupado por meio de Portarias em 13 (treze) programas de trabalho.

Por que foi ousada essa proposta? Porque constatamos que o nosso quadro técnico é, ainda que de alto nível qualitativo, muito diminuto em termos quantitativos, e que a demanda da realidade ambiental do Distrito Federal é muito grande. Então, nós tínhamos a opção: ou mantínhamos a estrutura que nós herdamos e continuávamos apenas sujeitos passivos do atendimento da demanda da questão ambiental do Distrito Federal nas mais variadas temáticas; ou nós ousávamos, transformávamos.

Uma parte do quadro técnico nós direcionaríamos para programas que buscassem uma intervenção, buscássemos mudar a postura do órgão de sujeito passivo para sujeito ativo na proposição e na implementação de políticas públicas. E isso de fato foi feito.

No início do ano, então, o Programa de Qualidade Ambiental - ISO 14.000 ganhou um quadro técnico permanente e exclusivamente dedicado para a condução do Programa. Ainda que com um número reduzido de pessoas, possibilitou-nos avançar bastante em termos de qualidade.

Imediatamente iniciamos um trabalho de busca de parcerias. A primeira, muito importante para nós, foi estabelecida com o Núcleo de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da UnB, através da professora Laura Duarte, que, inclusive, é a Diretora Presidente da FAP-DF.

Iniciamos um trabalho de realização de um pré-diagnóstico ambiental no Distrito de Limpeza Norte do SLU, com a participação da Professora Laura Duarte que empreendia uma pesquisa de opinião junto aos moradores da Asa Norte sobre como estes veem o trabalho do SLU.

Aprofundamos nossa parceria também com o SEBRAE e com o SENAI. Buscamos a institucionalização do programa e conseguimos tal fato no mês de setembro, quando assinamos um Protocolo de Intenções com 10 (dez) entidades representativas da sociedade civil, governo e empresariado do Distrito federal durante uma solenidade no Palácio do Buriti. Ao mesmo tempo, o Governador Cristóvão Buarque assinou o Decreto que institucionaliza o Programa de Qualidade Ambiental, que consta do material que os senhores receberam no seminário.

Um fato muito importante nessa virada, nessa realização concreta do programa, foi a sua premiação pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford.

Nós inscrevemos o programa em março e fomos selecionados entre os 100 melhores projetos de gestão pública do país. Para nós foi muito gratificante porque até o início do ano as realizações concretas do programa não haviam sido muito significativas, embora a concepção do programa seja inovadora. Na palavra dos representantes da ABNT nós somos o único órgão ambiental do país a assumir, claramente, uma postura proativa com relação a ISO 14.000.

Não temos receio com relação ao caráter das normas, ou com relação às implicações políticas e ideológicas aí embutidas, porque compreendemos a questão da qualidade como uma ferramenta. Uma ferramenta gerencial e de extremo significado para uma melhoria da qualidade

de processos e de produtos, tanto ao nível de empreendimentos privados, quanto de política pública na área ambiental.

Somos a única secretaria de meio ambiente, a primeira, a ter essa postura com relação à ISO 14.000 e, ao mesmo tempo, temos uma direção que é composta, que é oriunda, da Frente Brasília Popular - mais especificamente no IEMA e na SEMATEC - dos quadros do Partido dos Trabalhadores.

Isso demonstra uma ousadia, uma inovação e ao mesmo tempo, que há muito para se discutir em termos teóricos, em termos acadêmicos e conceituais.

Avançarei mais um pouquinho e depois passo a palavra para os demais conferencistas, porque a ideia desse Seminário foi exatamente chamar a sociedade de Brasília para a discussão.

O programa, hoje, está bem definido em 03 projetos: o primeiro é o Projeto CIQA - Comissão Interna de Qualidade Ambiental.

Vejam que retomamos a ideia original do primeiro projeto, o Projeto CLIQAS. Por quê? Porque o CLIQAS já falava da necessidade de se organizar por local de trabalho para viabilizar, principalmente, a coleta seletiva de papel. Retomamos então essa ideia num projeto específico chamado CIQA.

A CIQA seria uma espécie de CIPA, uma CIPA verde. Até o nome parecido já é para dar essa identidade. Ou seja, a CIQA está instituída nesse decreto do Governador para ser implantada em todo o complexo administrativo do GDF, inclusive, em escolas, em postos de saúde e empresas públicas. Aqui mesmo na SEMATEC nós já fizemos a eleição da nossa primeira CIQA. Estamos em processo eleitoral no Jardim Botânico e no Jardim Zoológico.

A ideia básica é a eleição, por parte dos funcionários, de 4 (quatro) representantes destes, enquanto os outros 4 (quatro) são indicados pela direção, somando então 8 (oito) funcionários. Quatro são titulares, quatro são suplentes. E esse grupo vai trabalhar Educação Ambiental no próprio local de trabalho. Ou seja, a mudança de atitudes necessárias com relação à redução de consumo de matéria-prima como já mencionei - água, papel, energia, lubrificantes, xerox etc.

Mas a ideia não é só essa. A ideia é que a CIQA se constitua em verdadeiro ator na relação entre funcionários e a direção. Por quê? Porque entendemos que todo esse processo de implantação de Sistema de Gestão Ambiental não é só um processo exclusivamente técnico. Você está

trabalhando na implantação de ferramentas de ação em ambiente de trabalho que é constituído por atores e esses atores são funcionários, que podem ter um papel mais ativo dentro do próprio local de trabalho.

Para isso, paralelamente, estamos desenvolvendo aqui na SEMATEC e no IEMA a elaboração de uma Política de Recursos Humanos onde a CIQA deve ter um papel fundamental. A ideia da CIQA não é só virar uma CIPA ambiental, mas também trabalhar a questão das relações humanas no local de trabalho; buscar envolvimento dos funcionários; buscar a participação dos servidores; estabelecer um diálogo claro, franco, concreto com a direção; enfim, isto significa, ao nível de GDF, um olhar para o seu corpo funcional, um olhar para dentro. E essa experiência da CIQA a gente pretende apresentar como Projeto de Lei Distrital e Projeto de Lei Federal para a extensão dessa ideia para todo o país.

O membro da CIQA não tem, como na CIPA, estabilidade no emprego. A única coisa que ele vai ter é a dispensa do trabalho por 12 (doze) horas semanais para realizar atividades de Educação Ambiental.

Esse é o nosso primeiro projeto, não vou dizer o mais importante, mas sim o mais fundamental. Por quê? Porque ele nos distingue com relação a outros programas de qualidade, inclusive ambientais. Porque o nosso Programa de Qualidade Ambiental está calcado na organização de funcionários, está calcado na organização dos trabalhadores.

Tivemos uma reunião, semana passada, com o Prefeito do Setor Comercial Sul, onde ele manifestou interesse na expansão do Projeto CIQA no próprio Setor Comercial. E a ideia é organizar uma CIQA em cada prédio do Setor Comercial, onde a direção do Condomínio indicaria 4 (quatro) membros e os outros 4 (quatro) seriam eleitos por todos os trabalhadores daquele prédio.

Então, vejam, nisto estamos entrando com Educação Ambiental no local de trabalho de uma maneira organizada. Acreditamos que o componente ambiental, quero dizer, a dimensão do meio ambiente, ela pode ser política, pode ser ideológica, pode ser holística, pode ser esotérica, pode ser sensitiva, mas nunca é indiferente a ninguém. Ou seja, meio ambiente é algo que todo mundo tem interesse em discutir, em aprofundar, em participar e isso pode avançar o nível de afirmação da cidadania dos trabalhadores do Distrito federal tanto em nível público como privado. É este o nosso diferencial enquanto modelo de qualidade.

Os outros 2 (dois) Projetos são muito importantes também, como o projeto “Prêmio de Qualidade Verde do Distrito Federal”.

Este Projeto surgiu a partir de parcerias que a gente está realizando com a EMATER, com a Secretaria de Agricultura, e visitas que nós fizemos às agroindústrias da zona rural, principalmente em Sobradinho e Planaltina e também em Ceilândia.

Nós visitamos entre 12 (doze) a 16 (dezesesseis) agroindústrias. O que percebemos é que a experiência do PROVE - que inclusive ganhou o prêmio da Fundação Getúlio Vargas semana passada - é extremamente interessante porque resgata pessoas que estavam excluídas, que estavam marginalizadas, para um trabalho produtivo.

Mas verificamos que, do ponto de vista ambiental, poucas agroindústrias tinham realmente uma preocupação, uma sensibilidade na disposição de resíduos. Ao mesmo tempo, o impacto das agroindústrias é muito pequeno porque são pequenas as atividades, as unidades produtivas. A única coisa que faltaria ali seria - e para isso a gente embutiu a questão do PROVE no projeto de captação de recursos junto ao BID - apenas um treinamento, uma capacitação dos agricultores com relação a determinados cuidados que deveriam ser tomados com relação ao meio ambiente. Isso já tornaria esses empreendimentos um caráter de empreendimento verde, daí surgiu a ideia do prêmio.

A grande dificuldade do PROVE, e o Secretário de Agricultura vai falar muito melhor do que eu, é o que vai acontecer depois que o Estado se afastar, ou seja, a sua sustentabilidade econômica.

E, vejam bem, uma agroindústria ambientalmente adequada, que concorra a um Prêmio de Qualidade Verde e ganhe, vai poder utilizar nas embalagens de seus produtos a marca Qualidade Verde de Brasília. Mas com uma expressão muito clara de que esse Prêmio, essa marca, não vai aferir a qualidade do produto, e sim, a qualidade do empreendimento, a qualidade do local onde é produzido. Então, o Prêmio não é um selo. Se tivesse a análise do ciclo de vida do produto, no entanto, poderíamos certificar o produto também. Mas não vai ser o caso. Nós vamos buscar premiar o empreendimento.

Com o Prêmio Qualidade Verde do Distrito Federal a nossa intenção é que ele se constitua - além de um estímulo a empreendimentos ambientalmente adequados ao nível de comércio; indústria; agroindústria; condomínios, inclusive - num diferencial de mercado para os empreendedores, ambientalmente corretos, claro, que tenham satisfeito toda a Legislação

Ambiental pertinente. Buscamos, com isso, gerar emprego, renda, e buscar situar o Distrito Federal num cenário internacional que é cada vez mais competitivo. E esse diferencial verde para os nossos estabelecimentos e empreendedores podem contribuir, acredito, no sentido da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

O terceiro projeto é o “Projeto Gerenciamento Ambiental”. É um projeto muito importante porque na verdade ele busca mudar a imagem dos órgãos ambientais, da SEMATEC e do IEMA. A imagem com relação ao que? A imagem com relação a empreendedores, principalmente, às empresas públicas e às grandes empresas que demandam o licenciamento. Por quê? Porque buscamos estabelecer uma parceria entre grandes empresas e empresas públicas, no sentido de fazermos trabalhos em conjunto para a implantação do Sistema de gestão Ambiental.

É um trabalho que está apenas se iniciando. Temos buscado parcerias ao nível de Governo - como o SLU e a CAESB - e junto ao empresariado. Nosso setor de Licenciamento e Fiscalização está trabalhando no sentido de que as empresas que apresentam pedidos de licenciamento busquem incorporar no relatório de impacto ambiental preocupações com relação ao monitoramento da qualidade ambiental dos empreendimentos, como um primeiro passo para monitoramento de um futuro Sistema de Gestão.

Esse terceiro projeto de gerenciamento ambiental busca firmar a imagem do órgão ambiental distrital numa postura proativa com relação aos empreendimentos.

Para o início do ano de 1998 - nós já temos uma consultoria contratada - a gente pretende realizar um *workshop* para rever a Legislação Ambiental aplicada no Distrito Federal. Não só a legislação, mas, também, os próprios procedimentos que ainda são utilizados pela Diretoria de Licenciamento e Fiscalização do IEMA.

Esse o histórico do Programa. São esses os três principais projetos do Programa que estão se realizando e que implicam uma nova postura do órgão com relação ao gerenciamento ambiental, à sua própria gestão interna com a reestruturação administrativa empreendida, e que têm, como pano de fundo, a Agenda 21. Ou seja, é trabalhar numa perspectiva de preparar o Distrito federal para o próximo milênio. Não pretendemos reverter o quadro de degradação ambiental do Distrito Federal, que é enorme, para cujo trabalho nosso corpo técnico é muito pequeno. Pretendemos estabelecer algumas premissas, princípios e parcerias para que, no próximo Governo, possamos

dar mais um passo à frente na sensibilização dos agentes econômicos para incorporação do meio ambiente como fator estratégico de decisão nos seus empreendimentos.

Muito obrigado.

Cerimonial

Estas foram as palavras do Coordenador do Programa Qualidade Ambiental ISO 14.000, Sr. Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama.

Convidamos a Senhora Alexandrina Maria Gomes de Oliveira, representante da Senhora Miriam Ritz do SEBRAE, para falar sobre a “Experiência do SEBRAE”.

2ª Palestra: “Programa de Gestão Ambiental do SEBRAE”. **Alexandrina Maria Gomes de Oliveira- SEBRAE.**

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e poder falar um pouco sobre o Programa de Gestão Ambiental que o SEBRAE vem desenvolvendo, visando estar ao lado da pequena empresa, para que ela não se sinta isolada nesse novo contexto empresarial, onde tem que se defrontar com as novas exigências do mercado, como a ISO 9.000 e a ISO 14.000.

Como essa cultura de meio ambiente ainda é pouco difundida, principalmente, para o micro e pequeno empresário, é que o SEBRAE vem desenvolvendo um amplo Programa de conscientização nesse sentido.

O objetivo do nosso Programa é o de mobilizar os micros e pequenos empresários quanto à importância da gestão ambiental para a competitividade empresarial e o desenvolvimento sustentável no país. Disseminar conceitos de conservação e preservação de meio ambiente; formar recursos humanos em gestão ambiental é onde há necessidade de se investir em recursos humanos, em talentos individuais, estruturar metodologias em implementação de Sistema de Gestão Ambiental; uma metodologia que seja palpável ao pequeno empresário, que seja fácil dele lidar. E, também, promover implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em micro e pequenas empresas.

Nós começamos o nosso Programa com a massificação de conceitos através da elaboração de 8 (oito) fascículos educativos sobre gestão ambiental, que foram encartados na Gazeta Mercantil. Abrangendo o seguinte: que a virada ambiental muda os negócios; a eco estratégia nas

empresas; cooperação e competitividade ISO 14.000; tudo sobre as normas mundiais e gestão ambiental é parte da qualidade; teste sua empresa de acordo com a ISO 14.000; e as oportunidades de negócios no *ecobusiness*.

Paralelamente, nós demos início à formação de recursos humanos abrangendo cursos de 40 (quarenta) horas, seminários de 8 (oito) horas, palestras de 3 (três) horas, todos eles voltados não só para técnicos do Sistema SEBRAE, mas em parcerias com instituições tais como: universidades; órgãos do Governo; Organizações Não Governamentais; institutos tecnológicos; e, também, para micro e pequenos empresários, tendo no final, formado mais de mil pessoas. Esses cursos se espalharam por todo o Brasil e nós estivemos nos mais longínquos lugares discutindo gestão ambiental.

Em seguida, estruturou-se um Projeto Piloto para formatação de uma metodologia de Sistema de Gestão Ambiental para micro e pequena empresa através de 30 (trinta) visitas feitas a 14 (quatorze) estados de todas as regiões, em vários ramos de atividades diferentes. Essas visitas foram para a formação de massa crítica e a identificação de informações que nos permitissem formatar o esqueleto dessa metodologia para se implantar um SGA em micro e pequenas empresas.

Com esse trabalho conseguimos levantar os seguintes resultados: a baixa conscientização dos empresários; a reatividade dos órgãos ambientais; necessidade de informações; grandes perdas de recursos materiais; desperdício de água e energia; defasagem tecnológica em muitos setores; empresas que enfrentam problemas financeiros; e, também, que cada setor de atividade merece um aprofundamento em relação às questões ambientais específicas.

Essas são algumas propostas que foram feitas para esses empresários como: incentivos à implementação do Sistema de Gestão Ambiental; redução de carga tributária; assistência técnica; estimular uma fórmula associativa para soluções dos problemas; produção de materiais instrucionais específicos por setor; e, novamente, a necessidade de se capacitar o pessoal técnico.

Esses são os nossos produtos. Nós estamos discutindo gestão ambiental desde 1995 através dos fascículos que foram produzidos em português, inglês e espanhol e que estão à disposição de vocês nos balcões do SEBRAE, além do vídeo que foi produzido à partir desses fascículos, que é o modelo de como implantar um Sistema de Gestão Ambiental numa empresa, tendo como base uma padaria.

Temos também o nosso livro: **A Questão Ambiental - O Que Todo Empresário Precisa Saber**, que é um livro simples, numa linguagem simples, no feitio de perguntas e respostas para fornecer, realmente, conhecimentos básicos para esses empresários. Esse livro já foi editado e lançado nacionalmente.

O SEBRAE/DF também lançou um outro sobre **As Questões Ambientais do DF**.

E o nosso mais recente produto lançado é a “Campanha dos Cinco Menos que São Mais”, um trabalho feito em parceria com o CNPq e o SEBRAE/DF, visando levar o pequeno empresário a adotar uma gestão sem ferir o meio ambiente. Ensinando-o que se ele usar menos água, menos energia e menos matéria-prima ele vai gerar menos lixo e menos poluição. Por outro lado, ele vai ser mais competitivo, vai ter mais lucro, vai satisfazer melhor o seu consumidor, vai produzir mais e, certamente, vai ter mais qualidade ambiental.

Esse é o primeiro passo de uma longa campanha na área de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em micro e pequenas empresas, sempre visando a certificação pela ISO 14.000.

O objetivo desse trabalho é justamente demonstrar a esses empresários como transformar o meio ambiente em um aliado dos seus negócios, e, também, um bônus para os seus produtos. É colocar à disposição deles conceitos para ampliar o campo de atividades relacionadas com o meio ambiente. É informar, capacitar e detectar as novas oportunidades de negociações, além de contribuir, também, para a qualidade de vida. E, ainda, conscientizar esses empresários sobre a importância de se buscar o desenvolvimento sustentável.

Essa campanha é composta de cartaz, um folder, uma cartilha, um autodiagnostico e de um primeiro CD ROM da série intitulada “Iniciando Gestão Ambiental”, onde foram utilizados recursos de multimídia - de uma maneira bem agradável - no processo de conscientização ambiental, que procura passar, em uma linguagem bem simples, conceitos de globalização, meio ambiente e ISO 14.000.

O SEBRAE possui, também, vários produtos de suporte às boas práticas de gestão ambiental. Temos o PATME, que é o Programa de Apoio Tecnológico à Micro e Pequenas Empresas, em parceria com a FINEP, que entra com um percentual, o SEBRAE com outro, e o empresário com outro percentual bem pequeno.

Temos o SEBRAE/TEC, que é o fornecimento de Consultoria Técnica. Temos o SEBRAE/TIB, que é Tecnologia Industrial Básica. Temos o nosso Programa de Conservação de Energia, Tecnologias de produtividade, QP, temos o MM e vários outros produtos que dão suporte a esses pequenos empresários para a boa prática de gestão ambiental.

A partir dessa ação que o SEBRAE vem desenvolvendo ele passou, também, a ter assento em alguns comitês importantes - um deles é o PPP, que é o Programa de Pequenos Projetos, coordenado pelo PNUD, que são contemplados pequenos projetos com recursos do Banco Mundial. Outro lugar em que temos assento é o comitê de Certificação Ambiental, coordenado pelo INMETRO; além de fazemos parte, também, do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental para Micro e Pequenas Empresas.

Esses são os parceiros que vêm nos acompanhando nessa caminhada, que são: o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, o CNPq, a ABNT, o Instituto Herbert Levi, o Instituto Pró-Natura, o Sistema CNI e também a UNESCO, onde nós temos um memorando de entendimento.

E essas são as nossas próximas ações da campanha que já foi lançada. A partir de março de 1998, nós estaremos com um curso montado para a “Formação de Auditores em Sistema de Gestão Ambiental”. Também um projeto para a implantação imediata de Sistema de Gestão Ambiental – SGA em 200 (duzentas) empresas, com previsão de implantar SGA em uma empresa de cada Estado e, posteriormente, em 173 (cento e setenta e três) empresas que queiram aderir ao processo.

Na área de difusão estamos lançando o livreto Difusão de Normas Técnicas – ISO 14001 e ISO 14004, comentado numa linguagem bem simples para o pequeno empresário, em parceria com ABNT.

Também estamos apoiando eventos, seminários e outras iniciativas dos SEBRAE estaduais.

Para finalizar deixo com vocês, para reflexão, as palavras do empresário militante da ecoeficiência e o principal Assessor da Cúpula da Terra.

Quero dizer para vocês que todo esse nosso material está à disposição nos balcões SEBRAE.

Essa é a nossa pequena história. Se alguém desejar um desses materiais amanhã, eu posso trazer.

Obrigada.

Cerimonial

Para falar sobre a atuação do SENAI/DF, convidamos o Sr. Louis André Oliveri. Logo em seguida, nós vamos fazer um pequeno intervalo de 3 a 4 minutos para um *coffe break*.

3ª Palestra: “Atuação do SENAI/DF”. **Louis André Oliveira-SENAI-DF**.

Bom dia a todos. Vamos falar agora sobre as ações ambientais no Distrito Federal desenvolvidas pelo SENAI do Distrito Federal.

Para falar de ações ambientais no Distrito Federal, desenvolvidas pelo SENAI/DF, é importante lembrar e fazer conhecer o trabalho desenvolvido por esse órgão em termos nacionais, desde 1994, em relação à ISO14.000 e à gestão ambiental.

As ações nacionais foram desenvolvidas a partir de 1994 com a idealização de um programa chamado PSQA - Programa do SENAI de Qualidade Ambiental - que procurou levar para a empresa as normas ambientais, as ações ambientais, não somente a ISO 14.000, mas todos os tipos de ações ambientais que podem ser desenvolvidas dentro de uma empresa.

Para fazer isso, o SENAI, a partir de 1995, formou 120 (cento e vinte) auditores ambientais em todo o país. Esses auditores foram credenciados pelo EARA - organismo internacional sediado na Inglaterra. A segunda ação foi a formação de uma massa crítica de técnicos para atuar em meio ambiente. Essa massa crítica foi subdividida em aproximadamente dez pessoas formadas no Canadá em implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em empresas; em questões mais técnicas, relativas à informação tecnológica; tratamento de resíduos; tratamento de efluentes líquidos e de emissões atmosféricas. Todas essas pessoas somam mais ou menos um total de 40 (quarenta), à disposição de todas as empresas em todo o país para solucionar os problemas e implantar um Sistema de Gestão Ambiental naquelas que o desejarem.

Obviamente, fora dessa parte mais ambiental, o SENAI possui uma rede de tecnologia alcançando todos os setores econômicos, que também está à disposição para ajudar os técnicos de cada região para trabalhar com as empresas dessas regiões, tendo como fundo esse panorama do SENAI em termos nacionais e da região Centro-Oeste.

Esse projeto do SENAI no Distrito Federal tem três tipos de ações.

As primeiras são internas, visto que é necessária uma mudança na cultura do SENAI em relação ao meio ambiente e, também, nos cursos de formação para preparar os alunos em uma perspectiva ambiental.

MESA DE DEBATES

Laura Duarte-NPCT-UnB e FAP-DF-GDF; Márcio Oliveira-UFPR; Othon Leonardos-CDC-UnB; Alexandrina Maria Gomes de Oliveira-SEBRAE; Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA ISO-14000-IEMA-GDF; Louis André Oliveri-SENAI-DF.

1ª Debatedora: **Laura Duarte**-Coordenadora do NPCT-UnB; Presidente da FAP-DF-GDF

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite e dizer o prazer de estar aqui debatendo este tema, que é um tema que já faz parte do meu cotidiano, das minhas reflexões e do grupo de pesquisa da qual eu coordeno e também de dizer da satisfação de representar a FAP - Fundação de Apoio à Pesquisa, que apoiou este Seminário. Apoiando eventos dessa natureza nós, na FAP, estamos realizando os objetivos da Fundação, que é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Distrito Federal. Agradeço ao Hélio o convite e gostaria de dizer que realmente vocês estão de parabéns. Acho que ações desse tipo que vão fazer com que se traga a discussão da academia para a prática e que possamos, realmente, através desses debates, efetivar ou criar condições para a efetivação de ações com resultados a curto prazo.

Inicialmente pensei em expor um pouco o projeto de pesquisa que eu coordeno na universidade e que está sendo desenvolvido em parceria com IEMA/SEMATEC, mas desde a abertura, com a fala do nosso Secretário Chico Floresta, algumas questões começaram a pipocar na minha cabeça e acho que nós deveríamos trazer para reflexão.

Quando nós, do grupo de pesquisa, elaboramos o projeto, pensamos em tratar de um sistema integrado de gestão ambiental, porque a questão ambiental não pode mais ser tratada de forma fragmentada, nem teoricamente, conceitualmente, nem metodologicamente, muito menos na prática, por isso essa ideia de tratar de uma forma integrada até com essa conotação “sistema integrado de gestão ambiental”.

O nosso grupo de pesquisa imagina a integração de atores sociais e gostaria de salientar, aqui, pelo menos três atores que consideramos de fundamental importância no trato da questão

ambiental e na implementação de programa do tipo de qualidade ambiental como este, da SEMATEC: o Estado, o mercado e a sociedade.

No processo de globalização há uma tendência de percepção do Estado como ator social fragilizado frente ao mercado. Com o neoliberalismo, realmente o mercado ganha força, a mão invisível do mercado fica mais forte e os Estados nacionais tendem a se fragilizar. Essa é uma concepção que está presente em todas as discussões sobre globalização: o mercado, enquanto aquele ator social coletivo, que vai na verdade definir demanda, seja tecnológica, produtiva, ou mesmo ao nível da produção propriamente dita. Mas há demanda também ao nível do consumo e essa sociedade civil, especialmente os segmentos mais organizados, são aqueles atores que hoje têm realmente um poder de dar visibilidade à questão ambiental, aos problemas ambientais e sociais. Realmente esses três atores são extremamente importantes no trato da questão ambiental e na formulação e incremento de programas.

Agora vejam só, a ação desses atores que até hoje foi direcionada por um determinado paradigma – e vou retomar as palavras que foram ditas na abertura desse evento sobre a atuação de um Governo Democrático e Popular que tem uma determinada visão de qualidade, de sociedade e de desenvolvimento – e as empresas ou o mercado até hoje tiveram uma ação muito mais voltada para a qualidade. A qualidade sem dúvida tem sido a meta e acredito que valida a ação do mercado, mas, que qualidade é essa, é a qualidade do produto, é a qualidade da produção? Nós hoje, quando nós pensamos neste paradigma do desenvolvimento, que tem pautado as ações na modernidade, o progresso econômico, as questões econômicas, as questões técnicas, colocando-os à frente das questões sociais e à frente até das questões extras, temos que pensar que a ação conjunta desses três atores, neste momento, tem que ser atualizada por um outro paradigma. Onde a qualidade esteja presente sim, mas em termos globais, não mais apenas do produto, não mais apenas dos processos produtivos, mas uma visão de qualidade de vida global. Fico muito contente quando vejo o trabalho do SENAI e do SEBRAE, órgãos que admiro, e realmente acho que estamos chegando a este ponto de integração de uma visão consensual, de uma nova visão do mundo e de atuação desses três atores sociais, que caminham sempre juntos.

Considero importante que hoje se discuta como podemos resgatar e fortalecer o Estado, mas não aquele Estado totalitário, que esquece o mercado, que esquece a sociedade, não é nada disso, mas o Estado como regulador social. Podemos perceber, de umas semanas para cá, com a queda

das Bolsas, o quanto o Estado é importante, apesar dessa pretensa fragilidade, não para sustentar uma economia, mas para regular uma situação de crise e realmente legitimar algumas ações da sociedade.

Uma das coisas que gostaria de deixar aqui para reflexão é que o Sistema de Gestão Ambiental tem que ser pensado a partir de uma nova visão de mundo, de uma visão global integrada, que reflita não apenas discursos, mas prática, a mudança de paradigma. Estou muito consciente disso, ela tem que estar calcada nessa integração dos diferentes atores. Como cientistas da Universidade de Brasília, pesquisadores, entendemos que poderíamos nos integrar aos diferentes atores para que essa mudança de paradigma e as ações se tornassem realidade, enfim, para que não ficássemos apenas na utopia ou no sonho da mudança.

Foi através de um projeto de pesquisa intitulado “Cidadania e Meio Ambiente - uma proposta de gestão ambiental para o Distrito Federal”, que nos aproximamos em busca de uma parceria com o Governo, por entendermos que em determinado momento, depois de 20 anos de academia, 20 anos de pesquisa acadêmica, que a universidade, como representante legítimo da sociedade civil, precisa se aproximar também do Estado, precisa se aproximar das empresas e precisa dar sua contribuição não apenas para reflexões, mas também na prática. Valeria a pena tentar essa aproximação para, através das pesquisas científicas, de um trabalho em parceria, contribuirmos para a efetivação de alguns programas.

Através desse projeto, estamos trabalhando em três frentes junto ao IEMA/SEMATEC. Primeiramente com a questão dos parques ecológicos no Distrito Federal; em segundo lugar, com o Programa de Qualidade Ambiental – ISO 14.000, onde estamos com uma proposta de gestão ambiental para o setor de lixo. Por fim, estamos com um trabalho integrado muito interessante junto ao PROVE. Na verdade, a preocupação nossa é dar subsídios para que o Governo, através da sua Secretaria, tenha condições de implementar esse programa com sucesso. A pesquisa que estamos fazendo junto à população do DF é no sentido de tentar detectar expectativas e opinião sobre os órgãos do Governo, de sua atuação, tentando viabilizar estratégia de ação do Governo.

Gostaria de ressaltar um aspecto interessante da atuação desse Governo, que é o fato de a sociedade estar sendo ouvida e de se buscar um trabalho conjunto com a ela.

Tive o prazer, não mais como cientista, mas como cidadã, de participar de um curso de Agente Ambiental no condomínio onde moro e que foi muito interessante, porque ali eu não estava

como membro do Governo, nem como cientista, mas como moradora. Nesse momento vi como os moradores se motivaram e estão realmente propensos a trabalhar junto com o Governo no sentido de maior preservação ambiental no condomínio. Essa experiência conjunta, Governo, empresa e setores da sociedade é muito interessante, é de total importância para que esse paradigma se torna realidade.

É bem verdade que é um caminho difícil, mesmo na academia não é fácil de ser corrido, mas tenho certeza de que estamos no caminho certo. É através dessa parceria – SENAI, SEBRAE, Governo, Universidade e sociedade – que consolidamos ações e resultados.

Gostaria apenas de abordar mais uma questão, relacionada com um *folder* que estava lendo na minha chegada aqui onde, na seção “Para saber e Refletir” tem um exemplo do atum, produzido numa empresa, que tem um preço um pouco mais alto, mas que é produzido dentro dos padrões de qualidade ambiental. Após a exposição do exemplo há uma pergunta voltada para a questão de se dar preferência ou não à empresa que tem o cuidado com a preservação ambiental, apesar de cobrar um pouco mais pelo seu produto. “Se sua resposta for não, que pena”. Vejam só, apesar desse trabalho de conscientização e educação, que eu considero fundamental, que tem sido feito tanto pelo Governo, como pelo SEBRAE e pelo SENAI, temos uma questão que, como socióloga, não poderia deixar de dizer, que é a questão da diferenciação social, da exclusão social. Eu me pergunto se as pessoas, a grande maioria da nossa população hoje teria condição de fazer esta opção e se trata de uma opção, e que deve ser uma opção consciente: pago mais pelo atum, que é produzido com preservação ambiental ou eu vou pescar no lago, ali, porque é de graça? Acho que essa questão da geração de emprego e renda e a questão social se colocam como de fundamental importância para se pesquisar a questão ambiental num país pobre como o nosso, desigual, com estruturas sociais totalmente distorcidas. É muito difícil pensar que, apesar do programa de educação e conscientização recebidos aqui, falamos em consciência ambiental, quando o nosso povo, a grande maioria dele, apenas sobrevive.

Tratar a questão ambiental com uma elite – que pode optar, e tem condições de optar agora – é uma coisa, mas tratar da questão ambiental com o excluído, com o pobre, é muito mais difícil. É preciso ter cuidado, e o Estado, que tem um papel fundamental na geração de emprego e renda, deve resgatar a cidadania dos excluídos, não apenas inserindo-os no processo produtivo, e no mercado, mas resgatando a cidadania, com uma perspectiva de uma vida que não é a vida do dia a

dia, do momento, é uma vida com planejamento, com possibilidade de opções. Acho que o caminho é por aí, refletirmos a questão ambiental a partir de uma visão global, sem que deixemos de lado nenhum aspecto com o político.

Muito Obrigada.

2º Debatedor: **Márcio Oliveira**-Universidade Federal do Paraná-UFPR

Antes de mais nada obrigado à SEMATEC pelo convite, ao Governo do Distrito Federal, para a gente é um prazer estar aqui podendo discutir com vocês devido à importância aqui do Distrito Federal que começa a tomar vulto ao nível nacional, e podendo trazer um pouco da experiência curitibana, já que Curitiba tem, os Senhores sabem, um pouco dessa imagem ecológica, como uma cidade ambientalmente correta. Nosso objetivo aqui seria um pouco explicar como isso foi possível, a partir de que base as práticas ambientais em Curitiba se transformaram em políticas ambientais e que setores foram envolvidos.

Os recursos naturais ultrapassaram sua capacidade individual de gestão, sentou-se a mesma mesa depois para árdua tarefa de superar conflitos e estabelecer parcerias, mas curiosamente o denominador comum a unir os diversos atores em torno da questão ambiental, desta vez não se origina nos interesses particulares defendidos pelos diversos atores, mas parece estar pairando sobre eles. Em outras palavras, não parece ser fruto de uma reflexão, seja ela teórica acadêmica, seja uma reflexão teórica ao nível de debate político, não parece também fruto de uma necessidade interna apenas de setores específicos da sociedade.

Parece ser uma mudança de hábitos e práticas que está fazendo a sociedade a se ocupar do meio ambiente, a questão ambiental envolve essa característica muito curiosa de fim de século, ela quem puxa os diversos setores a dialogarem e se sentarem a mesma mesa. Não foi o meu interesse que levou a conversar com vocês, mas os interesses aparentemente unem a todos. Então, nessa pequena intervenção, gostaria de comentar com vocês a experiência de dois programas curitibanos - eu não vou falar muito dos pressupostos em Curitiba.

Curitiba ganhou diversos prêmios internacionais com os programas ambientais, e também fruto de uma política de *marketing* bem feita. Ela seguiu, adquiriu uma boa imagem, uma bela imagem dentro da sociedade brasileira em torno também de questões políticas de planejamento urbano propriamente ditas, e não necessariamente ambientais, que levaram que os cidadãos de outros Estados “tenham um pouco aí, em Curitiba é possível, etc”.

Eu vou passar essa preleção toda, e entrar basicamente nas causas da ecologia, a ação da política em Curitiba. O que teria levado, com que administradores da cidade, já no começo dos anos 70, a começassem a se interessar pela questão ambiental? O momento, como os senhores sabem, no começo dos anos 70 a questão ambiental não tinha tanta força que tem hoje aí, mas essas causas são um pouco das tenses que eu defendo.

Não é fruto também, como no caso aqui de um discurso simplesmente teórico, mas discurso de uma prática e de uma prática pontual específica, que com o correr do tempo, acabou se constituindo em uma política ambiental maior.

De fato entre 70 e o final dos anos 80 as políticas ambientais propriamente ditas em Curitiba uniram uma evolução da legislação ambiental; criação de alguns parques públicos - alimentando com isso a relação de metro quadrado de área verde por habitante; e também na criação de dois programas de reciclagem de lixo, todos dois criados em 1990. O primeiro foi o programa compra do lixo, e, depois o programa de troca do lixo; Este evoluiu muito num segundo momento para o programa câmbio verde. Então, basicamente, nós temos um período muito grande, vinte anos, com apenas algumas ações que deram toda essa imagem extremamente positiva que a cidade tem hoje.

Como isso ocorreu? Havia de fato uma política ambiental já nos anos 70 bem estabelecida, bem formulada, que orientou essas ações ambientais, mas, na verdade, não a criação da cidade industrial de Curitiba, este é o exemplo caro disso. Em nenhum momento de sua história da criação da cidade industrial as preocupações ambientais estiveram em sua origem, nunca houve, por exemplos, restrições da implantação das indústrias poluentes. A única preocupação ambiental foi para se fazer estabelecimentos de espaços diferenciados para indústrias poluentes e não poluentes, reservando área verde entre os lotes. Vinte anos depois de criada a cidade industrial, fala-se com um exagero evidente de suas áreas verdes como sendo uma preocupação ambiental, tal como se encontra na definição que a prefeitura fez de meio ambiente em Curitiba no ano de 1992, onde ela criou alguns postulados e chamou estes de escola de urbanismo ecológico.

Esses postulados em princípio deveriam estar na origem de ações ambientais, sendo que na verdade a tese que a gente defende é que ocorreu justamente o inverso: foram as ações que levaram à formulação dos postulados e não ao contrário. Então, nesse momento, surgiu a hipótese: deveríamos considerar que muito das intervenções ditas de caráter ambientais antes de terem sido

idealizadas como projetos específicos de uma política ambiental maior, são de fato agentes fortuitos que permitiram a formulação dos postulados - colocados nesses termos.

Parecia que os postulados foram a tentativa de se ordenar e reinterpretar a história recente de Curitiba. São eles que deram sentido a ações empíricas e não necessariamente ambientais e não o inverso, e estão a tal ponto que hoje mesmo os técnicos da prefeitura acham que a política ambiental começou já nos anos 70 e os próprios historiadores da cidade um pouco compraram essa previsão, esquecendo-se que no cotidiano das ações é que foi sendo criado isso. Então a prática ambiental permitiu uma verdadeira releitura, uma releitura em certo sentido mística da cidade para apresentação política e, claramente em termos de publicidade, como uma cidade ambiental correta.

Eu gostaria de rapidamente comentar de políticos ambientais típicas da cidade, em função dessa maneira de se conceber a evolução das práticas ambientais, que são a criação dos parques, né? Curitiba tem hoje mais de 20 parques públicos, incluindo os municípios adjacentes da Grande Curitiba. Esses parques perfazem uma área de 20 milhões de metros quadrados de áreas verdes preservadas, em termos de município. No total tem um pouco mais de 400 milhões de metros quadrados; 20% dá um percentual de 4% só de área pública, sem contar um pedaço de área verde que a empresa tem na frente. Então, é um percentual relativamente importante, 4% de área pública no município que conheceu uma explosão demográfica brutal.

Dos anos 60 para cá houve uma importante ação nesse sentido. Eu gostaria de comentar isso e comentar também o programa câmbio verde, que é um programa que trata da troca de lixo reciclável e não reciclável por produtos hortigranjeiros. A campanha de lançamento do programa câmbio verde foi prescindida do programa “lixo que não é lixo”, para o qual foi criado o *slogan* “sob um quilo de papel reciclável uma árvore é salva”, para disseminação desse programa.

Junto à população foram criados programas de educação ambiental para serem aplicados nas escolas públicas, a árvore foi usada como símbolo e as crianças como agentes disseminadores da prática de coleta seletiva e reuso. Portanto, embora a degradação do meio ambiente seja evidente quando se trata de lixo, foi uma questão pontuar a saturação do aterro sanitário - estão em funcionamento - e a dificuldade prática e financeira de se mostrar novos terrenos para este fim que precipitou o lançamento do programa.

A questão ambiental começou a romper no cenário das políticas municipais através de aspectos reais - porém banais: a possibilidade de melhor equacionar a utilização desses

equipamentos dos recursos públicos tendo em vista a saturação do aterro sanitário, e a dificuldade financeira de se adquirir terrenos disponíveis para essa tarefa dentro de um município - aí em virtude obviamente dos preços do solo urbano.

Curiosamente, contudo, através da coleta seletiva logo se percebeu: resgatar em um só tempo tanto a preservação dos recursos naturais através da reciclagem quanto às possibilidades econômicas - através da compra / troca da coleta de papel e outros materiais; e dos postos de trabalho gerados nas usinas de triagem.


Mas pode-se parecer que os programas curitibanos ligados à questão do lixo, como lixo que não é lixo, compra do lixo, câmbio verde etc., foram criados a partir desse tipo de análise. Na verdade não foi isso que aconteceu.

O programa câmbio verde é um exemplo excelente do que estamos falando. Em 91 tinha por objetivo garantir a colocação no mercado das safras de hortifrutigranjeiros de pequenos produtores da região metropolitana. Suas origens remontam a uma diminuição no consumo de produtos hortícolas não só em Curitiba, mas em todo o país, devido ao surgimento de uma epidemia de cólera no cinturão verde de Curitiba.

Coincidiu com uma super produção de hortícolas sobretudo de couve-flor, tendo em vista a queda bruta nos preços nesses produtos e, obedecendo às leis de mercado, os produtores destruíram sua produção mesmo antes da colheita. Essas circunstâncias banais, num certo sentido, fizeram com que a prefeitura criasse o câmbio verde, um programa de lixo reciclável, por produtos hortifrutigranjeiros.

O câmbio verde ainda contou com alguns antecedentes de peso. Um deles era a impossibilidade prática de coletar lixo em área de favela, áreas invadidas, de risco ou de difícil acesso, habitadas, vias de regra, por comunidades com renda familiar em até dois salários-mínimos. Como forma de baratear e permitir a coleta de lixo nessas áreas, e ajudada pela citada epidemia que diminuiu a produção das hortícolas, surgiu uma ideia: por que não trocar alimentos que poderiam ser comprados a preços bastantes razoáveis na CEASA, por lixo que a comunidade coletaria, uma vez que as nossas caçambas, nossos caminhões não entram nessas áreas?

A resposta da pergunta acima necessitou alguns cálculos de custos e alguns estudos de viabilidade econômica, mas basicamente foi consequência de ações que a P.M.C. - Prefeitura Municipal de Curitiba havia começado a desenvolver há pouco mais de um ano antes. Através do



programa compra do lixo, portanto, já no início do câmbio verde a P.M.C. sabia quanto deveria ser pago pelo lixo comprado. Aparentemente tratava-se de um sistema de equivalência de custos, onde a P.M.C. nada se dispenderia a mais do que o normal. Contudo, a P.M.C. acreditava que poderia mesmo lucrar com esse sistema, tanto no plano financeiro quanto no plano social, tanto no âmbito da Secretaria de Saúde quanto na de Meio Ambiente. Isto porque nas áreas escolhidas para a implantação do programa havia surtos de doenças infecto contagiosas e os problemas ambientais decorrentes da não coleta de lixo são no sentido da degradação física do ambiente, tanto quanto potencializados pelas cheias periódicas dos rios das cidades.

Hoje em dia câmbio verde é um sucesso tanto de público quanto de crítica, além de ser ecológico, seu objetivo geral agora é, aspas: “estabelecer bases para sustentabilidade da vida no planeta”. Enquanto que seus objetivos específicos são promover educação ambiental; gerar empregos diretos e indiretos; prolongar a vida útil do aterro sanitário; racionalizar a exploração de recursos naturais; melhorar as limpezas do meio ambiente e, é claro, facilitar o escoamento da safra de hortifrutigranjeiro do cinturão verde de Curitiba.

Trata-se, portanto, de um programa sustentável estritamente ambiental, que envolve além da SEMA, o Departamento de Pesquisa e Monitoramento e a gerência de educação ambiental. Contudo, a P.M.C. se esquece que as origens [...] não foram estritamente ecológicas e que, sobretudo, a viabilidade econômica continua pesando no momento de aceitar que novas comunidades façam parte dele. Em outras palavras, aquilo que deveria ser uma condição [...] para a sua sobrevivência, a incorporação de novas comunidades passa por um crivo econômico tão forte como o crivo ambiental.

Com relação aos parques aconteceu mais ou menos a mesma coisa - os primeiros parques da cidade foram criados para resolver problemas de cheias. A solução encontrada foi: criamos um grande lago por onde esses rios passam; represaremos as cheias anuais; uma pequena barragem; faremos uma pequena cascatinha etc. Vamos emoldurar essas áreas com área verde para que as represas sejam protegidas não só de loteamentos regulares, clandestinos, mas também para que se dê visibilidade pública a essa política de combate às enchentes.

Então, as áreas verdes no primeiro momento foram obras de saneamento de drenagem, não foram feitas para que se aumentasse necessariamente o índice de área verde por metro quadrado na cidade. Tanto no lado dos parques quanto no lado do câmbio verde foram as mesmas ideias de

práticas pontuais para solução de problemas, também específicos, que levaram com que a prefeitura adotasse medidas hoje consideradas como de medidas ambientais.

Eu gostaria de concluir apenas com uma pequena nota, muito embora seus resultados, resultados desses programas, tenham contribuídos para associar a imagem de ecológica à capital paranaense. A trajetória da questão ambiental da cidade não parece ser caso à parte dentro da realidade urbana brasileira. Ao contrário, as políticas ambientais se constituem, fortaleceram-se no [...] dos problemas colocados pela gestão pública, não foram frutos de gurus ambientalistas ou executivos imaginativos apenas, mas sim, lastreados por problemas pontuais e por circunstâncias favoráveis.

Importa, contudo, resgatada a experiência curitibana, que a questão ambiental findou por se constituir nesse interesse que paira e ilumina e orienta os demais, numa palavra que os aglutina. Sobretudo, porque, importa a vários setores sem necessariamente se tornar escrava de nenhum deles. O interesse ambiental, então, tem se caracterizado como um elemento catalisador, cada vez mais reunido de entidades, Governo, empresários etc.

Sobretudo porque, hoje, a cidade corre um pouco atrás da sua imagem ecológica. Então, embora surgido através de questões específicas, embora sido capitalizada politicamente, hoje ela é importante porque a prefeitura não pode deixar mais de dar atenção para essas práticas ambientais. porque a população periodicamente através das eleições cobra uma postura nesse sentido.

Então, cabe resgatar, embora sua origem tenha sido feita no bojo de problemas específicos, que ela acaba se tornando esse interesse que orienta, que catalisa, eu acho que isso é importante na experiência curitibana.

Eu acho que a experiência aqui no Governo do Distrito Federal um pouco vai apontar sobre isso. É possível que passem os Governos e agentes, mas que essas políticas não passem. Que todos os Governos sejam obrigados, a partir de dados técnicos, pedir um conhecimento técnico. Na realidade, a serem forçados a institucionalizarem a questão ambiental, porque é isso tudo que vai garantir a permanência dos programas ambientais.

3º Debatedor: **Othon Leonardos-CDS-UnB**

Bom dia a todos.

Vocês vão me desculpar, mas vou falar algumas coisas muito sinceras. Temos ouvido e tratado muito a questão ambiental como um problema exclusivamente da mente, através da ciência, da tecnologia, e é muito difícil, eu como Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – onde temos curso de doutorado e agora de mestrado em meio ambiente, onde há gestão, muita gestão ambiental – continuar apenas usando tecnologia e técnica e perceber em diversos outros fóruns onde a questão ambiental é discutida, o que as pessoas sentem com relação ao meio ambiente, e como essas duas parcelas da sociedade não estão se encontrando. Esse é um problema fundamental, e vejo mesmo aqui, nas pessoas que estão ouvindo, que é um processo mental de crítica e de apoio, apesar de ter poucas pessoas da SEMATEC, quando deveria estar todo mundo em peso, dando força.

É uma coisa maravilhosa esse programa da SEMATEC, mas cadê a energia para colocar isso em prática? Por enquanto, está no discurso, apesar dos programas todos maravilhosos e a concepção ser fantástica. Já se sente aqui em Brasília, talvez em ascensão aqui no Brasil, essa solidariedade e cumplicidade das várias parcelas da sociedade - das empresas, da sociedade civil, até mesmo o Governo - está uma certa cumplicidade para resolver a questão ambiental. Mas enquanto as pessoas não atuarem primeiro como pessoa – sem colocações do tipo “O Governo deve fazer isso... Os meus vizinhos devem fazer aquilo...”, enquanto não tivermos nosso coração envolvido e, de certa forma, um tesão para fazer isso, programas como esse não vão acontecer e sim o que paradoxalmente está acontecendo: quanto mais se fala da questão ambiental, mais está se destruindo o ambiente.

Concordo totalmente com a questão da ISO 14.000, com uma pequena observação. É uma coisa fantástica, mas é no final de linha, a produção. Mas, se a gente apostou pela técnica ou pelo Governo burocrático, se não tiver envolvido no sentido de falar pela sociedade, se essa sociedade não tiver consciência e se as pessoas dessa não tiverem consciência, estaremos falando para a mente e no vazio. Assinamos vários protocolos, que frequentemente ficam no documento e as coisas ainda não conseguem acontecer. Vejo na minha própria universidade onde a base de tudo é a conscientização, a educação ambiental. Acho que não existe nem educação ambiental nem existe educação. O que existe é um programa do ambiente que faz parte da educação global. Não existe uma educação separada da educação ambiental. No entanto, a própria UnB comete esse crime ecológico. Muitos grandes cientistas, em nome da ciência, para resolver meio ambiente, para fazer estudo, produz resíduos.

E, é claro, existe na SEMATEC, também da mesma forma, pessoas competentes, responsáveis, procurando resolver os problemas, mas que continuam no discurso. Não sei qual a solução, mas frequentemente este discurso é um discurso, como a Prof^a. Laura comentou, ainda dentro do velho paradigma.

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES

Laura Duarte-NPCT-UnB/ FAP-DF-GDF

Do jeito que o Prof. Othon falou, parece que as coisas não estão andando e eu não concordo com isso. Acho que nós ainda, a sociedade liberal – que engloba Governo, empresa, sociedade, comunidade – temos contato sim. Acho que pelo paradigma hegemônico, que saiu não apenas direcionando as atividades produtivas e o modelo econômico no Brasil, mas também a ação da humanidade desde o século XVI, significa que não é de um momento para o outro que nós vamos mudar o cotidiano das pessoas, o seu comportamento. Não é de um momento para o outro, acredito, que nós vamos mudar a mente e as ações das pessoas e não estou pessimista ao imaginar que esse paradigma, por ser hegemônico há tanto tempo, ele vai ser sempre preponderante.

Tenho dito nas minhas aulas que eu sou extremamente positiva no pensar que as coisas estão em processo de transformação e os autores contemporâneos têm mostrado evidências, não apenas teóricas - em termos de instrução teórica - mas evidências concretas e mudanças. Este Seminário é uma evidência concreta de que alguma coisa está mudando. Na década de 70, quais eram os seminários que se realizavam para discutir qual o melhor produto ou tipo de produto para ser colocado no mercado? Qual é o processo produtivo mais rentável? Hoje acrescentamos algo novo nos discursos, nas nossas preocupações e na falta de preocupação não apenas dos acadêmicos ou daqueles que trabalham com a reflexão, mas na falta de preocupação das empresas, na falta de preocupação dos Estados. Acho, então, que nessas últimas décadas, mais precisamente nas duas últimas décadas, transformações importantes ocorreram e a mudança carismática, a mudança da mente, a mudança de comportamento, do cotidiano, é muito lenta.

Em relação à última frase do colega de Curitiba, quando ele disse: “que passem os Governos, mas que as ações técnicas fiquem para que os próximos Governos não mudem o rumo, sejam obrigados a continuar com os programas em relação a questão ambiental”, tenho convicção de que não é um programa de Governo e não é uma ação técnica que vai garantir a manutenção desse tipo de programa. O que pode garantir uma mudança de comportamento, uma mudança no

cotidiano, uma mudança em termos mais globais da humanidade é a preocupação do mercado, dos empresários, da sociedade civil nos seus diferentes segmentos e dos Governos. Não existe ação técnica que permita a permanência de um programa governamental, por melhor que ele seja, se não houver a pressão da sociedade civil, se não houver uma demanda de mercado. É, portanto, um conjunto de fatores que vai permitir que essa nossa preocupação de hoje se mantenha além do Governo, além das políticas, além das ideologias.

Este é um processo, uma visão de processo, que não é pontual, que é muito mais do que uma transformação de mentalidade. Já estamos, mesmo que uma forma muito tímida, sutil, saindo do discurso e entrando na prática. Este Seminário é uma ação, é prática, não está apenas no nível dos discursos. O trabalho do SEBRAE e do SENAI indicam claramente ações concretas e o trabalho do Governo também indica. Não é ainda o que sonhamos, não é a relação homem / natureza que esperamos, poupada por um novo paradigma, mas estamos caminhando para isso.

Com a fala do Othon fui murchando, tendo em vista uma visão tão pessimista, mesmo assim, tenho a convicção de que estamos mudando mesmo.

Othon Leonardos - CDS-UnB

Novamente eu acho que é um pouco a mente [...].

Minha querida colega, Prof^a Laura, sentiu que eu estava sendo pessimista. Muito pelo contrário, acho que ela é pessimista quando diz que esse paradigma que está aí ainda vai permanecer hegemônico por muito e muito tempo. O que ela falou está perfeito. Isso aqui está começando a acontecer na prática, mas apenas começando. Temos que pegar [...] para continuar com essa cumplicidade, com essa solidariedade do SENAI, do SEBRAE, da UnB, da SEMATEC, do IEMA e da sociedade civil. Está começando a acontecer, mas muito fino ainda.

Estamos vivendo nesse paradigma no sentido econômico, neoliberal. Vejo que esse neoliberal está acabando para a iniciativa individual que não era respeitada em Governo socialista [...] dos Estados e seus Territórios tem que manter a igualdade social pela força, então, esse neoliberalismo que está aqui é fruto disso. Mas esse próprio neoliberalismo que veio com a queda do muro de Berlim e essa globalização de tudo, inclusive da economia, atualmente se dá apenas com uma ocidentalização do mundo, uma americanização e não uma globalização verdadeira. Essa globalização verdadeira está começando a acontecer, não tanto no sentido econômico – com o

domínio de uma parte sobre outra – mas no sentido de se integrar ao mundo, onde todos sejam cúmplices.

Vejo que acabou a coisa de direita/esquerda, e essa questão ambiental que está se discutindo hoje, inclusive, é uma questão que está acima do direita/esquerda. O pessoal do PT como do PSL respira do mesmo ar, bebem da mesma água, pedem emprestado o seu alimento do mesmo solo. Eles já estão sentindo que vão precisar colaborar sim, para resolver a questão ambiental e a sociedade – aqui representada parcialmente por todos nós aqui – é que está forçando isso. Sou muito otimista sim, acho que é por pouco tempo que vamos [...] na hora que nós virarmos cúmplices e começarmos a crescer. Vai ser por pouco tempo que vamos viver aqui no velho paradigma.

Carlos Fernandes-CAESB-GDF

Eu gostaria de botar um pouco de pimenta aqui no debate dos nossos dois professores e colegas, dizendo o seguinte: durante muito tempo essa questão ambiental andou circulando em certos círculos fechados, onde basicamente engenheiros, biólogos e químicos discutiam essa questão. Hoje fico muito satisfeito em ver a sociologia, a política e a antropologia se juntando nesse final dos anos 90, pensando com certeza em dar nova visão, novo ponto de vista para essas questões ambientais, porque elas não são resolvíveis só na técnica.

Quando a gente avalia, por exemplo, a perspectiva que um cidadão americano – e a gente vai ter que falar dos Estados Unidos, infelizmente, porque as nossas estatísticas estão pobres e fica difícil falar delas - quando a gente avalia como o cidadão americano gostaria, pelo menos até 1992, que o dinheiro do país dele fosse usado. Em primeiro lugar, aparece a saúde, onde levaria o maior quinhão do orçamento dos Estados Unidos. Em segundo lugar, vem exatamente as questões ambientais. Na verdade, temos que analisar o seguinte: as questões ambientais, esse cuidado com o meio ambiente, envolve custos, que precisam ser alocados, precisam ser esclarecidos para quem está prestes a realizá-lo.

Evidentemente a sociedade tem um papel fundamental nesse processo de juntar, como o nosso professor colocou, a mente com a ação. É em sociedades, por exemplo, em países mais desenvolvidos, de quem entra num supermercado, olha para uma sequência de 30, 40 marcas diferentes de desodorantes e escolhe um que normalmente está com o preço um pouco mais elevado, mas que no rótulo, na parte de trás do desodorante, está dizendo o seguinte: que aquele desodorante foi desenvolvido sem que ocorresse algum tipo de crueldade animal. Esse nível de

sofisticação vai se chegando com o passar dos tempos. A nossa preocupação com qualidade, junto com a questão ambiental, é o reflexo dele. Nós estamos em 1997. Alguns anos atrás dávamos uma grande ênfase – em todo o país, ou mesmo em todo o mundo – para essas normas das séries ISO 9.000, porque a questão era qualidade, era o produto, era mostrar que ele estava sendo feito com uma qualidade mais elevada do que o outro da concorrência.

Hoje em dia todo mundo está começando a colocar a série ISO 14.000 – que é exatamente a razão desse nosso Seminário aqui – para mostrar que não só a qualidade do seu produto é aquela, mas todas as etapas utilizadas para o desenvolvimento daquele produto são ecologicamente corretas.

É claro que vamos questionar não só o ponto do cigarro, que foi levantado pelo professor, mas o fato de que os carros são produzidos e recebem uma certificação da série ISO 14.000, quando eles vão ser responsáveis pelo lançamento de CO₂ na atmosfera. Esse CO₂ vai se acumular e agravar o efeito estufa – amanhã, quando for apresentar o meu debate, vou exatamente colocar a inversão que há na sociedade sobre quais são realmente os problemas ambientais mais graves. Mas, vejo com absoluta clareza que essa junção, que hoje em dia a gente começa a ver discutida num fórum como este, a questão da ISO 14.000 é um avanço significativo que a nossa sociedade como um todo está dando.

Nós temos um exemplo concreto aqui em Brasília, da CAESB, que está se organizando, trabalhando junto com o SENAI. Vejo aqui meus dois colegas que participaram do trabalho com a gente, trabalhando junto com o SENAI no sentido de certificar uma das unidades operacionais da Companhia, que é a Estação de Tratamento de Esgotos Sul. Tudo isso são fatores altamente positivos. Os custos hoje em dia vão sendo equacionados com a qualidade do produto e a satisfação do consumidor no final.

Eriel Sinval-Técnico Ambiental -IEMA-GDF

Como o Dr. Carlos não fez perguntas, vou fazer uma pergunta à mesa, principalmente aos debatedores: se o ético tem que ser legal, o legal tem que ser ético e se o novo paradigma pensa no ético e no legal? Por que se vê hoje em dia no Distrito Federal e no Brasil a mudança de legislação para que uma coisa que é ilegal, às vezes até ética, se torne legal? São muitas as situações.

O Dr. Carlos, acho que para palestra de amanhã, já vai defender o aumento do custo de água dentro do Distrito Federal, em função da qualidade ambiental que se dá ela e que é oferecida à população. Eu só estou levantando isso porque, na verdade, a qualidade ambiental e o preço já fazem parte do produto. Uma coisa não tem que ser cara para ser boa e de qualidade. Isso é uma forma de se jogar para cima da gente um custo que é uma obrigação de empresários - o de produzirem coisas de melhor qualidade, a preço mais barato, como forma de competitividade entre empresas.

O que a professora chamou à atenção de que o selo ambiental vai produzir exclusão social, é verdade. As coisas têm que ser caras e ter uma qualidade ambiental. Na verdade, na área agrícola, os produtos que são produzidos sem insumos convencionais - agrotóxicos, adubos etc. - têm um custo mais alto que os produzidos em grande escala. As pessoas não conseguiram solucionar ainda a produção de produtos hortícolas, que o professor Márcio citou. Não sei como eles produzem hortaliças no Paraná. Ele não falou como é o lançamento de esgoto, de águas pluviais e como é a localização do aterro sanitário e como é feito na região de Curitiba.

A pergunta que faço, portanto, é: o ético tem que ser legal e o legal tem que ser ético?

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

Gostaria só de dizer alguma coisa referente à legislação, que é o fato de que pretendemos realizar no ano que vem um *workshop* objetivando fazer uma discussão sobre legislação, o que não vai, necessariamente, implicar uma maior liberalidade das normas ambientais com relação aos empreendimentos.

Há necessidade de uma grande discussão entre a área técnica do Estado, entidades ambientalistas e representantes do empresariado local. A princípio, a gente já identificou alguns pontos da legislação que realmente são retrógrados, sob o ponto de vista de uma concepção meramente conservacionista do meio ambiente, ou seja, hoje em dia você simplesmente denuncia a devastação ambiental que é feita para se produzir. De fato, as coisas estão acontecendo de forma paradoxal, mas temos que nos conscientizar que têm muita coisa ruim e não simplesmente dizer que a coisa está boa e ficamos por aí.

Sou muito otimista, mas só quanto à conscientização de reconhecer as coisas nocivas que estão acontecendo por aí. [...]

[...] Concordo totalmente com a questão levantada pelo nosso colega - do ético ser legal e do legal que é ético - mas aí já entra uma outra questão que é qual a ética que a sociedade deseja, ou melhor, que a sociedade faz parte [...].

Othon Leonardos—CDS-UnB

Vamos ver que desse novo paradigma discutido com filósofos, artistas, botânicos, cientistas, homens notáveis, que está começando uma profusão de dezenas de livros. Estamos vivendo um momento maravilhoso, é esse muito estilista de uma nova ética, onde toda aquela ética herdada na sociedade transcendental, vamos dizer, Sócrates, Aristóteles, Platão, passando depois por uma incorporação de uma filosofia cartesiana, newtoniana e spinozista. A coexistência desta ética com uma outra ética, vira ética ocidental com [...] oriental incorporada nos próprios indígenas nossos, inspira os nossos [...], metafisicamente, uma ética em termos ambientais muito superior.

Estamos vivendo essa transição de paradigmas onde coexiste essa ética conservacionista, preservacionista, aquela que durante 11 mil anos em nossos verdadeiros brasileiros viveram aqui fazendo uma gestão ambiental. Quer dizer, notáveis, então é isso, precisa coexistir essa metafísica, essa ética do índio brasileiro, essa ética tropicalista que foi da ciência de todos, incorporando essa ética ocidental que também provem de um desenvolvimento, produz uma evolução e não uma estagnação. Não uma estagnação do presente vivo, mas produz esse desenvolvimento que não é desenvolvimento econômico, é um desenvolvimento social, um desenvolvimento dentro de uma outra economia, é um crescimento, vamos dizer, do homem como parte da natureza, mas não contra a natureza. [...]

Laura Duarte—NPCT/UnB; FAP-DF-GDF

Vou tentar responder à questão apresentada, só fazendo uma correção: em nenhum momento coloquei que o “Selo Verde” promoveria exclusão social. O que coloquei é que exclusão social é uma característica não apenas do nosso país - agora estou complementando, mas de todos os países que na História da Humanidade passaram por um processo de dominação. É uma relação desigual em termos internacionais e a exclusão social num país como o nosso é estrutural. Não é o Selo Verde, então, que vai fazer com que haja exclusão social.

Essa questão do custo-benefício no trato da questão ambiental está sendo bastante discutida - não é a minha área, não trabalho com isso. Mas pelo o que tenho lido e trabalhado, me parece que o custo é muito maior e promoverá maior desgaste econômico, como o custo da recuperação das

área degradadas e na agricultura - o setor rural é o setor que eu mais trabalho como socióloga rural. Tenho visto como é grande o custo social e econômico de se tentar recuperar áreas degradadas no sul do país, de onde venho, tentar recuperar famílias e populações inteiras que migraram para as grandes cidades e se tornaram marginalizadas. Este custo é imenso para o país, para todos nós.

Fico pensando, então, se uma preocupação maior com a questão ambiental, como o uso dos recursos naturais, torna o processo produtivo mais caro, mesmo que em primeiro momento possa parecer que isso tem custo adicional? Num primeiro momento, eu concordo com o senhor, mas se pensarmos nessa possibilidade, no futuro teremos o custo muito minimizado, porque não teremos que nos preocupar com a recuperação das áreas degradadas.

Othon Leonardos-CDS-UnB

É apenas uma colocação que gostaria de fazer porque acho que não me expressei bem e peço desculpas.

Considero que países como o nosso, países pobres, países que estão num processo de desenvolvimento, em que a exclusão social é um dos maiores problemas, não podemos exigir que a população pobre tenha a mesma consciência social que nos Estados Unidos, e muito bem colocou o colega, que lá a preocupação ambiental vem no segundo ponto da escala de interesse da população. Com certeza aqui seria: empresa, alimentação, saúde, educação. Não sei se a questão ambiental apareceria como um ponto de preocupação da população e da sociedade em geral. Então não foi isso que eu quis dizer.

Em relação à questão da ética da técnica e da legalidade que o senhor colocou em relação aos paradigmas, o que se percebe é que no paradigma que vivemos hoje, as questões sociais e as soluções destas deixaram a ética de lado. Quero dizer, a questão ética foi negligenciada. A solução vinha sempre pela técnica ou pela legalidade, pelo jurídico. É o jurídico ou o técnico que pautam as soluções para os problemas. Vamos pensar na questão da terra, da reforma agrária. Só agora, mais recentemente, é que essa questão tem sido colocada em termos éticos e de uma preocupação social. A questão era muito mais técnica e as soluções mais ao nível técnico e jurídico do que ético e social.

Acredito que em um novo paradigma, nesse novo paradigma que está despontando e que nós sentimos como virtual ainda, a ética será retomada. Deve ser retomada porque um dos pontos fundamentais apontados por todos os estudiosos e filósofos do momento é a questão da

solidariedade. Este novo paradigma tem que estar calcado na solidariedade. Uma solidariedade intergeracional no sentido de que nós estamos todos preocupados com a questão ambiental, com a sobrevivência, com a questão da exclusão, mas não estamos preocupados apenas com esse momento, mas com o futuro das próximas gerações. Então, é uma solidariedade que vai muito além da ética que nós conhecemos hoje, que é uma ética igual entre companheiros.

Vamos aqui fazer um pacto de dividir o que nós temos. Acho que a ética do novo paradigma deve estar calcada numa solidariedade intergeracional, ou seja, vamos poupar um pouco hoje, vamos abrir mão de um pouco das coisas que nós poderíamos ter hoje para pensar na geração que vem por aí.

Não sei se lhe respondi à questão da técnica e a questão da legalidade. Não acredito, como cientista, e jamais poderia dizer: “não vamos privilegiar a técnica, não vamos privilegiar o jurídico”. Sim, nós atingimos um desenvolvimento técnico que é invejável, que trouxe muitos benefícios à humanidade também. A questão da saúde, a questão até do próprio trato com a natureza. É um paradoxo. O desenvolvimento tecnológico trouxe consigo problemas, mas trouxe muitas soluções e nós não podemos desconhecer isso. Não podemos simplesmente renunciar à tecnologia agora. Temos que ter cuidado no uso da tecnologia. É essa a questão. Não podemos abrir mão das nossas normas, das nossas legislações, dos aspectos jurídicos. Nenhuma sociedade se faz sem normas, sem hierarquia e sem a questão jurídica. Mas nós temos que adequá-las às necessidades, à realidade que estamos vivendo.

Este é um processo dinâmico. Não podemos cristalizar as normas, não podemos abandonar a tecnologia. Essas coisas todas andam juntas. Agora, temos que resgatar a ética e temos que resgatar a ideia de uma solidariedade que não é uma solidariedade como hoje, mas sim, solidariedade com as futuras gerações. Acho que isso é que vai realmente pautar o direcionamento de um novo paradigma daquilo que chamamos de desenvolvimento sustentável, que todos nós estamos querendo.

Cerimonial

Muito bem. Temos uma pessoa inscrita para falar que é o Rosalvo Júnior. Eu gostaria de dar o seguinte encaminhamento.

Carlos, tudo bem, você pode se dirigir ao microfone, fale dali porque nós estamos gravando para fazer uma publicação depois, mas eu gostaria que fosse breve para que o Júnior pudesse fazer

a pergunta e nós fazermos o fecho, porque essa primeira manhã foi uma discussão mais conceitual, ampla, sobre o Programa de uma maneira geral. Essa questão do selo, por exemplo, vai ser aprofundada, vamos discutir isso hoje à tarde.

Carlos Fernandes-CAESB-GDF

Não vou discutir selo. Só gostaria de fazer uma observação.

Quando mencionei o fato de que a CAESB estaria se envolvendo num programa de Gestão Ambiental, você mencionou que talvez o preço da água fosse subir. Queria dizer o seguinte: amanhã, realmente, nós vamos botar mais água da CAESB para fora, mas tenho aqui, por acaso, uma publicação da **Gazeta Mercantil** fazendo uma avaliação da ação da SABESP, em São Paulo. Dizendo o seguinte: que a SABESP está desenvolvendo um projeto ao custo de 2 bilhões de reais e chegou-se a seguinte conclusão: de que era 4 vezes mais barato - essas são as palavras que eu estou lendo do artigo – “que era 4 vezes mais barato tratar água dos mananciais mais preservados do que da represa de Guarapiranga, por estar muito comprometida pela ocupação desordenada da região”. Então, quem sabe se de repente, com o Programa de Gestão Ambiental bem feito, o que deve acontecer é o custo da água, no lugar de subir, baixar?

Para encerrar, está dizendo o seguinte aqui: “concluído este projeto, o tratamento da água da represa custará 720 mil reais a menos por dia”. Só como informação complementar, nessa represa são usadas 4 toneladas de sulfato de cobre por dia para poder resolver os problemas de alga e mau cheiro que tem naquela região. Quatro toneladas de sulfato de cobre, só para botar um referencial, é o quanto nós usamos às vezes, por ano, no Lago Paranoá.

Cerimonial

Bem, Júnior, a sua pergunta.

Rosalvo Júnior-Técnico Ambiental-SEMATEC-GDF

Acho que o Professor Othon na intervenção dele, colocou aquilo que algumas pessoas, inclusive o nosso Governador, chama: nós estamos na esquina do processo civilizatório, entendeu? E aí, penso e digo isso de maneira muito fraterna e como técnico do órgão ambiental do Distrito Federal, concursado, que acho que é a maneira mais democrática de você ter acesso ao serviço público.

Gostaria de observar que hoje de manhã precisamos responder o seguinte: é a norma ISO 14.000 um novo paradigma de gerenciamento ambiental? Lamento que a Prof^a. Laura tenha saído, mas isso é que temos que responder. É um novo paradigma?

Minha segunda pergunta é: como é essa questão da incorporação da variável ambiental nos processos decisórios de políticas públicas?

A terceira pergunta: o que é sustentabilidade ecológica ou ambiental? E fico muito tranquilo para discutir essas questões até terminarmos uma pesquisa financiada pela própria FAP, onde a gente discute política ambiental, até desenvolvida no nosso Governo.

Levanto, ainda, uma quarta questão: qual é a diferença entre CIPA, CLIQAS, CIQA e SGA? Se não são companheiras, são as mesmas coisas? Esqueci de acrescentar a questão dos mapas de riscos que foi desenvolvido pela CUT nos anos 90 - no início dos anos 90, 91, 92 - nas CIQA, CLIQAS, ISO 14000.

O que é isso? Se não as mesmas coisas, com pequenas variações, mas não variações de fundo? Se nós estamos falando da mesma coisa? E aí queria pegar um pouco a questão que a Prof^a. Laura colocou que é necessidade de um Estado forte, particularmente na questão de meio ambiente. E sempre digo nas minhas palestras o seguinte: desconfiem de um órgão ambiental que é muito bonzinho, desconfiem. Por quê? Porque em todo o lugar do mundo o órgão ambiental não é bonzinho. Vejam, por exemplo, o debate que está tendo, hoje, nos Estados Unidos sobre a proposta do EPA para as emissões de CO₂, que colocou as indústrias contra a proposta do que o Presidente Clinton apresentou para o Congresso, porque vai diminuir emprego etc. Então desconfiem, porque o meio ambiente ainda é uma área de interesses conflitantes. E quando você mexe com interesses conflitantes você não pode ser bonzinho. Você tem que desconfiar do órgão ambiental. Sempre digo para os meus colegas daqui: olha, no dia em que a SEMATEC e o IEMA forem aqueles órgãos que todo mundo na cidade gosta, ele não está atuando. Por quê? Porque nos falta, objetivamente, ainda, essa conscientização ambiental.

E aí, companheiros, para a questão ambiental temos a necessidade de quê? Efetivamente, de um Estado forte. Por quê? Porque é um Estado que vai intermediar conflitos. Por que existe conflitos ainda? Porque nós todos não estamos com essa consciência, como o Prof. Othon levantou. É óbvio que não estamos. Por isso vou pegar a questão dos empresários. Os empresários entraram

nessa questão de meio ambiente, ISO 14.000; até mesmo o programa do SEBRAE - que taticamente acho que está correto, os “Cinco Menos que São Mais”.

Na questão da qualidade ambiental nós vamos poder manter esses níveis de produção e consumo que a sociedade tem hoje, nós vamos poder manter esse nível de concentração de renda que nós temos nesse planeta, que temos nesse país? É óbvio que não.

Finalizando, gostaria de colocar – e não gosto muito quando objetivamos determinada questões – que o gerenciamento verde é gerenciamento tão somente quando você coloca tudo na mesma análise, a variável ambiental, a variável econômica etc. Não acho que seja rotulagem ambiental. Temos que acabar com esses adjetivos. Por quê? Porque senão a gente fica na ideia. O Prof. Othon chamou à atenção para um artigo sobre paradigma da rotulagem verde *versus* à rotulagem não verde, do gerenciamento verde *versus* o gerenciamento não verde. Não é isso!

Ou a gente faz um gerenciamento em que a gente contemple todas as questões, inclusive a da participação, ou não faz. Por que novamente a gente levanta essa questão de participação? Por uma coisa óbvia, companheiros: o Estado, vou dizer mais corretamente do ponto de vista da Ciência Política, o Governo, está perdendo a legitimidade na medida em que se afasta da grande massa e fica trabalhando, apenas, com as lideranças, com “aqueles” - entre aspas – “que têm poder”. Ao diminuir essa legitimidade ele entra com um discurso – e acho que é discurso, por isso que comecei a minha fala – dizendo que a esquina do processo civilizatório é a gente sair da teoria para a prática e joga o discurso da participação. É claro. Hoje, o Estado, o Governo, para legitimar-se, ele precisa do quê? Precisa da participação porque senão a sociedade não vai mais reconhecê-lo como Governo. É a mesma coisa se instituímos nesse país as eleições não obrigatórias. Vocês verão que poucas pessoas irão participar do processo eleitoral, que é essa pseudodemocracia.

Acho, finalizando mesmo, que temos que colocar todo esse lado, toda essa questão de qualidade ambiental ISO 14.000 para aquilo que foi a abertura desse encontro: o que é ISO 14.000? Por quê? Para quem? Como? E passarmos os nossos discursos que são coisas velhas com novos objetivos para, efetivamente, a prática. Acho que essa é uma tarefa que coloco não só para os membros da Mesa, dirigentes, mas coloco para mim mesmo, enquanto pessoa, que estou nesse processo, também, de mudança pessoal.

Obrigado.

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA-ISO 14.000- IEMA-GDF

Não vou exatamente responder ao Rosalvo Júnior porque foram muitas perguntas – daria para a gente entrar pela tarde toda se fôssemos debater os desdobramentos desses questionamentos, mas apenas fazer uma síntese.

Com relação à primeira pergunta, se a norma ISO 14000 é um novo paradigma de gerenciamento ambiental, posso dizer que ela é uma ferramenta, uma ferramenta de gestão, e não um paradigma. Mas qual seria o paradigma, na verdade? O paradigma é o do desenvolvimento sustentável. Este sim é que eu acho que está em discussão. Agora, a implantação das normas ISO 14.000 significa desenvolvimento sustentável? Não necessariamente. Por quê? Porque se considerarmos que o homem é ser integrante da natureza e que qualquer política ambiental tem que estar centrada nele, a simples implementação de normas ISO 14.000 não necessariamente implica em desenvolvimento sustentável. Como quando o processo de reestruturação organizacional das empresas nas quais as normas forem implementadas acarrete em redução de mão de obra, como está acontecendo em São Paulo.

Em São Paulo, nos últimos três anos, a indústria cresceu e demitiu trabalhadores por uma série de fatores, como inovação tecnológicas, robotização, mas também, devido a inovações organizacionais, não só o controle de qualidade, como também à utilização de uma série de ferramentas de gestão empresarial que estão reduzindo ou eliminando postos de trabalho na indústria paulista. São 300 mil postos de trabalho que foram eliminados. Apenas por inovações organizacionais? Não. Mas que as inovações organizacionais potencialmente viabilizam ou possibilitam a redução dos custos dos empresários com relação às suas folhas de pagamentos, isto é verdade sim.

Qual é o diferencial nosso, enquanto Secretaria do Meio Ambiente, enquanto Estado? Como sociólogo poderia falar muito, mas seria a minha posição. Por isso falo como participante do Governo, e foi como membro do Governo que acho que fui questionado.

Quando o Júnior pergunta: qual é a diferença de CIPA, CLICAS, CIQA posso dizer simplesmente o seguinte: as Comissões Internas de Qualidade Ambiental – CIQAs, como disse na minha primeira intervenção, é o nosso diferencial desse Programa, porque a gente aposta nos trabalhadores das empresas públicas dos órgãos do Distrito Federal, de todo o complexo administrativo, incluindo escolas e postos de saúde. A gente espera que a saída, inclusive dos CLICAS - não apenas da esfera da máquina administrativa, mas para a sociedade ao nível de

organização por local de trabalho, também se faça com sucesso. E, veja, esse componente de educação ambiental - não uma educação ambiental que você chega no local de trabalho, dá uma palestra. vai embora e nunca mais volta - num local de trabalho em que os trabalhadores elegem, discutem, apresentam chapas, apresentam propostas de melhorias do seu ambiente de trabalho, isso é afirmação de cidadania.

Somente com a afirmação da cidadania, com o aumento da consciência política do nosso povo é que poderemos questionar o modelo de consumo adotado. Se dizem que temos que reduzir a produção de CO₂ em 40%, muito bem. Mas o que é que a gente faz com o parque industrial brasileiro, que está moldado numa indústria automobilística? A resposta das grandes questões estruturais da sociedade não vão ser do Governo. E não é o caso de o Governo estar procurando legitimidade ou não. O que o Governo Democrático Popular está fazendo é abrir canais de participação da sociedade. Agora, é a sociedade que vai definir para onde ela quer ir, de forma organizada e participativa.

Falando como sociólogo, a esquerda e a direita não acabaram não. Muito pelo contrário! Em minha tese de mestrado na Universidade de Brasília questiono exatamente essa ideia do ambientalismo como sendo uma ideologia de consenso. Na verdade, a coisa é muito mais profunda. Será que o desenvolvimento sustentável que o setor industrial petroquímico quer é o mesmo para o setor marginalizado e excluído da população, que a Professora Laura Duarte colocou? É a mesma coisa?

Voltando a falar como Governo, estamos trabalhando com o empresariado e com o meio acadêmico e temos uma perspectiva política muito clara de fortalecer a organização da população. Para que essa população dirija moções aos órgãos do Governo. E para que essa população, de maneira organizada, avançando no seu grau de conscientização política, defina o que a sociedade, em seu conjunto, quer. Acho que não é papel do Estado, nem do Governo definir qual é a sociedade do futuro. Ela tem que ser a sociedade definida pelos trabalhadores.

Aí sim, acho que tem muita identidade nesse novo paradigma da Questão Ambiental ao nível de empreendimentos, e a participação da comunidade científica é fundamental. Na realidade, esses três setores são fundamentais, mas quem vai dar a palavra final no novo modelo de sociedade não vai ser o mercado, não vai ser o Estado, não vai ser a academia, vai ser a população organizada.

Abrir espaços para a organização da população e para a afirmação de sua cidadania e expressão política é o nosso papel enquanto Governo Democrático e Popular.

Considerando o adiantado da hora, vamos terminar por aqui, convidando a todos para a continuidade do Seminário à tarde, quando essas questões vão ser novamente discutidas. É nosso objetivo justamente levantar a polêmica em cima dessas questões e não buscar um falso consenso.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

PAINEL II

Auditório da SEMATEC - 19/11/1997 – Vespertino

Iº Bloco de Exposições

1ª Palestra: **Frederico Cabral**-Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT

Atualmente, a ABNT tem 120 e poucos funcionários e tem representação e coordenação em vários Estados e trabalha coordenando o processo de normalização no país, que no ano de 1996 envolveu, mais ou menos, umas 3 mil reuniões técnicas e 23 mil pessoas trabalhando em normalização no país. São grandes quantidades, ou seja, a ABNT, por si só, não emite a norma da cabeça dela. Ela coordena a sociedade para que ela exponha os seus interesses e possa harmonizá-los.

A ABNT tem outra atividade, que é a certificação, onde nós fazemos a certificação de ISO 9.000, ISO 14.000, rotulagem ambiental, produtos - qualquer tipo de produto que a gente desenvolve, e nessa área de certificação eu sou o gerente responsável ao nível nacional.

Para falar um pouquinho dessa história de rotulagem ambiental, quero apenas começar com um histórico de rotulagem ambiental. É muito engraçado a gente falar de rótulo quando a gente também fala de rotulagem de pessoas. O rótulo - o que na realidade a palavra quer dizer - é uma marca colocada num produto para salientar que aquele produto tem certas características. Quando esse rótulo ressalta questões ambientais, é chamado rótulo ambiental. Então, é uma simples definição.

Isso acontece exatamente pela evolução dos movimentos ambientalistas em todo o mundo e pela conscientização de certos setores consumidores, em que os empresários e as grandes empresas procuram destacar o seu produto ambientalmente e começam a colocar rótulos no produto chamando a atenção de que o produto é ético. É relacionado à causa ambiental; é um produto natural; quer dizer, isso aqui são declarações que a gente coleta no dia a dia e que, às vezes, não dá a menor informação ao consumidor.

Por exemplo, o uso eficiente de energia. Como é que eu vou definir o que é isso? O que é um produto que solta pouca fumaça? Reciclado. Foi reciclado de quê? O quê? Quanto? Quero dizer, há uma grande informação nos produtos, nos rótulos colocados nos produtos e que dizem qualquer coisa.

Isso se estabeleceu – digamos, inicialmente, na Alemanha - a necessidade de se certificar o produto. Na Alemanha, na realidade, são 3 organismos que, reunidos, faziam a certificação dos produtos. Esse rótulo, na Alemanha, chama-se “Blau Angel”, que se iniciou em 1978 pegando o produto, avaliando-o e rotulando-o “ambientalmente correto” e o identifica. Claro que 100% (cem por cento) ambientalmente correto é muito difícil.

Hoje em dia, a gente usa o conceito de lixo de emissões como sendo falha do sistema, ou seja, você está perdendo matéria e energia. Então, o conceito hoje, que está sendo embutido dentro da indústria, é que qualquer emissão indica que ela está perdendo dinheiro.

É por isso que está havendo um movimento muito grande em torno da ISO 14.000, porque essas normas facilitam o gerenciamento para reduzir essas emissões e, conseqüentemente, economizar matéria e energia.

Devido a esse trabalho na Alemanha, em 1978, o povo alemão tem uma consciência ambiental muito forte.

Três anos depois, no Canadá, surge o [...], que também começa certificar os produtos. Depois, vem o Japão e os Estados Unidos, o “Greenpeace” nos Estados Unidos.

Essas marcas eram colocadas nos produtos que atendiam a certas características, consideradas críticas. Por exemplo, se o produto usava - e nós encontramos muito no Canadá - papel reciclado - ou seja, 50% daquele papel foi retirado do lixo, então o selo garante ao consumidor que aquele reciclado está realmente retornando do lixo e não apenas o fato de colocar como sendo

reciclável qualquer coisa que, teoricamente, poderia ser reciclável. E o consumidor olha aquilo com a maior alegria e diz: vou comprar isso aqui porque é reciclável. Vou falar depois como é que se estabelece critérios para se evitar essas deformações.

Começam a surgir, no mundo, esses rótulos, que têm a característica de serem rótulos nacionais, são programas que procuram harmonizar os interesses nacionais.

Em 1992, um pouquinho antes, coincidindo com a ECO 92, começam a surgir conceitos de análise de ciclo de vida, para evitar que você privilegie um produto por apenas um aspecto ambiental, como esse caso do reciclado, onde o produto, embora reciclado, a produção, o uso dele, na prática, é um desastre ecológico.

Inicia-se, então, esse tipo de discussão. É nesse momento que a França lança um selo chamado [...], que é o selo que tenta fazer uma análise desse ciclo de vida. Inclusive as normas, os critérios de análise desse ciclo de vida que estão na ISO 14.000 - o *draft* dessa norma - vêm desse grupo francês.

Começam a surgir os outros rótulos na Áustria, União Europeia, Coréia, Holanda, Taiwan, e no Brasil também, onde se pretende desenvolver um rótulo que procure analisar os produtos que estão no mercado; analisar a sua cadeia produtiva; verificar a extração da matéria-prima; a utilização; a produção, etc. Quais são os pontos importantes que devem ser exigidos, que um produto está realmente mantendo a melhor performance ambiental e certificar. Vou explicar mais ou menos como é que está esse processo.

Nesse meio tempo, em 1992, surgiu essa rotulagem ambiental da Comunidade Europeia, que vem de uma regulamentação que envolvia também o famoso EMAS, que é o Sistema de Gestão Ambiental, e essa auditoria da comunidade europeia que também antecedeu um pouquinho a ISO.

O que acontece então? A Comunidade Europeia lançou um documento para orientar todos os seus países membros sobre uma abordagem legislativa de forma a promover uma indústria não agressiva ao meio ambiente e competitiva. Isso era um conceito, é um documento que está publicado aí no jornal da Comunidade Europeia. E eles mostraram, mais ou menos, que temos de atacar a área de localização em termos do planejamento e infraestrutura; condições de funcionamento; limites de emissões etc. e tal. Controle integrado. Mostrando onde as autoridades públicas deveriam agir, onde a empresa deveria agir e, no caso de produtos, em normas de produtos de rotulagem ambiental e embalagens. Com os órgãos de normalização e consumidores que são

órgãos mais neutros e estão acostumados a emitir padrões através de discussão de consenso, como é o caso da ISO e o caso da ABNT.

Esse é um documento bastante extenso - envolve várias áreas de legislação e de incentivo - que tem outro fluxogramazinho mostrando como se pode incentivar uma empresa. Porque a questão aqui é o seguinte: existe a parte legal - os órgãos fiscalizadores que devem manter o cumprimento da legislação e fiscalização - mas existe uma outra ferramenta, que são as ferramentas voluntárias - que são como a ISO 14.000, que é uma ferramenta de gestão e como a rotulagem ambiental.

E aqui em 1992 elas já apresentavam resultados. Por exemplo, quando você faz o processo que são as auditorias ambientais e EMAS, você tem um inventário de emissões, muda a imagem da empresa no mercado, a empresa se reorganiza, cria uma nova reformulação e isso sensibiliza o consumidor e melhora aquela imagem da empresa perante o consumidor. No caso do produto, a mesma coisa. O rótulo ecológico, uma identificação confiável para o consumidor de que aquele produto, efetivamente, é o melhor com relação ao meio ambiente. Então, isso mexe com a imagem, com a sensibilização, com a escolha do consumidor. A empresa se sensibiliza com isso e tenta melhorar o processo. Porque às vezes, não é só melhorar o processo, tem que se redesenhar o produto.

É uma coisa de certa forma a longo prazo. O que acontece: com esse monte de questões ambientais, a ISO fez um trabalho extenso com outros organismos dentro da própria ISO - que eu não sei - gerou estratégias de vários grupos [...] que criaram o Comitê Técnico 207.

A ISO - que é a Organização Internacional de Normalização - tem hoje em torno de 215 Comitês de representações em todos os países que querem participar, através de seus organismos, em normalização. Uma das exigências para ser filiado à ISO, além das questões legais, é ser o único representante em cada país, para não ter vários diálogos em paralelo. Agora, não sei se estão sendo criado outros.

O TC - 207 trata de gerenciamento ambiental. Esse comitê - que é enorme - na época, até o ano passado, tinha em torno de 600 delegados. A reunião que aprovou a ISO lá no Rio de Janeiro tinha 600 delegados, 54 países, mais 10 organizações mundiais ligadas ao meio ambiente, organizações governamentais; entre outros.

O que faz essa plenária? Ela é subdividida em vários grupos e são elaboradas normas em cada uma dessas áreas - normas de sistemas de gerenciamento ambiental; essa Norma 14.001, da

qual estamos falando, é apenas uma norma desse subcomitê. Depois, temos as normas de auditoria; as normas de rotulagem ambiental; avaliação de performance da empresa; análise de ciclo de vida; termos e definições - que é a norma que tenta harmonizar, porque esses comitês são coordenados por países diferentes e às vezes participam técnicos e profissionais de áreas diferentes, sendo preciso ter um comitê para harmonizar. E tem um comitê que eu acho bastante importante para o futuro que é esse aqui, que aliás, não é um comitê, são grupos de trabalho, porque era um assunto específico que se chama - o nome dele mudou - “Aspectos Ambientais em Normas de Produtos”, ou seja, é uma norma, é um guia. Ela não tem *status* de norma, ela tem *status* orientativo, dizendo para os normalizadores quem vai fazer norma de produto tanto para a indústria como para organismos como a ABNT.

Quando você vai desenvolver uma nova norma de um produto, você verifica que ela vai orientar os produtos para o destaque de seus aspectos ambientais. Não é uma norma para certificar nada. É apenas para destacar a importância do meio ambiente. O que é muito importante. Como informação, já estão publicadas a Norma ISO 14.004 - que é norma de gestão ambiental - e as normas de auditoria ambiental, que são três. Existe ainda uma norma que acabou de ser aprovada, referente à análise do ciclo de vida. Vou falar aqui especificamente da questão da rotulagem.

Quando surge um processo de normalização é porque estão surgindo muitos programas de normalização em cada país e está sendo de interesse para os países - comercial e técnico. Com relação à rotulagem ambiental, a ISO identificou quatro tipos de rotulagem ambiental.

Podemos dividir a rotulagem ambiental em duas partes. A primeira, que se chama “declarações de primeira parte”, que são apenas aquelas declarações que eu mostrei no início. Qualquer fabricante pode declarar qualquer assunto com relação ao meio ambiente. Só que existem várias normas - vou mostrar depois - que tentam explicar para o fabricante o seguinte: “Não declare besteira não! Declare coisas sérias. Existe uma série de orientações que damos para que você possa fazer a declaração correta”.

A segunda, a certificação por terceira parte - que é muito mais forte - onde um organismo independente da relação comercial faz a certificação. Existem quatro tipos de certificação por terceira parte: o tipo um, que se chama multicritérios, que contém considerações sobre a análise do ciclo de vida. Todos aqueles rótulos que apresentei no início são do tipo um. É o mais comum. Depois vem o tipo 3 que entrou esse ano na pauta de trabalhos da ISO. Só existe um rótulo dentro

dos Estados Unidos e eu vou falar um pouquinho dele que é uma coisa mais complexa. É o tipo 4, que é o mais criterioso. Também tem pouquíssimos rótulos e não há ainda interesse em se normalizar. Esse tipo 4 é aquele em que se faz apenas uma declaração. Como exemplo temos o manejo de florestas.

Embora seja extremamente complexo definir que a floresta está sendo manejada, ele identifica apenas um aspecto do produto como um todo. Existe um rótulo nos Estados Unidos, que se chama o *Fliper*, que controla a qualidade do atum e protege os golfinhos, evitando que o consumidor passe a comer golfinho em vez de atum - que é agredir ao meio ambiente, agride a fauna marinha e ainda dá lucro para os caras que estão pescando. Nesse caso o certificador verifica a pesca, acompanha e concede o certificado. A pressão do consumidor levou à criação de um selo como esse e a empresa tem que ser certificada. Esse é o tipo 4, que ainda não é motivo de trabalho dentro da ISO.

Os trabalhos para normalização do tipo 3 estão iniciando-se agora e é o mais conhecido. Só para ilustrar, aqui estão as normas desse subcomitê. A ISO separou 10 números para cada um daqueles subgrupos. Para a série 14.000 é de um a dez; para a série 14.010 é de dez a dezenove; para a 14.020, que trata de princípios gerais, começa com 20.

Com relação a estas três normas, na última reunião chegou-se à conclusão que deveria ser uma só, porque ela vai definir, vai fazer a identificação e vai dizer como é que se verifica, tendo que constar de uma única norma.

Outra questão importante é chamar a atenção para o processo de certificação, o que é Selo Verde e o que é certificação. Selo Verde é, como eu falei, uma marca colocada no produto. Quando você certifica um sistema gerencial, o produto não pode ser marcado porque o produto não foi testado. Nesse quadro que eu fiz temos um enfoque da empresa e do produto, as normas, o enfoque das normas e as partes que estão interessadas nessa normalização.

Com relação à qualidade temos a ISO 9.000, que é uma norma que trata de manutenção da qualidade para um produto específico e depende da especificação do cliente. É uma norma contratual. Se o cliente especificar que o produto tem que ser uma porcaria e eu tenho a ISO 9.000, garanto que vou manter aquele produto, porque é um interesse do sujeito manter aquele produto num tipo de mercado que aceita aquela qualidade. A ISO 9.000 não interfere nisso. É aí que entra

outra linha de especificação que é relativa aos testes do produto. Se um produto está certificado e a empresa tem ISO 9.000, isso dá tranquilidade total sobre a garantia daquele produto.

No caso da ISO 14001, o objetivo é ir além das exigências. É a primeira norma que coloca o que se chama melhoria contínua, onde a empresa para se manter certificada a cada revisão do sistema, tem que apresentar novas melhorias no sistema. Evidentemente que essas melhorias têm que ser equilibradas com a questão custo / benefício, porque você não vai dizer que vai melhorar em 100%, porque não vai conseguir cumprir isso e vai perder o certificado. Ou seja, essa melhoria ela tem que ser controlada.

E enquanto a ISO 9.000 trabalha para manter a qualidade do produto, a ISO 14.001 busca a redução das emissões e dos aspectos ambientais. Esse é o objetivo. E como clientes temos todos - são os *stakeholders* como os ingleses chamam, inclusive a vizinhança local e global. Por exemplo, quando você entra no caso dos acordos internacionais, qualquer empresa brasileira - pelo fato do Brasil ser signatário da Carta de Montreal sobre redução de CFC - terá que cumprir além dos aspectos legais, os acordos nacionais e internacionais também.

Não podemos esquecer também os acionistas - que por incrível que pareça tenho visto atualmente pressão vinda exatamente dos acionistas para que as empresas adotem a ISO 14.000, que estão com a sua visão de investimento, visão de futuro, porque há redução de riscos.

E os Governos, que terão a sua tarefa de fiscalização e controle facilitada, além da melhoria de relacionamento com as próprias ONGs que cobram insistentemente uma postura com relação ao controle e à fiscalização ambiental.

Dessa forma, a empresa que é certificada por uma norma ISO 14.000 não pode colocar no produto que ele foi certificado pela ISO 14.000, porque o produto não foi testado, não foi avaliada a sua performance. O que foi avaliado pela norma foi o gerenciamento como um todo. Para o produto em si temos a rotulagem ambiental, que é a norma 14.024, que diz como os organismos nacionais de rotulagem ambiental devem ser orientados, como devem ser organizados.

E tem uma diferença muito grande. Na ISO 9.000 você tem uma qualidade mínima do produto, como especificação mínima; espessura; resistência; durabilidade; tipo de matéria-prima etc. Na rotulagem ambiental nós usamos um termo diferente chamado critério de excelência, que está mais voltada para uma premiação, ou seja, eu estou procurando os melhores produtos que agridem menos o meio ambiente para poder padronizar e receber a rotulagem. E o enfoque é um

só, que é o consumidor. Tanto o rótulo ambiental como a máquina de conformidade como nós chamamos a certificação de produtos, ela é única e exclusivamente para indicar ao consumidor as características daquele produto. Como é feito, qual é a resistência, a durabilidade, entre outros. Essa é a parte ligada à certificação.

Como eu falei no início, tinham dois aspectos na rotulagem ambiental: a certificação e o rótulo voluntário, que a gente chama de primeira parte. No caso da primeira parte, nós chamamos de autodeclarações.

Alguns textos dos rótulos já dão algumas informações da própria norma. Por exemplo, no reciclado é necessário colocar a porcentagem; quanto existe de reciclado dentro do produto; quanto está realmente reaproveitando; quanto de energia recuperada; de energia economizada. Isso aqui é muito aquela questão de você reutilizar nos seus fornos ou reutilizar como combustível; recuperar energia; estar economizando energia de suas fontes tradicionais de energia; redução de resíduos. De uma forma geral essas são as declarações harmonizadas internacionalmente. É claro que terão sempre declarações que não vão estar aí, mas a norma de rotulagem ambiental 14.010 é uma norma que orienta mais ou menos como a empresa deve fazer a sua declaração, que tem que ser verificável.

Não se pode fazer uma declaração leviana. Qualquer declaração feita deve ter toda a documentação que a justifique, porque se algum consumidor questionar, você tem que ter a metodologia usada para testar e demonstrar. Isso é vital.

Esse tipo de rótulo nós podemos ver em alguns produtos no Brasil, em que as empresas já estão tentando demonstrar que estão cuidando do meio ambiente. É um papel que já diz: estou isento de cloro elementar - e o cloro elementar é um produto que agride muito o meio ambiente e já é observado por um mercado que está muito preocupado com isso. É um outro rótulo que diz: produzida a partir de eucalipto cultivado, que significa que não estou desmatando a Mata Atlântica ou a Floresta Amazônica, mas é de um cultivo próprio. Outro que diz: mínimo de desperdício de recursos e produto reciclável. Nesse caso já fica aberto e você pode reciclá-lo quando quiser.

Outra questão muito discutida pela ISO é o “reciclável”, especialmente pelo fato de que o produto é reciclável, mas somente nos laboratórios dos Estados Unidos; por exemplo, porque no Brasil não tem como reciclar, como é o caso das garrafas plásticas tipo “pet”. Por isso, com as normas ISO se estabeleceu que quando você diz que é reciclável, você tem que ter perto uma estrutura para reciclar, ou você vai estar enganando o consumidor ao afirmar que é reciclável, mas

não informa que isso exige uma tecnologia disponível apenas dentro de um laboratório. A ideia da certificação é tentar juntar isso tudo e cada vez estabelecer exigências para a produção de um único rótulo, fácil, identificável, que permita que o consumidor vá lá e faça a sua escolha, que é muito facilitada pelo rótulo do tipo um.

Vou mostrar agora o único rótulo que a gente conhece, do tipo 3, que teve o processo iniciado agora, na ISO. Esse é um rótulo que na realidade, nós entendemos como muito interessante para o fornecedor de matéria-prima, por exemplo. Na realidade, ele é baseado na análise do ciclo de vida, mas que lista todos os atributos do produto como uma bula de remédio. E tem um detalhe, ele certifica qualquer produto e não tem um patamar mínimo. Isso cria uma confusão no consumidor que vai pegar, por exemplo, dois produtos e perceber o certificado. Se ele não souber entender direitinho o que cada item desse significa, comparado com esse outro, ou com um terceiro ou com um quarto, ele vai estar sendo enganado, mesmo com o produto certificado. A diferença do tipo um é que este chegou a um acordo sobre o padrão mínimo, enquanto aquele, o tipo 3 é um critério e garante para o consumidor que aquele produto está atingindo aquele critério.

Esse é um caso interessante, porque você pode certificar qualquer produto, você pode estabelecer um perfil ambiental desse produto. Para uma indústria que está tendo um produto intermediário ela pode recorrer a um técnico especializado e pedir que ele faça uma análise de cada item e depois, com base nessa análise, tomar sua decisão. Dentro da certificação tipo um é um pouco diferente, por ser mais visual, mais informativa.

A ABNT já desenvolveu um programa de certificação ambiental chamado ABNT Qualidade Ambiental. Nós vamos destacar o produto que está em melhor qualidade ambiental que os outros. Esse projeto foi desenvolvido com recursos provenientes de um financiamento obtido junto à FINEP no Programa [...]. Nós fizemos uma pesquisa em quase todos os programas de rotulagem ambiental no mundo, pelo menos os que tinham características diferentes. Formulamos o projeto, discutimos esse projeto aqui em Brasília - em duas reuniões diferentes, no final de 93 e em 94 - com vários setores do Governo - setores produtivos, setores trabalhistas, entre outros - e formulamos esse modelo.

Como é que ele vai trabalhar? Como havíamos colocado anteriormente, ele vai estar situado dentro do processo de análise do ciclo de vida. É uma forma de evitar que os aspectos ambientais sejam privilegiados apenas no aspecto ambiental do produto, fazendo uma análise completa do

produto. Esse rótulo, como eu falei, está dentro da 14.024 e os princípios são esses aqui, de uma forma geral.

Todos esses programas, em toda a parte do mundo, têm que ter uma natureza voluntária, porque é uma certificação de performance, uma certificação de qualidade. Eles não são obrigatórios. Quem não quiser ter o rótulo não precisa se submeter a ele. Agora, tem que haver o cumprimento da legislação. Produtos que não estejam cumprindo com a legislação não receberão certificados.

Deve-se também levar em consideração a análise do ciclo de vida e fazer uma revisão periódica, porque quando fazemos a análise do ciclo de vida e verificamos quais são as questões prioritárias na matéria-prima, na produção, na distribuição e no descarte final, nós criamos esses critérios, que estão baseados na média de mercado, dentro do que há disponível no mercado. O objetivo é verificar os produtos que estão na prateleira. Não é fazer um produto perfeitamente ecológico que tenha, digamos, uma tiragem de 300, 200, às vezes, para fazer média com a ONG, nós fazíamos muito isso. Algumas ONGs têm um produto perfeitamente ecológico, só que inviável economicamente. A empresa que faz isso é para ter uma vantagem de *marketing* junto às ONGs. Mas em termos substanciais é preciso ter uma grande produção. É preciso pegar os produtos que estão disponíveis no mercado e ver quais são aqueles que estão realmente tendo a melhor performance ambiental. Este, vamos dizer, vai ser o patamar. Depois entra um outro item que se chama seletividade.

Para montar um esquema desses eu vou criar um comitê – depois eu vou falar como o estruturamos – que deve ter representante de todas as partes interessadas, desde Organismos Não Governamentais, órgãos do Governo, institutos de pesquisa científica, meio ambiente, até o setor produtivo. É uma mesa redonda, uma discussão com vários setores até se chegar a um padrão, o que é realmente aceitável de ser certificado. Deve-se levar em consideração as características funcionais - produto ambientalmente incorreto ou que se desmancha na mão, caneta que solta tinta, não é isso que nós queremos. Queremos agregar valor, queremos ter um produto de qualidade e que seja o melhor ambientalmente.

Para isso, é feita uma consulta ampla, transparente. Após essa discussão, os critérios são publicados, passando-se a receber e coletar informações de qualquer parte, de qualquer setor da

sociedade que queira fazer comentários, para depois incluí-los, seguindo os princípios, à normalização.

Por exemplo, a ABNT é signatária do *quality* de boas práticas, tanto da Organização Mundial de Comércio quanto da própria ISO. Existem as boas práticas da normalização, essa questão de tornar discussão pública, a avaliação de conformidade, para que o produto seja testado e avaliado. Não vou aceitar, por exemplo, a própria declaração do fabricante, como aceito até pouco tempo na Alemanha. O fabricante dizia: olha, o meu produto só emite tanto. A pessoa confiava e aceitava. No entanto, dentro do processo da ISO não será aceito. O produto terá que ser testado e eu vou ter que ter uma garantia disso.

Tenho que tomar cuidado com os aspectos comerciais para não criar barreiras técnicas. A sensibilidade tem que ser discutida de uma forma que seja acessível economicamente e administrativamente. Na discussão dos critérios, é necessário colocá-los em prática, quer dizer, se eu poderia fazer. Nós estamos, agora, analisando o setor de como é o calçado. Tem um comitê trabalhando nos critérios para couro e calçado. Existem pelo menos umas 350 emissões para reavaliar o processo do calçado. Eu não posso criar exigência em todas as 350. Eu tenho que sentar com o comitê, analisar quais são as prioritárias, valorizá-las, selecioná-las e ver quais são efetivamente importantes para criar critérios sobre aquilo, de forma que eu tenha o número significativamente baixo de exigências efetivas que eu possa verificar, realmente, que o produto é o melhor nessa área.

Então é importante discutir objetividade, imparcialidade e base científica. A não existência de conflitos de interesse. É bastante interessante mostrar porque a ABNT oferece a sociedade uma estrutura exatamente para os setores produtivos se manifestarem dentro dela e produzirem os critérios para um selo desse tipo. É importante deixar claro, também, que quando um setor produtivo faz o seu próprio selo ele cai nesse item que a própria ISO não recomenda, ou seja, o fabricante está atribuindo selo para ele próprio. Então, perde muito a confiança e a credibilidade.

Por isso que a ABNT fez um programa de maneira que - e com outra questão muito importante - é para evitar a proliferação de rótulos dentro do país.

O produto do Rio de Janeiro chega em Santa Catarina, o consumidor não conhece aquela marca, e passa a deixá-la de lado; então o importante é ter uma marcação nacional forte, onde os setores produtivos podem se manifestar. Eu vou mostrar como isso funciona dentro da ABNT.

É um processo que tem que ser relativamente barato, para poder ser viável e confidencial, para que as empresas confiem. Esta é uma questão importante na avaliação do processo, porque uma das preocupações das empresas de se submeterem à certificação do produto é o receio de que, quando nós vamos lá avaliar e testar o produto, possa vaziar informação para o concorrente. Desta forma, órgãos tradicionais como a ABNT e outros órgãos de certificação, têm um termo de confidencialidade e a busca de reconhecimento mútuo que é colocado dentro da ISO.

Como eu estava falando, a estrutura da ABNT envolve duas partes: uma primeira, orgânica, onde toda a sociedade se manifesta dentro da ABNT; e uma outra, funcional, não remunerada, onde existe a contribuição técnica da sociedade, onde estão todos os associados, que tem um Conselho Deliberativo, que é eleito com parte dos associados e parte do Conselho Técnico. Esse Conselho Técnico é composto pelos Coordenadores dos Comitês Brasileiros, que têm todas as áreas de conhecimento onde há normalização no país. Temos comitês que tratam deste assunto, onde qualquer pessoa pode se manifestar no processo de normalização. É o caso do ABNT/GANA - que é uma estrutura informal dentro da ABNT.

Outra parte é a área de certificação, que tem uma comissão de certificação equilibrada com partes tanto de Governo, Organismos Não Governamentais ambientalistas, institutos de pesquisa, universidades, órgãos de fomentos, CNI, Confederação Nacional do Comércio. Todos esses órgãos estão aqui representados e são eles que tratarão das políticas de certificação da ABNT e acompanham a criação dos comitês técnicos, que são criados com a mesma composição da comissão, sendo um para cada setor da sociedade que tem interesse em certificação, como, por exemplo o comitê ISO 9.000.

Só para se ter ideia dos comitês que estão trabalhando agora, podemos falar do comitê para proteção contra incêndio; do comitê de floresta, que vai ser básico quando formos certificar o papel celulose - quando quisermos saber, por exemplo, se você tem o branqueamento com cloro, se tem reciclado, como está sua floresta; além dos interesses da sociedade – comitê do sistema de qualidade ambiental; do comitê para couro e calçados; um outro comitê de tecnologia de informação e automação; e o comitê que vai criar critérios para aplicação do rótulo do beija-flor. São comitês que vão se formando de acordo com os interesses da sociedade para o desenvolvimento dos seus programas de certificação ao nível internacional.

Nós, da ABNT, trabalhamos na formulação das normas que vão definir a organização dos rótulos ecológicos - sob o encargo do subcomitê três - fazemos parte também de um outro que é conhecido como GEM, que é uma rede mundial criada pelos principais rótulos ecológicos do mundo. Hoje em dia 17 países já fazem parte dessa rede - me parece que existem formalmente 23 países do mundo com rotulagem ambiental. Aí estão os principais, onde o Brasil está representado pela ABNT.

Na última gestão nós fomos do comitê executivo desse órgão, o que já é um reconhecimento internacional do trabalho da ABNT.

Neste fórum a ABNT atua como entidade congênere em diversos países, por exemplo. Aqui, embora tenha a Espanha - que está participando como independente nesse fórum, temos um convênio com a Espanha para o reconhecimento dos trabalhos.

O Ministério das Relações Exteriores se prontificou em buscar esse reconhecimento internacional quando a questão é ultrapassar a questão técnica e entrar nas questões políticas e nós temos tido apoio nessa divulgação ao nível internacional desse programa.

Era isso que eu queria apresentar para vocês

Muito obrigado.

2ª Palestra: **João Luiz Homem de Carvalho**-Secretário de Agricultura do Distrito Federal-GDF

Como contribuição a esse evento, falarei sobre o Programa de Verticalização da pequena produção rural, que é realizado pela Secretaria da Agricultura com apoio de vários organismos do Governo.

Inicialmente é importante falar sobre a questão ambiental e o desenvolvimento, assim como sobre a globalização, especialmente uma visão crítica da globalização. Depois vamos falar realmente do programa e de como ele se encaixa nesse contexto, desde a questão da qualidade ambiental e ISO 14.000, até a globalização hoje.

A visão fundamentalista tentou nos passar que a maior parte dos recursos está sobre o comando das transnacionais, e que as transações econômicas não se realizariam nos espaços nacionais, mas sim nos espaços do mercado global. Com isso, os Estados não teriam condições para influenciar os mercados, estes seriam soberanos. Esta visão muito sucinta da visão fundamentalista da globalização nos passa a ideia de que isso seria uma sabedoria tradicional e

teríamos que adaptar a política para atender ao mercado. Então se faz o que está se fazendo agora, que é a abertura econômica; desregulamentação dos mercados reais e financeiros; enxugamentos do Estado; equilíbrio fiscal. Isso é por demais conhecido e o que se pretende, na realidade, é a atração do capital global. Com esse capital global se promoveria o crescimento econômico, aumentando a competitividade internacional, a acumulação de capital e expansão do emprego. Não adotando essas medidas, teríamos a fuga do capital, instabilidade, estancamento econômico. É mais ou menos isso o que se tenta passar com a visão da globalização, vide o último problema das bolsas de valores do mundo e o que aconteceu no Brasil.

Sob um ponto de vista crítico, o que podemos falar primeiro é que a maior parte das transações não se realiza nos mercados globais. Mais de 80% da produção mundial é consumida nos mercados internos e somente 20% da mesma é voltada à exportação.

Em função disso, 90% dos trabalhadores do mundo trabalham para os mercados internos. A contribuição das grandes corporações internacionais de acumulação de capital através do produto mundial não alcança 10%; é menor que a economia informal. Tirando-se a questão do narcotráfico, mais de 95% das transações, ou seja, 1,3 bilhões de dólares diários correspondem às operações financeiras. Há, portanto, uma contradição entre a realidade e a visão ideológica do processo da globalização. Digo isto porque dá margem a questões alternativas, sobretudo se você encarar a globalização como um outro processo maléfico.

O que se tem hoje, na realidade, é que as grandes decisões passam pelas questões internas e não pelas questões externas, como se vê só pelo fato de se ter 80% da produção consumida no mercado interno e 90% dos trabalhadores trabalhando por uma causa interna. Já é um argumento que você tem para dizer que não se tem obrigatoriamente que abaixar a cabeça, aceitando que as questões externas sejam mais importantes que as questões internas dos países. Estou dizendo isso porque não gostaria de ser tão ousado e tão pretensioso de chegar falando no programa de pequenas indústrias como reação ao projeto de globalização, isso na realidade é o PROVE, que passa a ser uma reação, uma alternativa a esse processo. E não é só o PROVE, temos também a experiência do *Green Bank* na Índia; o CRESOL no Paraná, que é um sistema financeiro que também está adotando a iniciativa de ir ao encontro e aos anseios desse público sofrido. Então, esse público tem que ser prioritário, e uma vez que ele o seja, vem outro problema.

O outro é a motivação desse público que está para lá de desmotivado. Tanto que ele é excluído. Aí, uma vez que, por exemplo, o pessoal da extensão rural entenda isso que eu estou falando inicialmente, fica fácil, porque eles têm toda uma metodologia, uma tecnologia. A outra questão é a do capital para o programa. No mundo em que vivemos hoje, eu diria o seguinte: o capital não é tudo, claro, mas é crucial para qualquer programa. E para se levantar capital para um programa desses, torna-se quase surreal. O sistema financeiro hoje é completamente atrelado. Por exemplo, no nosso caso, o gerente tem o manual de crédito rural que segue, em primeiro lugar, os requisitos do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, e do Fundo Monetário Internacional. E não existe dentro do contexto atual dizer que o capital tem de olhar para esse público. Não! O capital global só investe na ponta da cadeia porque tem um retorno quase que imediato. Isso o capital global produtivo. Não falando do capital global comercial e do capital global financeiro. Eu tenho uma lista no meu bolso que já estou cansado de mostrar. Esta diz o que o gerente pede para um funcionário, para um produtor que não tem nem carteira de identidade. Pede coisas absurdas. Mas isso depende realmente de vencermos a burocracia.

O segundo aspecto é a questão da legislação adaptada. Há um misto de corporativismo com influência das grandes indústrias. Exemplo, você resolve fazer um abatedouro de frango para abater 50 frangos por dia ou cento e poucos por semana, não mais que isso. A Legislação Federal exige um prédio de 4 metros, pé direito, não sei quantos banheiros, uma série de coisas que realmente inviabiliza o investimento. Então, foi feita a Legislação Adaptada para vencer mais esse tipo de empecilho. A outra é a construção da agroindústria. Em função dessa Legislação Adaptada (sobre a questão animal foi feita no governo passado e sobre a vegetal, no nosso) nós construímos uma agroindústria de 32 metros quadrados. Pequena, mas com todas as condições de higiene que garantem um alimento próprio para o consumo sem risco. Depois oferecemos a capacitação e treinamento. Se a proposta é introduzi-lo no mercado, tem que haver uma padronização. Tem que se dar capacitação e treinamento, e isso nós fazemos nos nossos centros de treinamentos da EMATER, que não são grandes, porém muito apropriados para tal.

Quando se está bem capacitado, treinado e capitalizado, por exemplo, na agroindústria pensamos que está tudo pronto, mas não. Não está pronto porque tem um ponto de exclusão que é o seguinte: o produtor hoje, para vender seu produto, tem que tê-lo em uma boa embalagem. Essa boa embalagem só é vendida em grandes quantidades. Por exemplo, há uma embalagem que se chama *stand up* e a quantidade mínima vendida pela indústria equivale a 19 mil reais e o pagamento

é à vista. Evidentemente que uma pessoa que tirou 5 mil reais para fazer tal investimento não vai poder comprar. Então criamos o balcão da pequena agroindústria que funciona da seguinte forma: compra-se embalagem no valor de 19 mil reais e vende-se 1.500 para o produtor.

Todos podem ver que cada um desses passos significa democratização da oportunidade para esse indivíduo. Vamos ajudando-o a subir a escada cujos degraus são de exclusão social. Então, depois do produto pronto, embalado, já se pode vender? Não, não pode vender porque ele precisa de *marketing*. Então contratamos uma pessoa competente no assunto para fazer o *marketing*. Tem que ser uma pessoa da área de comunicação, e uma da área de *design*. Então vem a comercialização, onde agimos como articuladores. Vamos ao *Carrefour* e mostramos os produtos com boa embalagem e perguntamos, “O senhor pode comprar?” Ele diz, “posso comprar, mas não vejo vantagem em fazê-lo”. Só que se não formos lá, ele nem receberia esse senhor vendendo seu produto. Assim, agimos como articuladores.

E finalmente, a questão da fiscalização e avaliação, que temos feito de maneira rígida porque a fiscalização é fundamental, senão o produto não alcança um padrão de qualidade fundamental.

Mostrarei aqui mais alguns exemplos. Temos dois tipos diferentes de agroindústrias: uma de vegetal que basicamente tem um banho, uma recepção aberta, uma sala de processamento e um depósito; e a de animal com uma sala suja onde os animais são abatidos, uma sala limpa onde são desossados, um depósito e um banho. Essa é a nossa grande agroindústria de trinta e dois metros quadrados. E nós fizemos uma fabriquetinha capaz de fabricar uma agroindústria por dia.

Essa é a exposição do nosso treinamento em área animal, em área vegetal e a do nosso balcão da agroindústria. Vejam bem, o balcão da agroindústria fornece, por exemplo, todas as embalagens e insumos em pequenas quantidades. Colocamos também um computador com duas máquinas etiquetadoras que fornecem as etiquetas acessíveis ao produtor, pois para se mandar fazer etiquetas de personalização em gráficos é muito caro.

Quanto a questão de *marketing* e *design*, criou-se para todos a marca PROVE, que é a marca fantasia. Todos têm a marca PROVE e cada um tem a sua marca personalizada na etiqueta. A marca PROVE vem em embalagem *stand up* de concepção importada. Essa marca, além da etiqueta personalizada, vem acompanhada do código de barras porque a Secretaria fez um contrato com a EAN e passamos para eles. Todos sabem, até agora, que o Programa é financiado com um

empréstimo bancário. O Governo não coloca nem um tostão nesse programa. Falo isso até com a consciência doendo, na medida em que vejo que as montadoras do Brasil recebem 250 milhões de dólares antes de chegar no país. E um Programa desses que já gerou mais emprego que a GM em Porto Alegre, por exemplo, não recebeu nem um tostão a fundo perdido. Mas tudo bem, porque possui uma reprodutividade muito grande. Quer dizer, qualquer prefeitura pode alavancar um programa como esse, tendo uma determinação política e tendo uma palavra que costumo dizer, “peitar” as estruturas vigentes, peitar as leis que têm tudo de lei, mas que não têm nada de legitimidade.

Quanto a questão da comercialização, como disse antes, o que acontece é que em determinado momento você tem um produto que vem da Dona Maria do Catingueiro, que não sabe falar direito, não sabe escrever, mas que tem um produto embalado em iguais condições de uma multinacional, e que pode entrar em qualquer supermercado. Além dos supermercados, há o Quiosque do Produtor no Brasília Shopping onde os frangos PROVE disputam o mercado de igual para igual. Por sua embalagem e característica, ele se compara a um produto de uma multinacional. Tem gente que chega a dizer assim: “Olha, nova fábrica aqui aparecendo. Talvez seja importado”. Mas é ali do Catingueiro. E essa é a mordida que nós damos na globalização. E o acompanhamento e a avaliação são feitos o tempo todo.

Vemos aí pessoas dentro desse contexto exposto acima que não ganhavam 50 reais e que agora têm telefone celular e carro. Mas essa avaliação já foi feita pelo CNPq, pela JICA, e a nossa melhor avaliação foi feita pela Fundação Getúlio Vargas, patrocinada pelo BNDES em que se gastou em torno de 30 a 40 mil reais para se avaliar o nosso programa, que ficou entre os cinco primeiros entre 330 programas nacionais.

A questão da multiplicação do Programa se dá exatamente porque é um Programa de inclusão social que não gasta dinheiro. Já temos seis cidades em que o programa foi adotado. Alguns com o nome PROVE, e apenas para ilustrar, esse aqui é um grande sucesso no sul do Mato Grosso do Sul, na divisa do Paraná, que é o PROVE MUNDO NOVO. Ele possui a mesma logomarca da gente e já está sendo vendido. É há inclusive uma fabriqueta de doce de leite. A prefeita mandou alguns recortes de jornal do sucesso que o programa está fazendo por lá, inclusive com agradecimento ao Distrito Federal e uma série de coisas.

É certo que é preciso falar de ISO 14.000, ISO 9.000 ou ISO, o que for, mas fazer inclusão social dentro da modernidade é mais ou menos a contramão da história. O que importa nesse Programa é que é possível, ao democratizar as oportunidades mesmo sem muito dinheiro, dar vida digna às pessoas. Temos uma raiva desse Sistema Financeiro que trata os pequenos produtores com a mesma rigidez que tratava o Olacir de Moraes, diga-se de passagem, com uma rigidez que chega a níveis desonestos. Enfim, as dificuldades são muitas, mas o Programa está aqui em Brasília. Ontem recebemos 46 produtores da Zona da Mata de Minas Gerais e acho que chegaremos a 1.600 visitas de fora só esse ano, sendo que dessas 1.600, em torno de 30 delegações estrangeiras, 104 prefeitos (sendo que 33 são do Partido dos Trabalhadores).

Gostaria de finalizar convidando os senhores para visitarem o programa *in loco* e contribuir com críticas, pois é assim que seguimos em frente. Há um vídeo de 8 minutos que exemplifica tudo que falei.

Muito obrigado.

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES

Cerimonial

Pergunta ao Secretário João Luiz.

Ouvinte

Agora à tarde na falação da ABTN o que me chamou a atenção foi que toda essa aparente preocupação ambiental tem uma finalidade que é o lucro. Ninguém faz meio ambiente por diletantismo, pelo menos ao nível empresarial. O empresário não está preocupado com a vida pública, está preocupado é com o seu grau de lucratividade. Gostei do enfoque que você trouxe do ponto de vista de tratar o ambiente a partir da pessoa que está no ambiente, da degradação da pessoa que é geralmente esquecida pelos ambientalistas. A pergunta mais objetiva é a seguinte: como é que você vê essa implantação do Programa PROVE com relação ao meio ambiente? Como é que isso se dá?

João Luiz Homem de Carvalho-Secretário de Agricultura do Distrito Federal-GDF

Bom, para aqueles que me conhecem aqui sabem que nós damos um curso de Agricultura Alternativa na UnB. Exemplificando, suponhamos que eu tenho uma produção e não gosto de agrotóxico. Agora tentar convencer um pequeno proprietário da questão ambiental é outra coisa.

Se ele não tem dinheiro para tratar sua família, ou pior, se ele não tem dinheiro para tratar sua família e tem televisão, há uma pressão de consumo fantástica em cima dele. O homem é pobre, mas não é burro e tem sentimentos. O homem é pobre, mas pensa e as pessoas esquecem disso. Então, falar sobre meio ambiente com ele nessas condições não é proibido, mas é difícil.

A Teresa, que é uma menina que está com a gente na área, está fazendo um mestrado na Espanha cuja tese é exatamente em cima desta questão: adoção de técnicas ambientalistas a partir da melhoria de vida das pessoas, que é também a questão do PROVE.

Por exemplo, eu cheguei com o extensionista da EMATER lá no Sítio Alves e ele falou: “Eu já falei para ele fazer essa porteira aqui e ele não faz. Ele fez um colchete ruim, ruim. Eu respondi: “Olha a situação do homem. Quem vai fazer essa porteira? Agora o homem está fazendo uma fábrica de doce de leite, começou a ganhar dinheiro e já fez a porteira. Ou seja, a porteira tem uma conotação maior do que uma simples porteira.

Quero dizer é que a questão não é que o homem não entendeu, mas como é que ele ia fazer a porteira? Então, acho fundamental vermos o seguinte: temos que ver o todo. Não se pode ver só a questão ambiental; tem-se que ver a questão ambiental, econômica e social. São três frentes que você tem que ter em qualquer projeto de desenvolvimento. As três frentes têm que estar juntas. É por isso que digo que a pior coisa do técnico é não ter formação. Um técnico tem que ser, ele próprio, uma agência de desenvolvimento. Por tudo isso é que acho que a questão do PROVE e das agroindústrias é consequência. É um programa que reage a uma globalização excludente, e que diz na *práxis* que a globalização pode existir, mas que ela não precisa excluir.

O que me apavora com as normas da ISO 9.000, por exemplo, é que outro dia um dono de indústria de ovos férteis aqui no Brasil veio me dizer o seguinte: “Vou ter que demitir a maioria dos meus funcionários”. Perguntei o motivo e ele disse, “porque a ISO 9.000 não aceita funcionário analfabeto”. Indaguei por que ele não abria uma escolinha lá, mas ele não tem capital para tal. O que concluo disso tudo, é que tudo que exclui a questão social vai nos levar para o buraco.

Cerimonial

Pergunta do Sr. Eriel do IEMA ao Secretário.

Eriel Sinval-Técnico Ambiental-IEMA-GDF

O senhor nos mostrou o mapa da localização das agroindústrias do Distrito Federal. Se observarmos bem, vamos notar que as características físicas da área onde estão implantadas permitem pequenas produções com a verticalização do produto onde nas áreas planas se produz soja ou milho em grandes quantidades e não existe PROVE nessas áreas. Então o senhor, sem querer, está tendo uma preocupação ambiental, porque está levando uma verticalização de produto com pouca degradação, principalmente dentro da APA de Cafuringa, que é uma região que conheço bem.

João Luiz Homem de Carvalho – Secretário de Agricultura do Distrito Federal - GDF

Minha preocupação ambiental não é sem querer não. Toda a minha equipe é meio ligada à questão ambiental. Outro dia o pessoal da Fundação Getúlio Vargas foi visitar um abatedouro de suínos em que o dono estava fazendo linguiça. Eles viram um córrego nas proximidades e imaginaram que o homem jogava tudo nele, mas aí o cara mostrou três caixas de decantação, uma inclusive que a CAESB recolhe e ficaram impressionados. O produtor abate um porco por dia, mas nenhum líquido chega no córrego. Vejam também o seguinte: não adianta também passar um produtor que ganha 50 reais per capita para 4 mil reais porque a relação dele com o meio ambiente e com os possíveis empregados vai ser ruim. É um salto muito grande. Não é só dar dinheiro na mão do produtor, pois você poderá estar inclusive reproduzindo os meios de dominação e os meios de degradação ambiental. Nossa preocupação é total.

IIº Bloco de Exposições

1ª Palestra: **Célio Biavarti Filho**-Diretor de Planejamento Econômico da Secretaria de Indústria e Comércio-GDF

Boa tarde. Inicialmente gostaria de apresentar as desculpas do Secretário Tom Ribeiro. Ele viria pessoalmente ao Encontro, mas teve que se dirigir ao Palácio do Governador e pediu que eu o substituísse. Depois que ouvi a fala do Secretário João Luiz, de certa forma conheci um pouco do Programa e, quanto a essa preocupação posterior sobre a introdução desse Prêmio de Qualidade, o ideal era que pudéssemos congelar a realidade. Se pudéssemos parar os problemas e resolvê-los um a um, talvez chegássemos ao final tendo resolvido todos de uma vez.

É claro, isso é uma utopia e o que percebemos é o seguinte: o que significam essas normas ISO que estão acontecendo, que estão aparecendo mesmo que involuntárias, é a competitividade que a globalização fatalmente vai chegar a todos os cantos do planeta, quer queiramos ou não. Nós

temos aqui no Distrito Federal uma realidade de 156 mil desempregados; temos uma realidade de uma classe empresarial bastante incipiente, bastante despreparada na sua esmagadora maioria. Somos 98% de micro e pequenas empresas, e temos, talvez, umas dez grandes empresas aqui no Distrito Federal. Então, o que nós percebemos é que como não há possibilidade de congelar, nós temos que conviver num processo para trás e em um para frente. Considero o processo para trás o que o Governador está insistentemente colocando e que foi reforçado pelo Secretário João Luiz, que é a preocupação de termos de assimilar a globalização e, ao mesmo tempo, dar oportunidade aos excluídos e aos incipientes. E eu acho que a classe empresarial do Distrito Federal está sendo tomada de assalto com toda essa realidade, a competitividade. A globalização está aí na nossa porta e temos que dar essas condições.

A Secretaria da Indústria e Comércio, claro que na sua visão de uma secretaria voltada para o desenvolvimento econômico, tem convivido com essa questão no seu dia a dia.

Temos percebido a dificuldade, a angústia, e às vezes, até a exacerbação dos ânimos dos pequenos empresários, que cada vez mais se sentem alijados do processo. A nossa preocupação maior, é claro, é com a necessidade de se dar incentivos para que os pequenos cresçam, se preparem, melhorem o seu sistema produtivo, o seu produto, enfim, atinjam até as suas premiações e, ao mesmo tempo, percebemos a dificuldade até do preparo empresarial, do próprio empresário que se aproxima. Então, além de conceder incentivos, o Governo tem sistematicamente apresentado propostas neste sentido, mas também oferece preparar o empresário. O SEBRAE tem participado disso de uma forma bastante intensa e acho que no Distrito Federal isso toma um vulto excessivamente alto até pelo próprio perfil do nosso porte de empresas. Nossos cursos de treinamento objetivam condicionar melhor o indivíduo sob o ponto de vista empresarial e gerencial, qualificar o funcionário público desempregado, e os empresários de fundo de quintal que são a nossa maioria.

O Secretário nos diz a respeito de uma colocação da plateia relacionando-a à questão do lucro e da preocupação ambiental. É claro, nós temos a ingenuidade de imaginar que vamos criar uma mentalidade ambientalista no pequeno empresário, mas essa mentalidade tem que ser acompanhada de uma melhoria do seu perfil empresarial e é nesse sentido que estamos agindo. Há uma série de cursos que estão acontecendo no GDF cuja clientela principal, cujo público-alvo, é o microempresário. Estamos estimulando o que chamamos de reconversão profissional. Existem

certas categorias de atividades profissionais que já não são mais economicamente viáveis diante da realidade da globalização que se aproxima.

Estamos tentando fazer com que os empresários promovam atividades e estejam sintonizados até com o perfil da cidade. Estamos incentivando áreas que estejam voltadas tanto para oficinas mecanizadas como para a área de turismo, hotelaria, enfim, todas essas atividades. Entendo que os incentivos feitos pelas diversas secretarias, como essa questão do Prêmio de Qualidade, é mais um estímulo somado a outros que temos, como Governo, de fomentar, e que só vieram a proporcionar aos empresários uma maior motivação na concepção e no processo de suas empresas.

Cerimonial: Agradecemos aqui toda a gentileza do Secretário pela exposição feita e convidamos o Sr. Sérgio Jatobá.

2ª Palestra: **Sérgio Jatobá**-Gerente do Projeto Prêmio de Qualidade Verde do PQA - ISO 14.000 e Técnico Ambiental-IEMA-GDF

Primeiramente gostaria de colocar que esse Prêmio foi uma evolução de uma ideia inicial que começou com o Selo Verde do DF. Primeiro pensamos nessa ideia do Selo Verde, mas depois chegamos à conclusão que seria prematuro estudar e implantar-se um Selo Verde no DF nesse momento. Principalmente porque na ISO esse assunto da rotulagem ainda está sendo estudado. Não há ainda uma conclusão, as normas ainda não foram publicadas e a própria ABTN tem estudado também um selo brasileiro com caráter mais universal, que tenha aplicação em todo o território nacional. Então, achamos por bem deixar essa questão do selo para uma segunda etapa e aguardar esses estudos que estão sendo procedidos pela ABTN e partimos, então, para o que seria o Prêmio de Qualidade Verde, que é um incentivo à atuação consciente de gerenciamento ambiental.

Nossa exposição vai abranger alguns tópicos. Primeiramente vamos colocar o contexto em que esse Prêmio foi criado, o que é o prêmio, seus objetivos específicos, as categorias de premiação, o processo de seleção, e os incentivos que são colocados para os premiados.

Sobre o contexto em que o Prêmio foi colocado. Primeiramente, dentro do próprio IEMA, ou melhor dizendo, dentro da própria SEMATEC, nós temos dois papéis do órgão ambiental que poderiam ser ressaltados. Temos o papel do órgão fiscalizador, de fazer com que seja cumprida a legislação ambiental e esta é então uma característica punitiva. Então, esse papel é um procedimento, uma atribuição inerente de um órgão ambiental, mas ele gera por si uma certa

incompreensão por parte dos atores sociais, da própria comunidade e mesmo dentro do próprio governo, porque o órgão ambiental tem também o papel de fiscalizar, no aspecto ambiental, todos os órgãos do próprio governo. Então isso faz com que o órgão ambiental sempre tenha essa cara de “Ecochato”, daquele que fica pegando no pé de todos, só sabe cobrar, que só sabe dizer “não!”. Na verdade, esse não é o único papel do órgão ambiental, mas é o que mais aparece.

Nós temos um outro papel, que é o papel de educador, de justamente trabalhar no nível da conscientização, da mudança de comportamento. Nesse papel da educação ambiental, ou no papel incentivador de boas práticas é que se insere o Prêmio de Qualidade Verde. Ou seja, vamos trabalhar fazendo com que as boas experiências em gerenciamento ambiental apareçam, sejam divulgadas, premiadas, para que a partir delas a gente também possa, por outro lado, inibir aquelas más experiências, aquilo que o papel fiscalizador do órgão já faz sem renunciar à fiscalização. Isso é importante. Quer dizer, trabalhamos numa outra frente, mas sem renunciar à questão da fiscalização que é básica.

Dentro dos objetivos do próprio Programa temos esse que eu destaquei aí; talvez seja um dos mais importantes, ou seja, criar estímulos, mecanismos de estímulos e adoção de prática de gerenciamento ambiental. E o Prêmio, então, vem como um estímulo para essas ações, essas experiências dentro do gerenciamento ambiental.

O que é o Prêmio? O Prêmio é uma premiação anual a ser concedido a órgãos, instituições, e empresas tanto públicas quanto privadas, que demonstrem compromisso com a incorporação do gerenciamento ambiental e ao mesmo tempo com a minimização dos impactos ambientais negativos das suas atividades. Então, temos dois pontos que são ressaltados: o próprio compromisso que se dá pela postura da empresa, a forma de se comportar, enfim, aquilo que de fato diz que essa instituição está interessada no gerenciamento ambiental; e, ao mesmo tempo, as ações concretas que ela pode demonstrar, quer dizer, minimizando os impactos ambientais decorrentes da sua atividade. Então, são duas coisas importantes ao nível da intenção e ao nível da concretização de ações.

Como objetivos específicos do Prêmio temos o de estimular a incorporação do conceito e ecoeficiência. O que seria esse conceito de ecoeficiência? É produzir levando em consideração os aspectos ambientais e tentando ser eficientes nesses aspectos. Essa eficiência tanto vai ser benéfica para o meio ambiente em si, porque ela economiza recursos naturais e passa então a poupar esses

recursos, como também pode ser eficiente do ponto de vista produtivo. Ou seja, se você reduzir o seu consumo de água, energia e insumos de produção, você poderá reaproveitar a energia, isto é, são ações que têm essa dupla função. Elas são boas para o aspecto produtivo estritamente, mas também têm o rebatimento ao nível ambiental. Isso seria a ecoeficiência.

A melhoria do desempenho ambiental ocorre exatamente quando a empresa ou instituição adota pequenas práticas ambientalmente adequadas. Ela não precisa rever todo o seu processo. A princípio, pode-se adotar pequenas ações, como o exemplo de reduzir o consumo de água. Você estabelece que vai trabalhar nesse sentido. Você estabelece metas e persegue essas metas. Quando essas forem atingidas, você passa então para outros objetivos. Isso seria uma melhoria do seu desempenho ambiental. Evidentemente que você não vai eliminar todos os impactos ambientais da sua atividade de uma só vez, mas você vai minorá-los e vai demonstrar um compromisso ao fazer um gerenciamento ambiental.

É importante colocar que a adoção do SGA (Sistema de Gestão Ambiental) é voluntária. Todas as normas ISO têm essa característica de serem voluntárias. Se você vai implantar um SGA visando a certificação, esse Sistema vai ter que envolver toda a sua empresa, toda a sua unidade ou então uma parte da sua empresa. O uso adequado dos recursos naturais vem como consequência. Quer dizer, se você faz o gerenciamento ambiental, vai poupar recursos hídricos, florestas, deixar de degradar o ambiente de alguma maneira e a redução da degradação ambiental vem deste processo de gerenciamento.

A conscientização do consumidor e da própria comunidade vem justamente quando está muito ligada à questão do Selo Verde, mas também está ligada ao Prêmio; quer dizer, o próprio consumidor impõe que haja uma adequação por parte das empresas. Isso também pode acontecer não só ao nível individual – do consumidor que escolhe um produto ambientalmente correto na prateleira – como ao nível de comunidade. A comunidade organizada pode pressionar as empresas a se adequarem ambientalmente.

E por último, a questão da divulgação. Com a divulgação fazemos um trabalho de passar para os outros essas boas experiências e, com isso, tentar estimular que outros também adotem essas experiências.

Falarei agora sobre as categorias em que deve ser concedido o Prêmio. Isso ainda está em estudo. Esse Prêmio já foi criado oficialmente através de um Decreto, foi publicado no dia 09 de

outubro desse ano, e nós estamos fazendo a regulamentação dele. Dentro da regulamentação temos oito categorias: Primeiro, ações de Educação Ambiental que são muito importantes devido a tudo que foi dito antes. Essas ações devem estar preferencialmente ligadas a questão do gerenciamento ambiental. A questão de proteção de recursos naturais envolve toda ação que visa essa proteção, seja de uma mata, seja de uma nascente, seja no sentido de criação de uma unidade de conservação. Quer dizer, qualquer ação de proteção dentro do seu gerenciamento ambiental poderia entrar nessa categoria. A recuperação ambiental também. Quer dizer, para aquilo que já existe um dano, você vai ter ações de recuperação. A melhoria do desempenho ambiental, como já falei antes, são aquelas pequenas ações que ainda não compõem um sistema completo, mas que são ações de melhoria do gerenciamento. Uso e ocupação de solo, por exemplo. Esse ponto parece ser frisado porque estamos querendo fazer isso direcionado aos parcelamentos de solo tanto dentro da iniciativa governamental, como também os de iniciativa privada. Abrangemos exatamente os condomínios irregulares. Estamos vendo que apesar da maioria desses condomínios não estarem adequados no sentido da legislação tanto ambiental quanto urbanística, nem quanto a questão fundiária, vemos em alguns deles, realmente, uma manifestação pela adequação. E de fato é possível ter essa adequação em alguns deles. Então, nesse sentido, o Prêmio viria a premiar essas boas experiências desde que, evidentemente, esteja sendo cumprida a legislação ambiental, porque não teria sentido conceder um prêmio para alguém que descumpra a legislação.

Com relação a estudos e pesquisas, também é uma das categorias que abrimos, especialmente, para a área acadêmica, enfim, às proposições que inclusive venham a subsidiar todas essas propostas, que precisam de mais estudo, de mais tecnologia, de mais reflexão dentro da questão social, política. Isto é o que está sendo muito bem colocado nesse Seminário e essa é também uma categoria.

A imprensa também entra devido ao aspecto da importância dela na divulgação dessas boas práticas, evidentemente. É uma outra categoria especial para outras ações que não estejam, por acaso, incluídas nas categorias anteriores.

O processo de seleção tem duas etapas: numa primeira etapa seria feita uma análise prévia por um grupo de trabalho formado por funcionários da própria SEMATEC que verificará o atendimento aos pré-requisitos que estão colocados. Esses pré-requisitos estão sendo pensados dentro da regulamentação, mas principalmente, temos a questão de atendimento da legislação

ambiental. A questão do compromisso acontece com o gerenciamento demonstrado em ações, em postura e a demonstração de resultados concretos na melhoria do seu desempenho ambiental. E essa comissão, então, depois de analisar todos os inscritos, destacará os três melhores em cada categoria. Esses três, então, serão encaminhados para análise da Comissão Especial do Prêmio Qualidade Verde, que é quem de fato vai outorgar o Prêmio. Essa comissão já tem uma formação com representantes de diversos setores da sociedade, não só do governo, mas também empresários, a própria Universidade e ONGs ambientalistas.

E, finalmente, vamos falar um pouco sobre os incentivos que se dariam para os premiados, ou seja, se você está premiando, você tem que oferecer alguma coisa que realmente atraia as pessoas a se inscreverem no Prêmio, para que, enfim, tenham interesse em desenvolver um bom trabalho de gerenciamento ambiental.

A primeira coisa seria a própria declaração ambiental do Prêmio. Essa seria uma declaração colocando que a instituição ou o órgão atendeu aos pré-requisitos que foram formulados e, ao mesmo tempo, demonstrou um compromisso com o gerenciamento ambiental. Nessa declaração, ainda estamos estudando, poderiam ser colocadas algumas outras informações que a qualquer momento o consumidor tenha acesso, tipo saber por que determinada empresa ou órgão foi premiado e em que condições, para assim não haver confusão quanto aos critérios de premiação.

Facilidades para financiamento é o segundo item que está colocado como uma ideia. Uma ideia que está sendo pensada dentro da SEMATEC, ainda não se conversou com nenhuma instituição financeira, mas é uma reivindicação do setor empresarial de que haja uma linha de crédito especial para financiar ações de melhoria de desempenho ambiental e de implantação de Sistema de Gestão Ambiental. Então vemos que isso é de fato necessário tanto para os pequenos produtores, pequenos e micro empresários, como também para produtores rurais. Enfim, tem-se que dar um certo aporte para que eles possam se adequar. Quero abrir um parêntese para dizer que a normatização ISO 14.000 está sendo entendida como algo colocado a princípio só para as grandes empresas, quando na verdade não é isso. São procedimentos que se aplicam a qualquer tipo de empresa, independente do seu porte. E o nosso papel enquanto governo, enquanto instituição pública, é exatamente traduzir isso para os pequenos porque os grandes vão atrás por conta própria. Eles não esperam o órgão público estar incentivando; já verificaram e perceberam que é interessante e já estão implantando o seu Sistema de Gestão Ambiental. Então torna-se necessário

esclarecer primeiro a opinião pública sobre o que é a norma e tentar traduzi-la para os pequenos, para que não se torne um bicho de sete cabeças e para que não haja uma exclusão desses pequenos no mercado. É aí onde a facilidade de financiamento se insere. A questão da divulgação também viria junto com o Prêmio. Toda empresa, todo órgão gostariam de ver seu trabalho divulgado e a SEMATEC então se compromete a publicar anualmente uma relação dos premiados e ao mesmo tempo fazer divulgação em todos os seus comunicados, boletins, enfim, em todos os seus programas sempre que possível. É imprescindível colocar que o selo Prêmio de Qualidade Verde não é um selo para certificar o produto, mas sim de adequação ambiental. Esse selo poderia ser agregado na comunicação visual, junto a logomarca, ou seja, fazer uma promoção própria de que se está adequado do ponto de vista ambiental.

Era basicamente isso que tínhamos que colocar sobre o Prêmio e nós estamos abertos a contribuições, como falei sobre a regulamentação, ela está ainda sendo feita. É importante que nesse momento recebamos contribuições para que possamos fazer uma regulamentação melhor possível e para que, mais tarde, tenhamos o apoio de todos no sentido de divulgar esse Prêmio para que ele possa servir como um estímulo às boas práticas. Chega de premiar as más práticas, mesmo sem querer, pois, às vezes aquele que está adequado não tem seu merecido reconhecimento. Creio que o Prêmio vem no sentido de se reconhecer as boas práticas, as boas atitudes e incentivar essas práticas e que, a partir desses bons exemplos, outros bons exemplos aconteçam e que isso seja um processo de multiplicação.

Muito obrigado.

3ª Palestra: **Maurício Dutra Garcia**-Presidente da EMATER-GDF

Em recente visita ao Distrito Federal, o teólogo Leonardo Boff proferiu uma brilhante palestra no Sindicato dos Bancários. O eixo de seu pronunciamento baseou-se em três palavras: ecologia, economia, ecumenismo. Assim, ele sintetizou toda a existência humana no planeta. Sobre ecologia, após a conceituação, Leonardo Boff nos dá uma lição que provoca a reflexão sobre os humanos. “Dos seres superiores [...] o homem foi o último a habitar o planeta, [...] mesmo assim ainda pensa que todo o ecossistema existe em função dele, quando o sensato seria imaginar que nós fazemos parte dele”. Com isso condena energeticamente a degradação provocada pelo homem ao meio ambiente, e, chama a atenção para o caos legado às gerações futuras se não nos conscientizarmos que somos uma parte do todo. Simplificando, então, ecologia - conhecimento da

nossa casa. Por economia diz dos “negócios da casa”. As relações de troca; a transferência de recursos físico-financeiros para suprir as necessidades entre pessoas ou grupos. Por ecumenismo entende-se do comum, do coletivo, sempre acima do individual. Ações coletivas sobrepõem às ações individuais, já que o sentido é a comunidade, a coletividade. O indivíduo que destoa é afastado da comunidade.

Com essa síntese, não pretendo resumir uma hora e cinquenta minutos de preleção tão esclarecedora que tivemos oportunidade de assistir naquela noite iluminada no Sindicato dos Bancários. Mas apenas resgatar princípios que não são criados, mas que existem por natureza, que proporciona a vida no planeta.

E daí, o que tem a ver com verticalização da produção? Tudo, eu diria. Porque a sobrevivência, ou melhor, viver com dignidade, para o pequeno produtor excluído desse processo egoísta e excludente da globalização, só será possível quando aplicarmos os princípios naturais. Quero dizer, a casa deve ser o núcleo das atividades, que reúne pessoas, daí o conceito de familiar. A casa, no caso, é a pequena propriedade rural de onde a família organizada extrai seu sustento, sua cultura, costumes, enfim faz o convívio. A higiene, tanto pessoal quanto da casa, sua organização, seus espaços definidos, o trato entre as pessoas, educação, boas maneiras, são itens de uma infinidade de detalhes que permitem a existência com dignidade. É na casa que nos realizamos plenamente. Mas essa realização passa pelo atendimento das necessidades materiais e espirituais. Ninguém é só matéria ou só espírito. Somos um somatório que dependendo do equilíbrio, somos melhores ou piores enquanto gente. A satisfação das necessidades materiais, realizamos com trabalho e também as necessidades espirituais incluem o trabalho. Mas, no caso, vamos nos fixar no trabalho para geração de renda. Renda que permite adquirir bens essenciais e de satisfação própria (poderia chamar de supérfluos). É na economia da família que se deposita a oportunidade das realizações materiais. Reforçando a condição familiar, a mútua ajuda, o trabalho que beneficia o coletivo, fechamos o ciclo dos princípios naturais. Assim é no Programa da Verticalização da Pequena Produção Familiar - PROVE. Alguém pode achar um grande exagero tal comparação. Não nos assusta nem nos ofende. Conhecer o PROVE por dentro é tarefa fácil, realizá-lo não é tão fácil assim. A família excluída se desagrega, definha.

Nesse caso a reunificação se faz pelo trabalho e geração de renda. À medida que o produtor processa ou manipula seu produto agrícola, agrega valor a ele. Então vejamos: o produtor de

hortaliças, por exemplo, de cenoura. Uma caixa de cenoura é vendida na CEASA por R\$ 8,00 com 22 kg. 200 gramas de cenoura ralada ou picada, em embalagem adequada, é vendida no supermercado por R\$ 0,80. São 10 vezes mais pelo mesmo produto. Esse diferencial espetacular proporciona renda suficiente para gerar mais emprego e consumo. Mais produção necessita de mais mão de obra que por consequência aproxima a família, reunifica, traz de volta a filha empregada doméstica, o filho guarda noturno, motorista etc. O marido trabalha em casa, no seu próprio negócio. Sabe-se que a miséria também provoca degradação e impede a realização de uma vida com dignidade. A qualidade ambiental é afetada pela miséria e talvez seja a pior das degradações que atingem a humanidade. Pois bem, tirar as famílias de produtores rurais da miséria, criar condições para que tenham oportunidade de viverem com dignidade é o objetivo do Programa de Verticalização, contribuindo por uma melhor qualidade ambiental. Diretamente, também, a organização da produção atua no sentido de proteger o ambiente com técnicas limpas, mas o maior feito é, sem dúvida, na melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pelo programa.

O PROVE tem incentivado a construção das Pequenas Agroindústrias Familiares como uma das formas de agregação de valor ao produto primário. Se o produtor produz abóbora, que se faça doce de abóbora; se tem leite, que se faça doce ou pães; enfim, a ideia é valorizar o produto agrícola dentro da propriedade. Para que o produto final tenha boa aceitação no mercado, é importante que a matéria-prima também seja de boa qualidade. Esse princípio básico tem contribuído para obtermos plantios sem uso de agrotóxicos e outras práticas nocivas ao ambiente. Também a qualidade da água é fundamental e seu uso indiscriminado tem reflexo nos custos. Vejam como as coisas se relacionam e como o pequeno produtor excluído adquire cidadania e se inclui no processo globalizante.

MESA DE DEBATES

1º Debatedor: **Antônio Gorgônio**-Representante do SEBRAE-DF

[...]

É muito importante que nós, enquanto ambientalistas, comecemos a ter atitudes, vamos dizer assim, ambientalmente corretas, dentro das nossas próprias casas, porque quando comecemos a trabalhar com micro e pequenos empresários é que percebemos que todos nós, indistintamente, somos microempresários. Isso porque, de um modo geral, temos uma família, vivemos num núcleo habitacional, muitas vezes com três, quatro ou cinco pessoas agregadas, administrativamente

sobrevivendo e desenvolvendo ações no meio ambiente em que estamos inseridos. É, portanto, muito importante que partamos desse princípio, das nossas atitudes lá em casa, no nosso dia a dia e levar essas atitudes para fora.

Começar é simples. O SEBRAE desenvolveu a primeira parte de um projeto junto a pequenos empresários – como a Alexandrina teve a oportunidade de falar rapidamente pela manhã – onde foi realizado um levantamento nacional com 52 empresas que trabalham, desempenham atividades, que representariam, em suas comunidades, 80% daquilo que se faz. Essas empresas se prontificaram a se submeter ao que chamamos de análise crítica ambiental preparatória – é realizada na empresa, com o consentimento do dono, uma análise geral para ver como é que está a atuação dele enquanto empresário. Essa análise realizada mostrou que muito se pode fazer para essas empresas, sem se gastar um tostão e obtendo-se lucro, o que na realidade é o que o empresário quer.

O empresário não está morrendo de amores por ambientalista e nem pelo meio ambiente, embora alguns grandes empresários estejam, porque sabem que o processo se reverte em benefícios e realmente começa a interiorizá-lo, conscientizando-se de que é importante estabelecer parcerias com os órgãos do meio ambiente. Então, por necessidade de conscientização, pelo convencimento e pela prática do fazer correto, estamos, com certeza, iniciando a implantação do Sistema de Gestão Ambiental em 27 micro empresas, uma em cada Estado da Federação, para que elas sirvam de núcleos demonstrativos aos outros interessados.

O projeto inicial prevê a implementação desse sistema em 200 microempresas, embora estejamos começando bem de leve, devagar. Porque nós, que estamos no meio ambiente à bastante tempo, sabemos que essa nossa cultura ambientalista foi implantada na marra: com fiscalização, punição. E imposição de parâmetros de qualidade, de efluentes, de emissões, que nem tínhamos disponíveis mas que copiávamos de modelos americanos, europeus e impúnhamos goela abaixo dos empresários.

Eles têm uma reatividade muito grande e não adianta chegar com conversa e achar que só na conversa vamos conscientizar essas pessoas, isso é muito difícil.

Gostaria de parabenizar a SEMATEC e o IEMA por essa iniciativa do Prêmio de Qualidade Verde, porque tive oportunidade de começar a trabalhar com o meio ambiente aqui em Brasília há vinte anos na Secretaria Especial do Meio Ambiente que, na época, era confundida com a CEME

- Central de Medicamentos. Participávamos de reuniões interministeriais, interinstitucionais no Brasil todo e o pessoal não sabia nem o que era isso. Hoje nós estamos saindo de uma postura daquele policial - que fica atrás de uma placa de trânsito esperando o fulano cometer uma irregularidade - para multar, e estamos partindo para uma iniciativa de ressaltar a qualidade, a importância de quem está fazendo alguma coisa bem feita. Então, isso para mim, em 20 anos, é muito gratificante.

Na discussão que teve pela manhã aqui, quase que penduraram o Prof. Othon no pau da bandeira porque ele começou a ter uma posição um pouco pessimista em relação a tudo isto. Embora olhemos para trás, hoje percebemos que nas nossas escolas os nossos filhos têm aulas de ecologia que eu, por exemplo, não tive na Universidade de São Paulo estudando biologia há 20 anos. Hoje nossos filhos sabem uma série de procedimentos de ecologia que são interessantes e vão formando a cultura deles.

Para fechar, não vou falar nada sobre sistema de gestão em si porque o Frederico da ABNT já falou e pode enfatizar mais. No entanto, há uma preocupação muito grande, inclusive com esse Prêmio, porque isso pode ser uma faca de dois gumes, ao se premiar uma instituição ou empresa que possa vir a ter alguma ação em não conformidade com o próprio Prêmio recebido.

O que o Frederico falou em termos de qualidade de parâmetros, de como estabelecer e como fiscalizar é uma coisa muito séria, mas temos visto no dia a dia diversos problemas. Recentemente uma pessoa nos procurou querendo saber como é que comprava um certificado de qualidade. Além disso, já sabemos casos de ambientalistas e ONGs vigiando empresas certificadas para descobrir alguma não conformidade com as exigências das normas ISO objetivando derrubar a iniciativa. Como se observa, existem pessoas que estão predispostas realmente a prejudicarem. Isso tem seu nível de importância na comunidade, o que não quer dizer que as ONGs não estejam em condições de atuar como fiscais da comunidade ou como parceiras em iniciativas como essa; tanto é que, hoje, a gente respeita e senta à mesa, juntos, para discutir meio ambiente com qualquer um, inclusive com os empresários.

É importante que não nos iludamos que isto vai resolver todos os problemas, a médio e a longo prazo. Mas a curto prazo, agora, estamos engatinhando e é preciso que se faça as coisas com muita prudência.

Muito obrigado.

2º Debatedor: **Sérgio Jatobá**-Gerente do Projeto Prêmio de Qualidade Verde do PQA-ISO 14.000 e Técnico Ambiental-IEEMA-GDF

Não falei anteriormente, mas já que o Gorgônio tocou em Prêmio de Qualidade Verde, que teria a característica de ser anual, quero explicar que ele pode ser cassado a qualquer momento se for constatado qualquer descumprimento dos pré-requisitos colocados. Evidentemente é algo que estamos estudando ainda e qualquer contribuição que vier será bem aceita, de forma a permitir que a regulamentação fique o mais completa possível.

3º Debatedor: **Frederico Cabral**-Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT

Gostaria de tocar em alguns assuntos que não deram tempo de abordar, e um deles é o nome Selo Verde, uma marca registrada que no Brasil não é permitida a emissão de qualquer documento legal com o nome de Selo Verde. Quando estávamos fazendo nosso programa de rotulagem ambiental e fomos registrar a marca, deparamos com o fato de que um esperto registrou a marca apenas com o intuito de vendê-la, e que, depois, descobrimos que andou oferecendo-a para umas ONGs.

Outro fato, é o que o Secretário da Agricultura, o Sr. João Luiz, falou-nos da experiência do industrial no setor agropecuário, dizendo que por conta da ISO 9.000 seria necessário demitir os funcionários porque eram analfabetos. Acontece, com relação à norma, uma questão muito interessante, onde – às vezes até um pouco por culpa da ABNT ou da falta de estrutura do país para divulgar corretamente – se fica, às vezes, na mão de certos consultores e pessoas que manipulam informações. Mas é necessário que as pessoas tomem conhecimento sobre normalização, recorrendo, em caso de dúvidas, à ABNT, que se encontra no Rio de Janeiro à disposição, ou através do seu pequeno escritório aqui em Brasília ou, ainda através da *home page* (www.abntorg.org.br), que traz um monte de informações, podendo-se trocar e-mails e fazer perguntas.

Com relação à ISO 9.000, a norma em nenhum momento fala que o funcionário tem que ter um nível de instrução específico ou que não pode ser analfabeto. O que ela diz é que os procedimentos têm que estar documentados. Isso porque a prática mostrou que empresas que tiveram uma performance muito boa, devido, por exemplo a dois funcionários exemplares, não conseguiram mais manter sua produção e qualidade de produtos depois que os funcionários

mudaram de emprego. Uma das coisas que a norma diz é que esses procedimentos têm que estar documentados exatamente para evitar esses vendavais de troca de funcionários, mesmo porque não há necessidade de o funcionário ter aquele procedimento sem que esteja treinado e saiba executá-lo. Como organismo de certificação, quando os nossos auditores vão verificar uma empresa, é verificado se ela tem a documentação, os procedimentos estabelecidos, entre outras coisas. Depois o auditor vai verificar, dentro da amostra estabelecida - uma vez que é impossível verificar tudo, de uma forma geral - se aquele funcionário sabe fazer aquilo e se sabe por que está fazendo.

Por exemplo, na ISO 14.000, quando uma empresa grande foi auditada, verificou-se que tinha uma oficina mecânica em que eles deram um tratamento à lavagem de óleo dos tanques dos tratores. Antigamente o funcionário simplesmente lavava a oficina, a água descia pelo solo e era encaminhada para um riacho perto. Quando o auditor chegou e perguntou ao faxineiro que fazia a limpeza e que não sabia ler nem escrever “Como é que você faz isso aqui?” obteve a seguinte resposta: “Agora nós temos cuidado porque eu sei que ali vai matar os peixes, então nós botamos aqui numa bacia, lavamos e levamos para tal lugar.” Isso significa que o funcionário conhecia perfeitamente a ação dele e os motivos pelos quais ele deveria tomar aquela iniciativa. Isso demonstra ao organismo de certificação que a empresa realmente deu um treinamento para aquele funcionário, que desenvolveu competência para atuar naquela área. São essas ações que dão segurança ao certificador de verificar como a empresa está implementando um sistema de gestão.

Outra questão que gostaria de abordar é com relação à ABNT, que é uma entidade privada sem fins lucrativos e muito conhecida, embora algumas pessoas ainda a confundam com um órgão governamental, pela extensão e pela importância que ela tem, sendo, inclusive, reconhecida pelo Governo como fórum nacional de normalização. O Governo reconhece as normas da ABNT como normas nacionais no campo voluntário. Analisando a estrutura do sistema de metrologia brasileiro, teríamos o INMETRO de um lado emitindo a regulamentação técnica, as normas técnicas compulsórias obrigatórias, e a ABNT do outro, nessa área voluntária.

Neste aspecto, a ISO também é um fórum da mesma forma que a ABNT, só que internacional, trabalhando, dentro da Série 14.000, para mostrar porque determinadas empresas estão tendo sucesso nessa área de meio ambiente e buscando uma norma que permita, inclusive, ultrapassar os limites da legislação.

Entende-se hoje que somente cumprir a legislação não é suficiente. A mudança do sistema de legislação é muito mais lenta do que a mudança técnica. É muito mais simples, então, adotar procedimentos técnicos que serão reconhecidos internacionalmente – como os fóruns da ISO que contaram com 54 países, 600 delegados e mais 10 organizações mundiais participando na formulação da norma.

É interessante que as pessoas procurem conhecer o texto da norma, porque às vezes se fala muito, confundindo um procedimento ou uma prática com uma norma de gestão ambiental. Acho que, em termos de normalização, um avanço muito grande uma norma que leva o empresário a gerenciar sua empresa levando em consideração a legislação, os funcionários e ouvindo as comunidades vizinhas. Há várias indicações na norma de como se deve manter essa comunicação com as partes interessadas, com a comunidade vizinha, como a empresa deve manter o seu autocontrole; quer dizer, a norma lhe orienta para você manter seu autocontrole, suas auditorias internas etc. É uma norma bastante interessante e acho que as pessoas deveriam buscar conhecê-la um pouco mais.

Era isso que eu tinha para dizer e estou à disposição.

Cerimonial

Gostaria de agradecer a todos os debatedores e passar às perguntas da plateia. Se vocês quiserem fazer perguntas podem utilizar o microfone aqui do lado.

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES

Silvano-CAESB/GDF

Perguntaria ao Sérgio sobre o cronograma que está se pensando para a implementação do Prêmio; se já existem datas previstas para a pró-análise; e como vocês estão pensando, do ponto de vista ético, com relação à participação de empresas que prestam serviços para o GDF. Como abordariam essas perspectivas porque poderiam surgir observações do tipo: como que fica uma Secretaria de Meio Ambiente outorgando o prêmio à CAESB ou SLU, por exemplos.

Sérgio Jatobá-Gerente do Projeto Prêmio de Qualidade Verde do PQA-ISO 14.000 e Técnico Ambiental-IEMA-GDF

Com relação ao cronograma e à lei, estamos em processo de regulamentação, e tão logo esta esteja pronta – é provável que seja uma portaria – estaríamos em condições, teoricamente, de

implementar o Prêmio. Mas isso só deve acontecer talvez no início do ano que vem, provavelmente a gente deve aproveitar para que essa premiação seja realizada junto com alguma data interessante, como a semana do meio ambiente ou outra data significativa.

Agora, com relação a sua segunda pergunta, a questão da ética, gostaria de ressaltar que a outorga do prêmio não vai ser feita pela SEMATEC, que será a responsável apenas pela análise prévia. A outorga será efetivada por uma Comissão Especial onde há representantes não só do Governo, como de amplos setores da sociedade, como Universidades, ONGs e os empresários. O que pretendemos é que a outorga seja feita pela sociedade, representada em uma comissão o mais ampla possível. Agora, a CAESB pode ser solicitada a participar deste Grupo Técnico onde ao princípio tem os funcionários da SEMATEC, quando o assunto for relacionado a questões ligadas ao saneamento, por exemplo. Podemos solicitar essa colaboração; no entanto, a outorga mesmo, será feita por um grupo maior, a partir de um número de concorrentes pré-selecionados, atendendo a certos pré-requisitos.

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA-ISO 14000-IEMA-GDF

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a participação dos presentes, em especial a do Sr. Frederico - que veio do Rio de Janeiro hoje de manhã e já vai voltar daqui a pouco - e está realmente contribuindo muito para os debates. E aproveitar mais um pouquinho a sua presença para uma pequena consulta. Entre os incentivos do Prêmio Qualidade Verde que o Sérgio colocou, o último deles é de especial interesse para nós, é o de colocar aquele selinho na embalagem, ainda que com uma frase dizendo que “isso aqui não é pelo produto, mas a empresa que produziu isso aqui ganhou o Prêmio”. Como é que você vê o Prêmio de Qualidade Verde, mais especificamente nesse sentido? Há viabilidade disso ser realizado, na sua opinião?

Frederico Cabral-Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT

No produto não é recomendado a colocação, ou alusão. Como nesse caso não seria uma certificação, mas um informativo da empresa, teria que ser muito bem destacado: “empresa que ganhou o Prêmio de Qualidade do Distrito Federal”, de forma a não ferir tanto. Mas tecnicamente não vejo necessidade de chamar bastante à atenção de que aquilo não é o produto, é um processo da empresa. Talvez ressaltando os seus atributos, porque pode surgir, inclusive, a própria declaração de empresa, - de fazer declarações que merece isso, merece aquilo - tem tal e tal características. Tem que se tomar bastante cuidado para não confundir que aquilo tem característica

com o produto. Acho interessante na documentação da empresa, mas não recomendaria colocar no produto. Mas se for colocado no material promocional da empresa, nos papéis timbrados, uma marca, uma identificação de que a empresa foi premiada, ou na sua divulgação formal “Empresa que recebeu um Prêmio”, e o selo colocado como sendo uma espécie, mas não com a marca selo, como eu falei, não haveria problema, embora não seja uma marca que esteja agregando muito e possa criar alguma confusão.

Cerimonial

Mais alguma pergunta?

Bom, se não há mais perguntas, gostaríamos de agradecer a presença de todos. Comunicar que amanhã teremos o segundo dia do Seminário Pela manhã, uma palestra sobre gerenciamento ambiental em órgãos e empresas públicas do Distrito Federal - que é outro dos projetos do Programa, e, em seguida, a implantação das Comissões Internas de Qualidade Ambiental - CICAs, que é o terceiro projeto do Programa. Depois teremos a exposição da Dra. Dália Maimon, do Rio de Janeiro, que vai falar sobre globalização e normas ISO 14.000 e, ao final, o painel para os debates.

Muito boa tarde a todos.

PAINEL III

Auditório da SEMATEC - 20/11/1997 – Matutino

1ª Palestra: **Witer Campos Lima**-Gerente do Projeto Gerenciamento Ambiental do PQA-ISO 14.000 e Técnico Ambiental do IEMA-GDF

Pretendo abordar aqui, neste momento, o projeto Gerenciamento Ambiental, como foi inicialmente concebido e suas evoluções ao longo da consolidação do Programa de Qualidade Ambiental – ISO 14000, objeto desse Seminário.

Inicialmente gostaria de abordar algumas questões gerais, até mesmo para situar o contexto do projeto.

O mundo tem sido palco de muitos acidentes ambientais desde o princípio da humanidade, sejam de caráter natural - como os vulcões e os terremotos, ou provocados pelo homem - como os diversos derramamentos de produtos químicos que temos conhecimento.

O que devemos observar, no entanto, é que muitos dos acidentes que aconteceram no passado não se repetem mais com a mesma frequência e, quando acontecem, são extremamente divulgados, criticados e muitas vezes punidos com grande severidade – até mesmo comprometendo a capacidade de competição da empresa.

Este é o caso típico da empresa Exxon Valdez que, com o acidente ocorrido no Alaska com um de seus petroleiros, sofreu penalidades severas – num total aproximado de US\$ 2,0 bilhões de dólares – que comprometeram suas finanças e até mesmo sua imagem.

Da mesma forma acidentes com empresas estatais, como foi o caso de Chernobyl, podem suscitar pressões internacionais, criando problemas diplomáticos e econômicos sérios.

Atualmente as empresas, em busca da modernidade e da competitividade, vêm adotando posturas diferentes, mais proativas – independentemente da pressão e cobranças dos órgãos ambientais – corrigindo ou prevenindo problemas ambientais provocados por suas atividades. Esse tipo de comportamento, no caso do Brasil, tem sido incentivado pelo SENAI e SEBRAE, que buscam a conscientização dos empresários para as questões ambientais, não só do ponto de vista da utilização das tecnologias disponíveis para tratamento de resíduos e minimização de poluição, mas também na busca de modificações de padrões de comportamento.

É bem verdade que as mudanças, pelo menos do ponto de vista pessoal, acontecem quando há uma auto-observação, um processo contínuo de avaliação crítica, e não é radical, é um processo geralmente lento. O ser humano só muda quando procura se observar em todos os momentos, avaliando seus relacionamentos e atitudes frente à vida, às pessoas, trabalho etc. E não somos todos nós que estamos habilitados a fazer essa autoavaliação. Mesmo assim, acredito que a sociedade como um todo tem evoluído, tem buscado melhorar e participar cada vez mais. Atualmente se condena a violência que até pouco tempo atrás era incentivada pela simples defesa da “honra”. Não só a violência é condenada, como diversos comportamentos positivistas e pacifistas são incentivados – como podemos ver na campanha nacional de violência no trânsito.

As Organizações Não Governamentais vêm trabalhando, organizando-se, amadurecendo, reavaliando suas posturas e buscando uma posição mais profissional. Da mesma forma acontece

com os órgãos ambientais, que também passam por um período de avaliação de suas posturas, em busca mais da solução dos problemas do que da simples punição e repressão.

É preciso considerar, também, a posição do setor público hoje em dia. O funcionalismo encontra-se extremamente massacrado, sendo responsabilizado por uma péssima qualidade de atendimento ao público que não é por sua única e exclusiva “culpa”, quando, na verdade, o que existe é uma total desestruturação do funcionalismo público que se encontra estagnado, perdido no atendimento à burocracia e à legislação – esse atendimento muito em função do “se garantir contra eventuais responsabilizações legais e administrativas futuras”.

Contudo, não podemos esquecer que o servidor e os dirigentes dos diversos órgãos devem refletir sobre o seu papel e suas responsabilidades, o papel da instituição a que serve, e observar que a nossa atuação se reflete também, mesmo que indiretamente, sobre a qualidade ambiental. É na observação e controle do consumo de água – tem sempre uma torneira vazando, sempre consumimos mais água que o necessário, etc.; energia – sempre esquecemos uma ou mais lâmpadas acesas, ou deixamos equipamentos ligados sem necessidade; papel – são produzidas no serviço público inúmeras “minutas” de documentos para serem apreciados; e outros insumos. É na observação do fato que as nossas ações, como órgão público, têm consequências sobre o meio ambiente. No caso da SEMATEC e do IEMA, as licenças concedidas, a administração das unidades de conservação, o monitoramento ambiental, tudo, enfim, tem reflexo sobre a qualidade ambiental, seja positiva ou negativamente.

É preciso questionarmos qual a nossa real função no serviço público, como servidor e como instituição.

Tem havido, historicamente, um certo confronto entre “os dois lados” do serviço público – o “lado” dos órgãos de controle ambiental e o “lado” dos órgãos que executam atividades efetiva ou potencialmente impactantes sobre o meio ambiente – como se não fôssemos uma única unidade voltada ao atendimento das necessidades da nossa comunidade.

São muitos os exemplos: é a retirada de cascalho pelo DER, NOVACAP e Administrações Regionais para aterros e construção ou reparação de estradas ou vias públicas; é a implementação de assentamentos urbanos pela TERRACAP; ou mesmo a implementação de atividades rurais – como irrigação e agrovilas – por parte da Secretaria de Agricultura, Fundação Zoobotânica ou mesmo EMATER. Em qualquer um desses casos sempre existe o conflito do processo de

licenciamento ambiental, onde as queixas de ambos os lados são constantes e, de certa forma, repetitivas.

É preciso repensar a nossa atuação, buscando sempre uma atitude proativa, seja em busca da compreensão e obediência da legislação, nos casos listados na legislação ambiental, seja na revisão de procedimentos que, embora bem-intencionados não possibilitam um real reflexo positivo sobre a qualidade ambiental. Obviamente a busca dessa nova postura não deve comprometer o objetivo da existência da instituição, mas o seu pleno cumprimento, que evoca a manutenção e melhoria contínua da qualidade ambiental.

O Projeto Gerenciamento Ambiental, voltado basicamente para os órgãos e empresas do complexo administrativo do GDF, busca exatamente levar essa reflexão para a própria SEMATEC e IEMA, e para as demais organizações objeto de sua atuação. É nosso objetivo auxiliar essas instituições a internalizarem esse comportamento proativo no que se refere às questões ambientais, se necessário e interessante para a instituição, através da implementação de Sistemas de Gestão Ambiental nos moldes do disciplinado pelas normas da série ISO 14.000.

Temos consciência da dificuldade da proposta. Primeiro pela nossa própria capacidade de execução – atualmente somos quatro técnicos envolvidos com a coordenação e execução do Programa que, de certa forma e propositalmente, é ambicioso. Em segundo lugar, porque a cultura do serviço público é a reatividade a qualquer mudança pelo medo que ela provoca. Aliás o ser humano tem medo de mudanças por conta do medo do desconhecido e porque qualquer mudança, por pequena que seja, significa a revisão de comportamentos, atitudes, pensamentos, posturas e até mesmo de valores.

Temos buscado a parceria para a realização do trabalho junto ao SEBRAE, SENAI, FIBRA, Secretaria de Agricultura, entre outros. Por conta dessa busca, além de trazermos aqui, neste Seminário, o Secretário de Agricultura do Distrito Federal para falar sobre o PROVE – Programa de Verticalização da Pequena Indústria Familiar, chegamos a visitar cerca de 12 agroindústrias incluídas nessa programa, com o objetivo de verificarmos como o Projeto Gerenciamento Ambiental poderia colaborar para que a internalização das questões ambientais seja realizada com sucesso. Seriam ações voltadas para a economia de insumos, especialmente água e energia, e para a redução de impactos sobre o meio ambiente, mesmo sabendo que os impactos produzidos pelas agroindústrias sejam pequenos, como foi observado durante as visitas realizadas. O objetivo

primeiro dessa parceria não seria a eliminação dos problemas ambientais, mas basicamente o início de um processo de conscientização ambiental dos pequenos produtores, que teria reflexo a longo prazo sobre seus filhos, parentes e vizinhos, provocando a disseminação de um comportamento cada vez mais voltado para a manutenção e melhoria da qualidade ambiental.

Com relação aos órgãos e empresas do GDF, a nossa intenção é a consolidação de uma parceria voltada para: a melhoria do desempenho ambiental dessas organizações. Ou seja, cada organização buscaria, ao longo do tempo, minimizar os impactos produzidos sobre o meio ambiente pelo desempenho de suas atividades. Ao mesmo tempo, ampliar o nível de conscientização ambiental dos dirigentes e servidores de cada uma dessas organizações, de tal forma que as mudanças políticas e de dirigentes não signifiquem uma quebra, uma interrupção no “*modus operandis*” da organização. Enfim, independentemente da postura da nova direção, já terá incorporado internamente procedimentos e comportamentos mais voltados para a melhoria da qualidade ambiental e do próprio desempenho da organização.

Os trabalhos e propostas do Projeto Gerenciamento Ambiental estão estreitamente ligados aos demais projetos do Programa de Qualidade Ambiental – ISO 14000, o que nos faz acreditar ainda mais na sua possibilidade de êxito, especialmente ao Projeto Comissões Internas de Qualidade Ambiental – CIQAs. Este tem procurado levar ao funcionário um interesse e possibilidades maiores de lutar por melhorias não só da qualidade ambiental em seu senso estrito, mas à qualidade do ambiente de trabalho. Essa associação levará, ao longo do tempo, a melhorias no ambiente de trabalho e da qualidade ambiental e, mais diretamente, à redução no gasto de água, energia, papel e outros insumos mais utilizados pelo serviço público. Se considerarmos os gastos do poder público só com água e energia veremos que haveria uma boa soma de recursos financeiros disponibilizados para outros fins.

Como havia colocado anteriormente, pretendemos trabalhar à melhoria do desempenho ambiental nos órgãos e empresas do GDF e, também, na implementação de Sistemas de Gestão Ambiental segundo o disciplinado pela série de normas da ISO 14.000, com vistas à obtenção de certificados. Por conta dessa intenção é que pretendemos consolidar o Grupo de Apoio ao Gerenciamento Ambiental previsto no Projeto. Esse grupo, devidamente capacitado, seria responsável pelo apoio à empresa ou órgão do GDF interessado em implementar um Sistema de

Gestão Ambiental ou simplesmente em melhorar o seu desempenho ambiental – embora essa melhoria seja prevista no SGA disciplinado pela norma.

Também estamos programando a realização, no próximo ano, de uma revisão da coletânea de legislação ambiental publicada pela SEMATEC, de forma a atualizá-la e disponibilizá-la aos técnicos de todo o GDF. Se possível, faremos uma proposta de revisão de pontos polêmicos ou mal estruturados, com o objetivo de ter uma diminuição de conflitos. Um exemplo interessante é a Resolução CONAMA n.º 13/86 que estabelece que qualquer atividade efetiva ou potencialmente poluidora a ser implementada num raio de 10 km do limite de uma unidade de conservação deverá ser licenciada pelo órgão encarregado de sua administração. Esta Resolução não faz sentido para o Distrito Federal que tem quase metade de seu território protegida por unidades de conservação, algumas delas administradas pelo IBAMA e a maior parte pelo IEMA. Isso significa que o licenciamento rotineiro de uma cascalheira, efetuado pelo IEMA, deve ser encaminhado ao IBAMA para apreciação se estiver, por exemplo, a menos de 10 km do Parque Nacional de Brasília, independentemente de ter qualquer reflexo sobre aquela unidade de conservação. Esse é um procedimento que merece uma análise cuidadosa e procedimentos bem estabelecidos de forma a evitar o “mero” cumprimento da legislação, criando-se procedimentos burocráticos sem qualquer resultado prático para a melhoria da qualidade ambiental.

A nossa intenção é abrir um debate sobre legislação ambiental entre os diversos interessados em um *workshop* voltado para a discussão do licenciamento e da fiscalização ambiental, objetivando o encaminhamento de propostas ao poder executivo e legislativo, tanto distrital como Federal.

Essas são, em linhas gerais, as propostas do Projeto Gerenciamento Ambiental, que podem ser resumidas em um único propósito: melhorar o relacionamento entre indivíduos e instituições em busca da melhoria da qualidade ambiental.

Temos que trabalhar para ampliar a atuação coletiva, a parceria e deixar de lado o corporativismo e as ações estritamente policiais, pelo lado do órgão ambiental, e inconsequente, no caso das atividades que sejam efetiva ou potencialmente impactantes sobre o meio ambiente.

Muito obrigado.

2ª Palestra: **Raimundo Rainero Xavier**-Gerente do Projeto Comissão Interna de Qualidade Ambiental–CIQA do PQA-ISO 14.000-IEMA/GDF

[...]

Tem recursos humanos, recursos materiais, recursos econômico-financeiros, de toda ordem. Essas parcerias são de total importância para que possamos de fato implantar o projeto. Para encerrar, eu queria que o projeto CIQA tenha essa base conceitual, essa base cronológica muito clara, essas experiências começam a ser exercidas de várias maneiras.

Um desses projetos não é um pacote, não é implantado de cima para baixo, por isso, ele respeita também as diferenças, diferenciações em cada órgão, quer dizer, os valores são respeitados, então, naturalmente vai ter diferenças também num processo de avaliação de uma forma mais objetiva, mais sistematizada, apenas observadas. As nossas conclusões é de que realmente o projeto está vingando.

E, finalmente eu diria que o que importa nesse projeto é o que dizia um cartaz, do colégio da minha filha, sobre o meio ambiente, e eu quase iniciei com essa frase, escrevi um texto de teatro, que foi ensaiado no Ministério, por funcionários. Ela chegou em casa e disse: “Pai, eu não concordo com essa história de meio ambiente”. “Eu gostaria que a gente defendesse o ambiente inteiro!”. Então, eu também encerrarei por aqui dizendo que a CIQA, se propõe a defender o ambiente inteiro, na medida em que visa a tomada da consciência pelos funcionários.

Muito obrigado.

Cerimonial

Vamos ouvir agora a palestra sobre “A globalização e as normas ISO 14.000”, a ser proferida pela Professora Doutora Dália Maimon, do Rio de Janeiro, que é Presidente da Sociedade para Incentivo e Apoio ao Gerenciamento Ambiental - SIGA.

3ª Palestra: “A globalização e as normas ISO 14.000” - Professora **Dr.ª Dália Maimon**-Presidente da Sociedade para Incentivo e Apoio ao Gerenciamento Ambiental-SIGA

Estou aqui a convite dos organizadores do evento e para mim é sempre um prazer voltar aqui no Distrito Federal, onde tenho vários amigos e onde começamos, no ano passado, a trabalhar juntos com o SEBRAE na questão da ISO 14000.

Pelo que tenho visto, o Governo do Distrito Federal – talvez por causa da sensibilidade ambiental do meu amigo Cristovam e da equipe da SEMATEC – foi um dos primeiros a deslanchar um programa integrado de gestão ambiental nas empresas públicas que atualmente só tem sido feito nos sete maiores países desenvolvidos do G-7. Então, acho que o exemplo a ser seguido é no sentido de se mostrar que não somente o setor privado está sensibilizado com a questão ambiental, mas que o setor público também está e pelo que será exposto aqui, pelo decreto que eu li rapidamente, o setor público também pode dar um passo significativo nessa direção.

Vou organizar a minha palestra em duas partes. Primeiro vou tratar da questão da globalização e do comércio e que tipo de impacto a globalização da bioética, em particular, tem sobre a performance ambiental das empresas. Depois vou abordar como a ISO 14.000 tem afetado as empresas brasileiras.

Não vou falar de experiências específicas - porque senão o pessoal da Bahia Sul, da CETREL e etc., vão ficar com poucas coisas para dizer, mas vou tratar no sentido mais genérico de dar uma ênfase para o trabalho que fizemos nas pequenas empresas, mostrando as dificuldades que se têm na implantação de política ambiental nas empresas deste tamanho.

A globalização da ecologia, juntamente com a globalização da economia, acelerou-se na década de 80. Temos hoje uma mudança das economias nacionais e transnacionais em que se substitui a ênfase e a importância do fluxo de serviço em mercadorias por fluxo de capital e finanças. Ou seja, estamos vivendo o auge da crise asiática em que o balanço do pagamento dos países asiáticos acabou afetando um pacote econômico no Brasil. A interligação dessa economia global faz com que se tenha um efeito dominó, onde o que acontece com uma parte do mundo acaba afetando as demais.

Do ponto de vista empresarial havia, numa economia nacional, uma busca pela maximização de lucros. Agora, numa economia transnacional, elas buscam uma maximização das parcelas de mercado e do comércio. Temos observado que poucas empresas – quatro, cinco ou seis – dominam os mercados internacionais de alguns produtos, e acabam tendo forças nos Estados nacionais. Uma outra característica do processo de globalização é que, além do poder do Estado

nacional que era o ator principal na fase anterior, temos outros atores determinantes das ações econômicas, que são as regiões, o setor financeiro e as empresas transacionais.

Nesse movimento de globalização da economia aconteceu também a globalização da ecologia. Quais foram os motivos que levaram a essa globalização?

Em primeiro lugar, uma percepção de que a poluição transcende as fronteiras nacionais. Nas décadas de 50 ou 60, por exemplo, tínhamos a ideia de que o impacto da poluição tinha efeito na localidade ou no máximo municipal. O que se percebeu é que, graças a fenômeno como chuvas ácidas, e, recentemente, efeito estufa, a poluição tem impacto sobre o planeta como um todo. Então, independentemente da posição geográfica e de onde ocorre a fonte de poluição, eu tenho um comprometimento com a qualidade ambiental do planeta como um todo.

Nesse fenômeno de globalização da ecologia a mídia teve um papel fundamental no sentido da sensibilização, da divulgação imediata. Por exemplo de um acidente ecológico, quando imediatamente todos os canais de televisão do mundo transmitem as imagens daquele acidente ecológico, e contribuem para a formação de uma consciência ambiental ao nível internacional. Isto justifica, inclusive, todas as pressões que temos sofrido em relação à Amazônia, na medida em que há uma sensibilização internacional quanto há desmatamento daquela floresta.

O conceito do desenvolvimento sustentado da Rio 92 e, em particular, a Agenda 21, também foram importantes na difusão dessa globalização da ecologia.

A Agenda 21 tem 8 capítulos. Em seu capítulo 2 fala-se de uma cooperação internacional na busca de políticas internas nos países, correlatas, como as políticas internacionais: o combate à pobreza; as mudanças no consumo; uma dinâmica demográfica e sustentabilidade; proteção e promoção da saúde humana; promoção de assentamentos humanos sustentáveis; integração do meio ambiente; desenvolvimento na tomada de decisões, como tem sido aqui relatado no caso do Distrito Federal. Ela já incorpora os novos atores sociais importantes na questão ambiental que, além do Governo e das instituições nacionais, regionais e internacionais, são as Organizações Não Governamentais.

Estamos preparando um documento agora para o Itamaraty sobre meio ambiente e comércio, e seus reflexos na competitividade dos produtos brasileiros. Uma das demandas do Itamaraty é ver qual a ideologia das Organizações Não Governamentais, porque na área ambiental elas têm a força de Governo, sendo muito importantes em termos dessa globalização da ecologia –

no sentido mais de fusão de um comportamento ecologicamente correto. As comunidades locais, instituições de pesquisas, desenvolvimento, organização do setor privado, produtores e consumidores, órgãos das Nações Unidas, agências repassadoras de recursos para desenvolvimento, entre outros. O que se percebe, agora, é um movimento que propicia uma aceleração de parcerias no sentido de se levar à frente o desenvolvimento sustentável que tenha por base uma globalização da ecologia.

Os órgãos, como os bancos multinacionais, passam a exercer um papel fundamental no caso do Brasil, como veremos mais tarde. A partir de 88 há uma exigência do Relatório de Impacto Ambiental para os projetos financiados pelo Banco Mundial. E o próprio BNDES, também, tem exigido Relatórios de Impacto Ambiental na aprovação do comércio. Mas foram sobretudo as barreiras ecológicas no comércio internacional que acabaram modificando o comportamento das empresas. Isto porque, com o fim da guerra fria, a ecologia, os direitos humanos e o combate às drogas passaram a ser os novos temas de pressão Norte e Sul. O que significa que, na medida que o mundo se torna mais globalizado, ou há mais países capitalistas que países comunistas e socialistas, havia necessidade de se exercer uma pressão através de novos temas, que são os temas considerados mais éticos.

Quando há um desrespeito aos direitos humanos, no caso dos sem-terra, imediatamente o mundo inteiro e todas as televisões do mundo inteiro se manifestam, a pressão de mudança de comportamento vem de fora para dentro. Quando há um grande acidente ecológico, ou no caso do combate às drogas, acontece da mesma forma.

A ecologia hoje, faz parte dos temas da globalização e passa a ter um papel político e econômico mais importante do que ela tinha na década de 80.

O chamado “esverdeamento” do GATT que foi o tratado de livre comércio de 48, mostrou que quando as barreiras tarifárias diminuem novas barreiras no comércio internacional surgem. Então, a diminuição das barreiras tarifárias, a diminuição das alíquotas de importações contribuiu com as chamadas barreiras técnicas, que possuem algumas características de produto podendo ser na área de saúde fitossanitária e também na área ambiental.

Como pelo GATT não é possível ter barreiras técnicas que influenciem efetivamente os processos de produção, mas apenas os produtos, ou seja, a ideia do GATT é de que um país pode discriminar uma importação desde que a poluição ocorra no país de onde se está importando. Não

é possível, no entanto, a discriminação da importação de um produto cujo processo de produção seja poluidor.

Como isso não é permitido pelo GATT, o mercado internacional recorreu às certificações ambientais. A ISO 14.000 é uma delas, onde se afeta ou discrimina, ou mesmo se usa as certificações como barreiras, no caso de processo de produção poluidores.

A ISO 14.000 também aparece num contexto em que se tem um excessivo número de certificações ao nível nacional, ou seja, antes da ISO e do seu sucesso na parte ambiental, a 14.000, nós tínhamos vários selos verdes, agora denominados rótulos verdes, que tinham procedimentos e regras distintas a depender do país de origem. Na França tinha uma regra, na Alemanha outra, nos EUA tinham outras. É óbvio que com a globalização da economia, essa proliferação de selos dificultava a posição dos consumidores e também dos produtores. Por exemplo, em um mercado global, o consumidor chega numa estante e analisa vários produtos com diferentes selos ambientais, e quer saber qual o melhor, e não tem nenhum critério de escolha, porque cada um deles reflete características distintas. A busca de um rótulo internacional, então, de um certificado cujo conteúdo possa ser um consenso internacional, também afetou o sucesso da ISO 14.000, especialmente pela ideia de que se pudesse, com a ISO 14.000, diminuir o ritmo que o ecoleigo da comunidade europeia estava tomando em termos de implantação daquele selo regional no mercado internacional. Ou seja, os empresários não tinham interesse no sucesso do ecoleigo porque essa certificação tinha requisitos muito mais acirrados e praticamente baseados no ciclo de vida do produto – no desempenho ambiental desde o berço até o túmulo. A ISO 14.001, que está sendo difundida e com maior sucesso no Brasil, não pressupõe essa característica.

Como, então, essa questão internacional vem afetando as empresas brasileiras? Em primeiro lugar, no caso do Brasil, a incorporação da variável ambiental é feita de fora para dentro, na medida em que não há ainda um consenso no Governo da importância da questão ambiental; ou melhor, na medida em que há uma preferência pelo desenvolvimento, pelo crescimento econômico. Os órgãos reguladores, de fiscalização, têm um papel ainda pouco significativo na mudança do comportamento ambiental da empresa, porque acabaram sendo afetados, na década de 80, por toda a crise do setor público que está sem recursos financeiros, recursos humanos etc. É a pressão de fora para dentro, então, que faz a empresa modificar o seu comportamento. Como ocorre essa pressão? Pode ocorrer pelas ONGs; comunidade internacional; mercado importador – que vai

impor normas para as exportações dos produtos brasileiros; por novas oportunidades ambientais, tanto na área de tecnologia como na organização; novo mercado verde; e as pressões dos órgãos multilaterais e financiamentos como o Banco Mundial.

Qual é o impacto disso sobre as nossas empresas? Iremos ver aqui, na segunda parte do Seminário, casos específicos de empresas que já implantaram a ISO 14.000. Mas como é que as outras empresas estão reagindo?

Numa pesquisa feita pela Gazeta Mercantil nas 500 maiores empresas brasileiras – com resposta de apenas 142 – houve uma questão em que se perguntava se uma adequada gestão ambiental representava uma vantagem competitiva nas empresas. Aproximadamente 70% das empresas reconheceram que uma política ambiental é uma vantagem competitiva pela abertura de mercados, pela aceitação do produto, pela comunidade etc. Trinta por cento não responderam negativamente. Perguntado se as empresas se certificaram pela ISO 14.000 – e isso no segundo semestre de 1995 – 45% disseram que não se decidiram, 43% disseram que iam se certificar e 11% que não gostariam de se certificar. O que se percebe hoje, 1997, dois anos depois? Que apenas 20% se certificaram e 20 empresas ainda estão em certificação, ou seja, mesmo dentro das maiores empresas brasileiras, a vontade de certificar em 95 não refletiu o que efetivamente ocorreu.

As empresas pesquisadas, quando também questionadas sobre gestão ambiental – aqui não no sentido da ISO, mas no sentido genérico – 15% delas responderam que possuem gestão ambiental, 28% possuem sistema parcial de gestão, 30% estão em processo de implementação e 25% não possuem Sistema de Gestão Ambiental, ou seja, dentro das maiores empresas brasileiras, nós temos ¼ que não têm nenhuma gestão ambiental em 1995.

Essa performance da empresa na incorporação da política ambiental vai depender do setor, alguns são mais sensíveis. Eu vejo aqui, que nessa amostra das maiores empresas, os setores mais sensíveis eram a mineração, a química e a petroquímica.

A química e a petroquímica por causa do programa de atuação responsável iniciado em 1986 internacionalmente, que gradativamente entrou no Brasil, e que já vinha preparando as empresas para um melhor comportamento ambiental incorporando, inclusive, regras de saúde. Alimento e metalurgia são as que têm menores pretensões em se incorporarem à ISO 14.000 e a explicação da diferença está no fato das empresas que estão exportando quererem ter a ISO 14.000 e aquelas que estão voltadas para o mercado interno - como não há ainda uma demanda por um

produto verde ou por uma gestão ambiental - são menos sensíveis a esses aspectos. É o próprio mercado, então, que está dando o dinamismo ao processo e as empresas vêm se adaptando a esse dinamismo.

Como ficaria, então, a situação das pequenas empresas, se nas grandes não há, ainda, sequer 25% das empresas com programa ambiental? No caso da pequena empresa, apenas 8% têm uma política ambiental – como mostra uma pesquisa feita pela SIGA junto com o SEBRAE e CNI no RJ, SP e MG -, 40% têm uma política ambiental na empresa e 10% estão em fase de implantação. 80% não possuem uma gestão ambiental, o que mostra a importância do trabalho, ou seja, a situação do Brasil deve estar ainda aquém do que retrata essa pesquisa.

Como poderíamos, então, sensibilizar essas pequenas empresas? Qual é o papel fundamental que temos nas pequenas e nas grandes?

Em primeiro lugar, o que temos trabalhado com os empresários é no sentido de fazê-los perceber que o meio ambiente não é necessariamente um custo adicional. Entretanto, para uma empresa que tem um processo de produção que polui e que, para atendimento à demanda do órgão ambiental tem que colocar os equipamentos para mitigar ou eliminar a poluição, o atendimento às questões ambientais significa maiores custos e isso é verdadeiro.

A ideia de se trabalhar com sistemas integrados e com prevenção da poluição é justamente com o objetivo de se diminuir essa poluição, gerando, portanto, um custo corretivo menor. É essa a ideia da prevenção.

Em segundo lugar, é difundir toda a questão do “ecobusiness”, que o Itamaraty, agora, quer chamar de eonegócios, no sentido de se perceber de que forma o meio ambiente pode ser positivo para empresa e não um componente negativo, quais as novas oportunidades que os empresários poderiam ter se eles incorporassem uma política ambiental ou uma mudança na embalagem. É nessa linha que estamos trabalhando e a globalização da ecologia vem abrindo a perspectiva de exportação de novos produtos, de aceitação de novos produtos que antes não tinham nenhuma oportunidade no mercado.

Em termos da incorporação da gestão ambiental para empresa, qual é o nosso papel em termos da difusão?

Em primeiro lugar, a gestão ambiental melhora a organização da empresa, minimiza os riscos, minimiza custos e acaba sendo um diferencial competitivo para a empresa.

Em termos da melhoria organizacional, a gestão ambiental é sistematizada, com integração da qualidade ambiental à gestão dos negócios da empresa, conscientização ambiental dos funcionários, além de um relacionamento com a comunidade. Como vimos, a comunidade passa a ser um novo ator nessa questão ambiental.

Na minimização de riscos há uma segurança legal de informação, uma minimização dos riscos dos produtos e identificação das vulnerabilidades. Quanto aos custos, eliminação dos desperdícios; conquista da conformidade ao menor preço; e racionalização da locação dos recursos humanos, físicos e financeiros. Em todos esses aspectos há uma melhoria da imagem da empresa. Além disso, há o aumento da produtividade e a conquista de novos mercados.

Os exemplos da Bahia Sul e das demais empresas que serão apresentados ainda hoje ilustram bem essa parte, que foi conceitual.

Obrigada.

MESA DE DEBATES

1ª Debatedor: **Arthur Oscar**—Diretor Geral do Instituto de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal-ICT-GDF

Bom dia a todos. É um prazer imenso estar aqui com vocês e agradecer o convite do pessoal da equipe da SEMATC e do IEMA. Eu solicitei e queria fazer essa ressalva inicial à organização do evento que eu fosse o 1º debatedor a fazer uso da palavra, porque eu estou com outro compromisso que é um compromisso do Instituto de Ciência e Tecnologia, que é a entrega do prêmio Alfa, o projeto Alfa, que é uma parceria do GDF com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o SENAI. E a entrega do prêmio é hoje no Palácio; então, eu estou meio premiado pelo tempo e de qualquer maneira, não posso nem os convidar senão estaria cometendo uma gafe.

De qualquer maneira, eu tenho alguns comentários e vou começar por uma observação geral. Toda vez que a gente é debatedor numa mesa ela é uma posição aparentemente cômica, você não tem que ficar até de madrugada em casa preparando ou no avião preparando qual a transparência que você vai mostrar. Só que essa é uma falsa realidade porque na hora que você chega no evento e se defronta com pessoas tão preparadas e tão ricas então eu estou aqui

enfrentando ambientalistas de excelente nível, como o Witer, que a gente conhece a seriedade do trabalho; enfrentando um filósofo/sociólogo; e uma Consultora pesquisadora como a professora Dália, que eu tive o prazer de ser aluno num curso de ISO 14.000, lá, conduzido pelo SEBRAE e tão bem proferido por ela. Então, eu me sinto super responsável com as coisas que eu vou falar aqui agora.

Em relação ao que o Witer colocou na sua apresentação do Programa de Qualidade Ambiental, eu queria fazer 3 destaques rápidos. Não são críticas, só observações, de qualquer maneira me pareceram fundamentais. A primeira diz respeito ao que ele denominou de questão empresarial, não há dúvidas que o país enfrenta hoje algo que amadureceu do pós-guerra para cá. Se a gente pega toda a literatura específica desse assunto, vai observar que desde o Clube de Roma; passando por todo o trabalho feito pelo [...] com obras do tipo limites do crescimento; trabalho como o do Schumaker “o negócio é ser pequeno”; tudo isso um pouco norteou o pensamento ambientalista que hoje a gente vivencia. No caso do Brasil, como sempre é um GEP, e esse ato que é meio um vírus que acompanha o Brasil em determinadas áreas há 30 anos. Na questão ambiental eu vou fazer uma ressalva a esse média de 30 anos. O Brasil teve a oportunidade de sediar a ECO 92 e eu acho que usando aí uma denominação da Carlota Perez, o Brasil tem uma janela de oportunidade na questão ambiental. Então, eu acho que todo esforço, e aí eu quero parabenizar a SEMATEC, que é feito na década de 90, ela é um pouco o resgate do tempo perdido, quer dizer, todos os países que saíram na frente tem posturas ambientais bastante desenvolvidas, e o Brasil tem a oportunidade de dar um salto e uma redução nesse ato que eu estou denominado aqui de GEP ambiental. Acho que a gente progrediu muito, temos muito o que fazer, mas a questão empresarial como colocou o Witer, tem que ser matizada, o que que eu quero dizer com isso, quando a gente fala do empresário, a gente não pode falar do empresariado como um corpo uno, você tem empresário e tem empresário, e é assim em quase tudo da nossa vida, então, você tem empresário que está preocupado com a questão ambiental, como a professora Dália mostrou, e tem empresário que não está, as estatísticas são claras, não estou, não vou ver, não estou preocupado, depende, paro o futuro, e tem aqueles que estão investindo de fato na questão ambiental. Só que aí, eu passo para o segundo item, que é a questão cultural.

Aí, a questão cultural que nos passa, passa por nós servidores e funcionários, passa também pela questão cultural da empresa, isso significa que o investimento na redução do hiato ambiental é fundamentalmente vinculado à questão cultural nossa e do empresariado. Mudar a cabeça do

empresariado não é só com palestra e legislação, é, de fato, penalização - cometeu dano ambiental tem que ser multado. Penso que o trabalho de conscientização, destacado pelo Witter, é fundamental. Mas uma legislação específica, que tenha no seu conjunto as multas, isso muda a postura ambiental, eu não tenho dúvida disso, quer dizer, não funciona um convencimento apenas pelo lado cultural. Eu acho que esse é um lado fundamental, acho que os órgãos têm trabalhado isso - seminário, debates, visitar as empresas, apresentação dos casos típicos, dos estudos, em que mostram aquelas empresas que implantaram Sistemas de Gestão Ambiental - como o que a professora Maimon está mostrando, o SGA, todavia, penso que a questão das penalizações faz parte um pouco do efetivo armamento de guerra ambiental, se é que posso denominá-la assim.

E para terminar a apresentação do Witer, em relação ao próprio Programa de Qualidade Ambiental, que eu reputo como iniciativa das mais ricas, a questão da internalização do conceito, me parece fundamental, viu Witer! Eu achei excelente essa ideia de trabalhar com as parcerias, foi o segundo item que você colocou, mas a internalização - me parece muito rico esse conceito, ela é mais que a questão cultural. Quer dizer, internalizar a questão ambiental é algo que a gente já vivencia em vários segmentos da nossa sociedade, mas é extremamente forte essa palavra e eu acho que é legal que a SEMATEC e o IEMA continuem batendo nessa ideia da internalização do conceito. Senão, a gente passa o dia inteiro no IEMA e na SEMATEC e no ICT falando em questão ambiental e chega em casa, acende a luz, liga o chuveiro, liga o ar condicionado quem tem e sai ligando tudo em casa e depois volta no dia seguinte, 08:30 e veste uma roupa verde. Assim não funciona! Tem que internalizar aqui, sair acelerando menos para gastar combustível, chegar em casa, ensinar o filho e o filho ensinar a gente que eles aprendem mais do que a gente e mais rápido.

E por fim, os objetivos de melhoria do desempenho ambiental e a questão da conscientização de técnicos e dirigentes.

Ah, isso aqui eu queria falar um pouquinho sobre técnicos e dirigentes. Numa determinada oportunidade - desculpe se eu vou ser um pouco tanto chulo - um colega sindical me disse assim: eu já estou meio cansado de ser funcionário de motel, [...]

[...]

[...] aí depois, vem um dirigente, usa e vai embora, não paga nem a conta, às vezes. Então, eu acho que nós servidores da casa, temos que nos conscientizar, eu acho que está perfeito, mas que nós temos que cada vez mais conscientizar os nossos dirigentes. Aqueles que passam assim

pela nossa casa e depois vão embora, então eu acho que isso é super legal que o Witter tenha colocado, conscientizar sempre a nós mesmos, nossa família, nossa sociedade, mas sempre com uma preocupação com os nossos dirigentes. Quando a gente dá a sorte - eu digo assim mesmo, sorte de ter um Governo sério, de ter dirigentes sérios - e aí eu reputo que nossos dirigentes, talvez a gente seja exceção, a gente tem dirigentes sérios - é mais cômodo para a gente. Então, de qualquer maneira fica o alerta, porque eu sei que eu estou falando aqui de vários órgãos e eu espero que todos nós tenhamos dirigentes sérios e preocupados com a questão ambiental.

Então, são só estas três observações, está certo Witter, eu gostei muito do que você falou!

Em relação ao Rainero eu anotei direitinho, prestei bastante atenção nos 5 itens e diretrizes; implantação e tal; a questão do público-alvo específico; a questão da CIQA como um elemento motor. Como um elemento fundamental nesse processo de conscientização, internalização, achei que o Witer e o Rainero estão trabalhando juntos mesmo em termos conceituais, o que é legal, passa para a gente que está sentado lá que tem uma equipe aqui na SEMATEC, e eu gostei demais de ter ouvido isso.

E só queria fazer uma observação, não queria entrar muito na discussão da CIQA, se eu entendo muito pouco disso. Em relação ao negócio operacional que aí depois eu até posso - eu não sei se é hora de fazer esse tipo de debate - que é a questão de número fixo de membros da CIQA. Sabe, aquele negócio de oito, tem que ser quatro eleitos, tem que ser assim, tem que estar na lei, eu acho que isso é restritivo, não é legal, tem especificidades em cada órgão e que determinadas flexibilidades têm que ser pensadas! Determinado órgão pode ser que mais de oito funcionem melhor; mas em determinado lugar, de oito vai funcionar melhor. Então, quer dizer, aquela restrição que tem que ter oito, que tem que ser quatro eleitos, eu não tenho muita base - eu estou trazendo um item pré-reflexão. Achei que esta questão da CIQA é super interessante, acho que a gente tinha que tentar - eu digo a gente, me incluindo no grupo, junto com o IEMA - então eu acho que a gente já podia, coloco-me aqui à disposição de discutir isso com a equipe.

Nós vamos ter que ampliar as parcerias na implantação das CIQAs, não adianta a lei dizer que está criada uma CIQA em cada lugar; então, a questão da parceria é pensar na CIQA do ICT, mas tinha que estar aqui TERRACAP e NOVACAP, nós temos que ir para frente. Agora uma última coisa, tem gente aqui do CNPq, colegas meus, o CNPq não é do sistema GDF, mas é um retrato porque o CNPq tem instituto no Brasil inteiro. Conversa-se com a equipe do CNPq;

conversa-se como implementar uma CIQA num órgão federal. Isso é vitrine, isso aparece, mostra que a gente não está preocupado só com a casa da gente. Eu acho que a gente tem que pensar na estruturação do Programa. Ouvi isso ontem e acho legal: vamos pensar pequeno, mas forte, pensar no futuro, pensar até em termos nacionais.

Então, a gente começa pequeno, não é pensar pequeno, desculpe, deixa até eu consertar a minha frase, não é pensar pequeno, é começar pequeno, forte e estruturado, porque se a gente falar: vamos fazer uma CIQA nacional, um programa nacional, aí, não implementa em lugar nenhum, aí, não adianta nada. Mas, de qualquer maneira, pensar em implantar na Caixa Econômica, nos órgãos federais, Brasília tem essa característica dos órgãos federais estarem aqui. Então, apesar da gente começar pelo GDF, não custa a ideia de algumas parcerias, e o ICT também pode ajudar nisso.

Por fim, queria falar de algumas coisas que a professora Dália colocou para a gente, acho que na linha do que eu estava mencionando, do Clube de Roma, a questão da bioética. É uma das expressões que eu acho mais ricas em toda essa discussão que a gente está fazendo. Nosso Governo - eu posso falar isso um pouco de boca cheia - é um Governo que desde a campanha, passando por todos os documentos, o PDS, PPA, Plano de Desenvolvimento Econômico Social [...] questão ética é uma palavra mágica para a gente. E isso vem muito dos partidos que compõem a frente, mas vem muito do nosso Governador, a questão ética é fundamental. Então, quando a Professora falou na questão da bioética, eu acho que é fundamental, e isso eu espero que as nossas apresentações - dos colegas do IEMA e da SEMATEC - tenham passado isso para a Dália e ela mesmo falou isso. O GDF, o atual governo, o Governo Democrático Popular, tem isso na sua entranha, na sua raiz, quer dizer, esta questão da ética, da preocupação com a inclusão social, é algo que nos [...] .no dia a dia.

Então, eu acho que quando a gente fala de ISO 14.000 *versus* empresa, que a Professora trabalhou o conceito de globalização, eu queria relativizar um pouco que nós entendemos por globalização. Na verdade, a literatura é extremamente farta na discussão da globalização, mas ela é uma discussão aberta, conceitual e tudo mais. Então, quando foi apresentado pela Professora a globalização econômica, a globalização ecológica, nós estamos trabalhando no governo com a questão da globalização sem exclusão.

Então, quando eu digo globalização, [...] diz muito isso. Ótimo, o mundo está globalizando, mas cabe uma coisa a cada um de nós aqui, é ter a responsabilidade e a coragem de discutir

globalização, porque o que o Consenso de Washington está fazendo é o seguinte: não, a globalização está dada, não dá para discutir mais. Não, espera aí, dá para discutir sim, porque nós queremos dizer qual é a globalização que nos interessa!

E aí, eu vou resgatar um ponto que a apresentação da Professora nos trouxe e que me traz uma certa preocupação, é mencionar o GATT. O GATT é um esforço internacional de um acordo geral de tarefas que perdeu ao longo do tempo todo um espaço no comércio internacional. É por isso que as grandes empresas transnacionais, e elas tem junto com os países cêtricos [...].

Os países cêtricos adoram a Organização Mundial do Comércio; então hoje na minha avaliação cabe falar em GATT e falar mais em OMC, que eu conceituo de FMI da globalização. A OMC tem um papel quase que estatutário de nos tutelar, de dizer para os chamados países em desenvolvimento qual é o desenvolvimento que nós temos que ter. Um desenvolvimento complementar dos países, desenvolvimento aí entre aspas complementar aos países cêtricos. Então me preocupa que a gente diga sempre globalização econômica, globalização ecológica, sem dizer de qual globalização nós estamos falando, então eu acho que pesquisadores como [...] e [...], que conceituam a globalização com uma ordem global desestruturada que nos relega aos 2% do mundo, dos 5% do mundo. Quer dizer, hoje o comércio internacional interessa - eu concordo com a Dália - muito menos à questão nacional - dos Estados nacionais, interessa às empresas transnacionais que veem no comércio mundial o domínio de 90% no comércio mundial.

Hoje se fala mais no comércio, apesar das estatísticas apontarem assim, porque as nações ainda dizem que a SHELL é dela, que tal empresa, a FIAT, cada um diz assim. A FIAT é italiana, na verdade a empresa diz assim, eu sou americana, ela diz, ela age. Pode até dizer mais. Ela é uma empresa do mundo, eu concordo com ela. Em mais essa questão das fronteiras estão cada vez menores, cada vez menos importante. Para finalizar um pouco essa minha ideia, eu acho que é fundamental que tenha claro que o comportamento das empresas tem que ser, e eu acho que não tem como deixar de considerar que eles se inferem não mais apenas na variável econômica. Quando eu digo do comportamento das empresas - eu anotei essa expressão na apresentação da Dália - eu estou preocupado com o comportamento das empresas em relação à ISO 14.000, que não é apenas ecológico - ela mesmo listou ao tratar da questão ISO 14.000.

Hoje é tratada a questão ecológica sim, é fundamental, mas é questão de mercado, questão econômica, é questão cultural, é questão social, é questão ideológica, então a variável política

ideológica está colocada na discussão ambiental. Então hoje, discutir a ISO 14.000 é matizar sim, de que globalização nós estamos falando, porque que interessa para nossas empresas fazer a ISO 14.000. Então, me agrada muito a ideia de que a gente amplie o número de empresas preocupadas com a ISO 14.000, mas que a gente não deixe de entender que globalização como diz o [...] e o [...], é uma globalização comercial mas é também uma globalização cultural tecnológica social e tudo o mais.

Então, eu termino por aqui parabenizando a todos os expositores, gostei muito do que eu ouvi hoje, aprendi muito - como sempre - e as minhas observações são apenas para matizar um posicionamento. Eu agradeço mais uma vez o convite feito pela SEMATEC e pelo IEMA.

2ª Debatedor: **Carlos Fernandes**-Diretor da Companhia de Água e Esgoto de Brasília-CAESB-GDF

[...]

Em quarto lugar, nós temos a poluição das águas superficiais, exatamente com a questão do risco para o meio ambiente do quanto vem dificultando a capacidade da alta depuração dessas águas e, finalmente, nós teremos os pesticidas, nessa ordem colocada pela comunidade científica. Agora vamos ver como é que a imprensa conseguiu passar essa mensagem e o público, de modo geral, faz a classificação dela.

Coloco em primeiro lugar a questão do lançamento de resíduo químico em corpos d'águas etc. Por quê? Porque a poluição de água foi aquela poluição primeira que ficou visível [...], ele não conseguia ver a poluição térmica; ele não conseguia ver a poluição do ar, a não ser que ele morasse muito próximo da indústria. Mas essa daí ele começou, segundo à questão da poluição da água, porque essa estava todo dia no noticiário e é colocado dessa forma. E terceiro, a questão dos acidentes de plantas que usam materiais químicos. Portanto, a gente vê uma diferença na forma que uma mensagem sai da comunidade científica e chega para o povo. Depois nós temos os efeitos de pequenos riscos, em que a comunidade científica coloca, primeiro, a questão do lançamento, da questão de áreas que você tem resíduos tóxicos perigosos.

Segundo, a questão dos tanques que ficam enterrados, os depósitos de tanques que pode haver vazamentos etc. Já a comunidade, já o público, o cidadão comum ver o primeiro lugar do populismo, na questão da poluição interna; segundo lugar, a exposição a produtos químicos; terceiro lugar, a questão do efeito estufa, e finalmente, os pesticidas. Então, quando a gente olha

no quadro geral, a gente vê que há exatamente uma inversão, no sentido de que a comunidade, o público geral vê, como um pequeno risco, efeitos que a comunidade científica coloca sobre [...]. Esses aspectos todos precisam se considerar quando a gente está desenvolvendo Sistema de Gestão Ambiental.

Então, depois desse breve tópico, desses dois pontos, eu gostaria de falar a experiência que nós tivemos aqui no Distrito Federal [...] de Brasília na produção de um Sistema de Gestão Ambiental para outras nossas unidades. A ideia começou para que na CAESB produzisse um Sistema de Gestão Ambiental na Estação de Tratamento de Esgoto Sul, é lá no final da Asa Sul, próximo ao Zoológico.

O objetivo disso foi o seguinte: para nós pareceu mais lógico a CAESB trabalhar com unidades específicas e no gerenciamento dos problemas ambientais dessas mudanças. Então, para isso nós pegamos a Estação de Tratamento de Esgoto Sul e como ponto principal, para início da nossa conversa, a criação de [...] ambiental. Foi produzido um documento chamado política ambiental da CAESB, porque apesar que nós vamos trabalhar na certificação em áreas isoladas, há necessidades [...] da empresa [...].

Então, a CAESB, que não é uma Estação de Tratamento de Esgoto Sul somente, deveria estar comprometida nesse processo.

A CAESB realizou uma série de reuniões, na qual botou junto com seu corpo gerencial, os diretores, presidentes, discutiu e chegou com uma série de pontos importantes que é considerado e devia ser colocado nessa política ambiental.

Esses pontos então foram todos listados, foi passado por uma comissão com cerca de seis pessoas e essas seis pessoas fizeram um ajuste fino, no que foi escrito. Finalmente nós produzimos o documento que tem texto genérico, um texto inicial, colocando quais são as intenções da CAESB e lista nove pontos que são as diretrizes dessa política ambiental. Tudo isso como parte integrante da necessidade que nós temos, necessidade de que nós vimos, necessidade voluntária do ambiente em desenvolver a gestão ambiental na Estação de Tratamento de Esgoto Sul. Então, nesse sentido, na sua parte inicial, a CAESB coloca exatamente esse conceito de autossustentabilidade na manutenção de todo o seu sistema funcionando.

Então, nós temos aqui que há uma [...], rapidamente alguns deles, mas a parte inicial, vamos dizer assim, nesse estrito inicial, a CAESB assume o compromisso de compatibilizar suas ações

com a proporção de um meio ambiente saudável, orientado pelo conceito de desenvolvimento sustentável, em permanente articulação com outros órgãos públicos e demais agentes sociais interessados.

Quer dizer com isso a CAESB não só faz a sua observação como é que ela vai agir, mas além do mais, ela diz que vai agir em articulação com os outros. Quer dizer, a CAESB não vai fazer uma atuação isolada, isso não existe, é necessário que estes procedimentos dos outros agentes sociais envolvidos nesse processo. E aí então, como diretriz a CAESB coloca a primeira delas, evidentemente, é a de atuar na preservação das bacias hidrográficas de interesse ao reabastecimento público e para a exceção e diluição de afluentes de esgotos.

Quer dizer, isso é um avanço para a CAESB no sentido de que o órgão de distribuição de água, evidentemente, a preocupação primeira dela é cuidar de bacias hidrográficas para até deixar como segundo passo ou alguma coisa secular para a CAESB. Não para a CAESB, há necessidade de manutenção do equilíbrio do ambiente como for e ele é impossível se você simplesmente concentrar suas ações à questão do abastecimento de água.

E aí, nós temos uma série de outros itens, eu gostaria de salientar especialmente esse aqui, o item número seis, no qual a CAESB faz definitivamente [...] a culpa, assumindo que ela vai prevenir e buscar a eliminação do passivo ambiental. Nesse passivo ambiental são todas as ações que a CAESB já desenvolveu até hoje desde a sua constituição, em 1969, todas as relações que ela já desenvolveu até hoje e que geraram impactos ambientais que nós consideramos como nosso passivo ambiental. Nós vamos prevenir e buscar a eliminação, mas nós não chegamos a dizer em nenhum momento, por exemplo, “olha, nós vamos eliminar”. Seria um comportamento [...] liberal, mas nós podemos colocar dentro de uma política, dentro de um instrumento como esse, ações que nós não podemos, que nós não possamos executar.

Então, dentro da executada unidade dessas ações, está prevenir e buscar eliminação para o passivo ambiental, resultante de suas atividades em particular, em que nós sabemos que existe regiões administrativas aqui no Distrito Federal que infelizmente têm sistema de esgotos não tratados até hoje, sem pensar no esforço. Isso nós estamos tentando eliminar, mas nós queremos colocar isso para a sociedade, nós queremos discutir isso com a sociedade para que ela entenda que é uma limitação, uma grande limitação financeira por parte disso tudinho e que a parte técnica, por não estar por dentro mas é financeira, às vezes, é muito difícil.

Então, essa política ambiental da CAESB, para complementar, ela foi apresentada como proposta em uma audiência pública, nós fizemos uma audiência pública na CAESB. Antes de uma audiência pública, ela foi colocada para toda a empresa que tem seu corpo funcional 2.760 funcionários, e colocar para todo mundo dar opinião e mandar qualquer tipo de sugestão; enviar para sociedade também, para que as pessoas de fora opinassem. E foi realizada, então, uma audiência pública na qual a CAESB recebeu 77 pessoas no auditório para discutir essas questões, nas quais 17 entidades se fizeram representar.

Portanto, nós procuramos fazer isso da forma mais democrática possível, essa audiência pública foi publicada nos jornais para que a população mais fique sabendo o que a CAESB estava fazendo, divulgando uma política ambiental como parte complementar disso aí ou a parte integrante desse processo. A CAESB fez uma cerimônia de lançamento na política ambiental na qual foi um destaque no início do processo. Para começar, o Sistema de Gestão Ambiental na Estação de Tratamento de Esgoto Sul, na qual está pegando em parceria com o SENAI, que funciona como nossos monitores, fazendo o processo dentro desse Sistema de Gestão Ambiental da Estação de Tratamento de Esgoto Sul, alguns passos já foram desenvolvidos.

Esse, especificamente, já foi realizado. O treinamento para todos os integrantes daquela unidade e me corrija se eu estiver errado, nós temos cerca de 150 por lá, né Rogério? Mais ou menos isso, 150 funcionários dentro daquela unidade, com certeza a unidade mais complexa de tratamento de esgoto que nós temos. Temos razão de chegar lá pelo sim, pelo dito tratamento de esgoto, que é realizado lá, que é do nível terciário e já foi cumprida a primeira etapa do chamado processo dos [...] uma daquelas palavras japoneses [...]. etc. e tal, que eu não sei exatamente se são todas japoneses, escrito com ‘s’, com “essezinho” e tal, e aquilo já foi realizado na empresa. Os funcionários, na verdade, no final do processo, produziram já o manual exatamente mostrando a conscientização do processo do 5S e, hoje, nós temos nossa política finalizada com mais um item, nós temos os moldes que estavam aqui.

Essa é a nossa proposta e nós temos mais um item que foi sugerido, que felizmente a transparência estava pronta para trazer para vocês, mas que esse décimo item foi a sugestão que colocaram, a posição maior do destaque disso aí na questão de treinamento, nível de valorização, de formação maior, a nossa mão de obra, que na verdade eu sou um observador crítico da própria CAESB e tenho a dizer que a CAESB tem uma preocupação muito grande nisso aí.

Para finalizar, eu gostaria antes de sair daqui, deixar essa imagem aqui com vocês, mostrando qual é a situação da normalidade do Lago Paranoá. Hoje isso aqui é de outubro de 1997, mostrando a efetividade do sistema que está operando na própria estação, nas duas estações de tratamento de esgoto, que nós temos essas áreas vermelhas aqui, indicam a área de isenção impróprias para a utilização do Lago. Mas, como pode ver, o Lago está em perfeitas condições, ao ponto que a CAESB hoje em dia chega a descobrir ligações clandestinas que vem dentro da Bacia pelo sistema inverso. Ou seja, na hora que nós avaliamos aqui a quantidade de coliformes que tem dentro do Lago e consideramos um número mais elevado, as equipes da CAESB saem nas varreduras, na parte terrena, na parte que não é aguada, quer dizer, nas bacias e encontram os vazamentos, ou seja, vindo no sentido inverso.

Eu acho que já ultrapassou um pouco o meu tempo, eu queria me desculpar com a orientação da mesa e dizer que estou à disposição de qualquer circunstância. Muito obrigado.

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

Você não precisa se desculpar porque nós temos a agradecer a disposição dessa específica contribuição da CAESB. Não teremos agora a oportunidade de ouvir novamente nossos auditores, lamentando os questionamentos do Diretor Artur, que deixou batatas quentes e foi embora de “mau humor”. Mas nós temos a chance de responder às perguntas, a gente gostaria, naturalmente. Neste momento eu gostaria de começar com Witter, seguir uma ordem; vai à disposição, quando ele for terminando, está certo? Vamos seguindo esta ordem de provocação.

Witer Campos Lima-Gerente do Projeto Gerenciamento Ambiental do PQA - ISO 14.000 e Técnico Ambiental-IEMA-GDF

Ok. Obrigado ao Artur, fez algumas observações. Eu, na realidade, não tenho nada que criticar ou que contestar, apenas eu gostaria de fazer também em função delas, algumas observações.

A primeira, que é uma coisa muito tendenciosa nossa de dizermos que estamos muito atrasados na questão ambiental, o velho mundo tem mais de 2.000 mil anos de existência, pegando de civilização do porte de civilização romana, do porte das egípcias etc. Brasil tem quinhentos anos de existência, com uma civilização indígena anterior, é claro. Eu não entro nesse método,

porque não sou muito forte em História, mais de qualquer forma essa questão ambiental aqui, talvez tenha sido melhor tratada do que no velho mundo, porque basta ver a preocupação dos Incas, dos Maias e algumas coisas em alguns aspectos, onde o impacto ambiental começou com a vinda dos Espanhóis.

Outro aspecto que infelizmente não dá para a gente separar quando a gente fala de um corpo como aí eu falei, da questão de empresariado. Eu não estou aí querendo também generalizar comportamentos, mas sim, uma forma de me reportar, sabendo que existem empresas e empresas, e, mesmo assim, uma empresa com uma determinada postura, que resolve mudar e mudar radicalmente que a gente vê. Aí, eu tomo a liberdade aqui de dizer, a CAESB é uma empresa desse porte, que eu acho que está com uma postura completamente voltada para atitude proativa, que é de se parabenizar. Questão que eu acho que ele fez uma observação: eu já fui gerente de Licenciamento de Fiscalização por dois anos, peguei uma fase inicial da Secretaria quando ela esteve sendo estruturada, foi assim na sua criação.

Eu fiquei como gerente de licenciamento, em substituição ao meu ex-chefe Carlos Augusto Fernandes, que me deixou batatas quentes nas mãos, mas que me foi de uma utilidade muito grande no exercício. Primeiro, porque a gente passou por uma situação esdrúxula, em que a gente não tinha fiscais no corpo da Secretaria, mas que o nosso Superintendente da época transformou todo mundo, em ficção. Então, eles ficaram numa situação meio engraçada, porque o Chefe da Fiscalização podia até mandar no Gerente da Fiscalização para poder mandar para uma ação, e até no próprio Superintendente, que era subordinado como fiscal ao Chefe da Fiscalização. Mas mesmo assim a gente passou por uma fase muito difícil, sem qualquer capacidade operacional, não tínhamos carros e não tínhamos pessoal suficiente. E tínhamos uma lei permanente de - eu digo - de alto gabarito, apesar dos seus - e eu não digo - erros. Acho que algumas coisas que precisam ser melhoradas, polidas, até mesmo adequadas, porque as pessoas tendem a analisá-las, segundo a realidade atual, quando em 1989 a situação era bem diferente em termos do Governo porque naquela época, se falasse em [...] dentro do Governo, o pulo era maior porque ninguém admitia fazer isso.

Então, acho que houve certos avanços e certas conquistas, eu acho que quando se trata nessa questão de continuar mantendo penalização e legislação pesada, como é o grande “tchan” da questão ambiental, eu hoje, eu de um lado, eu não bandeando, não virando a casaca, mas eu acho

que a sociedade amadurece. Eu acho que a ISO 14.000, independente dos interesses que existam por trás, ela é um fator de amadurecimento, acho que é um fator que tem que ser aproveitado pelos órgãos ambientais no seu próprio amadurecimento, para deixar que isso venha atropelar a sua operacionalidade, hoje sua própria postura e ele esteja ligado, e correr atrás.

Eu acho que essa é a maior proposta da Secretaria, não correr atrás, mas sair à frente e acho que a penalização ela tem que ser aquele instrumento de lado, onde você age quando seja preciso e com muita força. Eu guardo na minha lembrança uma frase do nosso ex-Secretário Washington Novas, onde ele dizia que “a gente tem que ser manso nas palavras e duro nas ações”. Eu acho que realmente a gente tem que ser isso, a gente tem que buscar estar conversando, estar trabalhando em parcerias, mas quando a coisa o assim exigir, tem que ser duro nas ações. E é para isso eu acho que serve a legislação, eu acho que a gente tem que pegar pesado, firme, mas sem qualquer dose de radicalismo, sem qualquer inflexibilidade, sem qualquer intuito de observar o outro lado. Eu acho que é uma outra coisa que a gente tem que acabar, essa história de o outro lado, porque questão ambiental todo mundo fala.

Existe a divisão política, mas meio ambiente não muda de lado, um sofre, outro sofre, mas quando a gente vai tratar disso, todo mundo está se tratando, porque o lado empresarial, o lado do meio ambiente, não existe lado e são ramos que a gente mesmo trás e a gente mesmo coloca nas nossas posturas. Eu mesmo, na minha postura de hoje, eu acabei falando isso, o lado empresarial, o lado, essa é a realidade, mas não existe lado, eu acho que o lado que existe é: ou a gente trabalha por mudar as nossas posturas, ou a questão ambiental não vai adiantar muito agora. Independente da gente trabalhar, da gente iniciar, da gente querer mais atitude proativa, a gente vai ter que fazê-la um dia ou cedo, ou mais tarde, porque a questão ambiental vai empurrar para isso. Não adianta a gente questionar as enchentes, as secas estão aí, alertando-nos, vai chegar o momento ou o homem faz isso ou ele vai virar um dinossauro da vida, extinto. Eu acho que a gente tem mais o que crescer e é isso que eu acho, que a gente tem que trabalhar e mudar nossa postura, é trabalhar numa questão de articulação e evoluir na implementação da gestão ambiental. Eu acho que é o papel do órgão ambiental, manter essa ferramenta de lado e usá-la quando preciso, com a força precisa, sempre lembrando que eu acho que a gente realmente deve tratar manso nas palavras, mas realmente pesado nas ações.

A propósito, isso foi dito pelo Presidente dos Estados Unidos da América [...] “fale baixinho, mas carregue um bastão desse tamanho!”.

Nosso companheiro Che Guevara também falava [...] .no fundo quer dizer, todo mundo está falando a mesma linguagem, é preciso endurecer as relações sem se desentender da ternura necessária para tratamento na relação. Obrigado.

Raimundo Rainero Xavier-Gerente do Projeto Comissão Interna de Qualidade Ambiental- CIQA do PQA - ISO 14.000-IEMA- GDF

Eu vou fazer um passeio breve, considerando, na minha consideração, em relação [...] bem, o Artur, ele se recordou do sistema da CIQA [...].agora deixou uma questão em relação a composição pela composição em termos de números, dois meses, ele considerou que possa limitar bastante a ação ou então, a iniciativa do órgão da empresa. Eu acho que essa questão, ela é minimizada, ela não é rígida, não é uma coisa [...] e depois de colocada no Decreto, na medida em que o órgão, a empresa pode minimizar quantas CIQAs forem necessárias, não é preciso que tenha apenas uma [...] depende inclusive do número de funcionário se ela achar considerável, que queira fazer mais de um, dois, três, quatro, cinco, isso não é problema. Entretanto, considerando esse número como um número ideal, para que esse grupo, mesmo, organize-se em termos de funcionário, isso não é problema, pode ter centenas de CIQAs. Aliás, até de ser o ideal na medida em que nós conviermos [...].ambiental, queremos criar rede de ensino, nós queremos muitas [...].porque assim a gente considera totalmente a melhor qualidade de ambiente e originalmente melhoramento de qualidade de vida, esse é o nível. Então, eu não acho irritante esse número, na medida que o importante é o número de vidas, não o número de CIQAs.

Eu não esclareci, na mesma questão ambiental, esses membros da comissão é que estão liberados pelo órgão, por 12 horas, para se dedicarem ao trabalho da comissão e o órgão, naturalmente, inicia com parceria, com o IEMA/SEMATEC. Logo, toda infraestrutura física necessária para que a gente possa trabalhar, para nós cuidarmos da parte do IEMA/SEMATEC. Estamos, inclusive, produzindo material da parte técnica para apoiar a criação dessas instituições, iniciar como projeto a ser privado. Aliás, um acordo firmado com a SEMATEC, a criação é com [...] da UnB, e um grupo de professores da Faculdade de Artes Individuais está conosco produzindo um *kit* para os projetos do Programa, *folders*, cartazes, tiras, adesivos, todos os tipos de adesivos

para serem fixados junto às torneiras, junto aos interruptores, junto as faixas de coleta de papel, são materiais que nós consideramos simples mas importantes para que o projeto seja realizado.

Então, as pessoas terão os componentes [...] não é uma carga horária a mais da rotina do funcionário, é dentro da sua carga horária semanal estar dedicando 12 horas para poder trabalhar com uma entidade assim. Outra coisa importante também que esses membros da CIQA teriam de uma forma, um reconhecimento, uma condecoração, que está envolvido nessa questão. Eles vão ter algumas avaliações de desempenho desses funcionários, constaria [...] para que possa ser também melhor aproveitada por [...] órgãos públicos, e, bem, eu acho que a intervenção [...] é muito interessante.

Nós aceitamos, inclusive, cuidar do meio ambiente, de criar uma CIQA [...]. nós vamos começar, futuramente, para que a gente possa ficar dentro dessa perspectiva de proliferação [...]. A gente começar a constituir o quadro de emprego e no intervalo, vamos conversar com a nossa colega [...], desculpa, e ela está muito interessado em trocar ideia [...] para ver como a gente pode também, além de trocar ideias, trocar material, trocar informações na estruturação desses índices. Tem um fato bastante interessante, o Governo do Distrito Federal está sendo bem representado aí em Pernambuco, através da informação que ele guardou. Bem, eu agradeço então aqui, apesar [...].

Dália Maimon-SIGA

Bom, eu acho que em termos das intervenções que ocorreram, dois pontos parecem ter sido que mais suscitaram as emoções: a questão da globalização e a questão da postura da empresa. Quanto a postura da empresa, é óbvio que em 30 minutos é difícil de se colocar todas as [...] faz uma análise interessante dialética e do conflito de algumas empresas que vivenciam entre o ser e parecer entre os discurso e as ações, então ele classifica as empresas em três tipos, as empresas responsáveis, obedientes e as empresas mentirosas.

As empresas responsáveis são aquelas em que o discurso, ele se traduz nas suas ações, seriam as empresas que ao incorporarem a política ambiental, uma ISO 14.000, ela efetivamente implementaria essa política, e ela seria traduzida em todo o planejamento estratégico da empresa.

As empresas obedientes são empresas que não tem uma política ambiental, mas que ela passa a incorporar uma por pressão dos órgãos controladores, quer dizer, quanto maior, no caso seria a fiscalização - que é a linha pouco desenvolvida pelo Artur, que eu discordo completamente - maior seria a incorporação da gestão ambiental dessas empresas.

E as empresas mentirosas são aquelas empresas que dizem que têm uma postura ambiental e que efetivamente não a pratica ou a pratica em alguma parcela, quer dizer, paga a chamada maquiagem verde. É óbvio que no mundo de empresários que a gente vive, nós encontramos os três tipos, é a forma com que nós vamos trabalhar a questão nessas empresas vai ser diferente se elas forem empresas responsáveis, obedientes ou mentirosas

Você vai ter que fazer um outro tratamento no sentido da passagem do discurso e da mensagem desse tipo de empresa, e as empresas que estão selecionadas aqui e que aceitam convite, não são as empresas mentirosas, são em geral as empresas responsáveis, porque aquelas se furtam até a debates públicos. Então, efetivamente, há essas três características e o mundo, né, tem todas as notas entre o bom e o mau.

Quanto à questão da globalização e também em relação a globalização da ecologia, existe um preconceito e nós todos somos pesquisadores, eu acho que a gente tem que se despir um pouco dos preconceitos. É óbvio que a globalização tem efeitos negativos em várias campos, quer dizer, acho hoje em dia nem os neoliberais recusam a ideia de que a globalização tem afetado negativamente o emprego, tem afetado a vulnerabilidade do sistema econômico, internacional - como que nós estamos passando agora - e quer dizer, isso não é mais uma hipótese, mas é um fato comprovado, quer dizer, o nível de emprego em termos internacionais vem caindo né?

Então, a liberalização que está junto com a globalização significou um custo social muito elevado, porém, isso não quer dizer que em termos ambientais, nos países como o Brasil, a globalização da ecologia teve aspectos negativos. Quer dizer, eu estou na área ambiental há mais de 20 anos e já peguei todas as fases de Governo com mais legislação, com menos legislação, e todos os debates que a gente tinha de como deve se fazer a coordenação das políticas ambientais. E foi efetivamente na década de 90, quando o mercado associou positivamente para as empresas que elas, por questões concorrenciais, elas se adequaram rapidamente à questão ambiental do que no caso de controle. Então, na realidade, o resultado em meio ambiente, quer dizer, não importa se a empresa introduz uma política ambiental por que ela quer ganhar o mercado ou porque ela quer ganhar mais dinheiro, porque é um [...] o que importa é o resultado em termos ambientais pelo menos para quem está preocupado com meio ambiente e o mercado tem sido mais efetivo do que as ações de Governo, em país como o Brasil, até porque [...].

[...]

É uma opção pela industrialização e acaba sendo relegado [...], quer dizer, tanto a questão ambiental quanto a social para um segundo e último plano, então, em termos efetivos do meio ambiente, lógico que é uma análise um pouco egoísta, né? A globalização teve um efeito positivo porque ela colocou de fora para dentro uma bioética que nós não tínhamos, ou não temos, por questões culturais, por questões de estarmos num país de uma dimensão continental onde os recursos naturais nunca foram escassos. Quer dizer, nós não somos uma ilha como o Japão ou como a Inglaterra que estão sufocados naquele espaço físico. Então, não havia uma racionalização, os preços da energia, da água, querem dizer, os preços relativos são distorcidos, o que acaba levando a fortes abusos do uso desses recursos naturais. Então eu acho que a globalização teve esse papel positivo e com toda a contrapartida na questão social e na vulnerabilidade da economia.

Uma questão que se deve levantar é: será que vale a pena pagar o custo da globalização, o ônus por causa da questão ecológica? Isso é uma outra questão, quer dizer, um debate que pode se colocar, mas que ela tem esse lado positivo no aspecto ambiental, a gente tem que se despir do preconceito porque ela efetivamente tem. Quanto à questão do GATT, a OMC não é FMI da globalização e isso eu acho que é um erro até de conceito, o GATT não existe mais, a OMC é o “ex-GATT”, e, na realidade, todos os debates, tanto no GATT quanto na OMC atualmente, são de que se deve lutar pela liberação do comércio. E a questão ambiental é vista, quer dizer, a introdução do que eles chamam de [...], que é a incorporação de uma política comercial para atingir fins ambientais, não é bem vista dentro do GATT.

Eu participei de uma reunião em Atibaia, acho que a duas semanas atrás, que tinha todo um grupo internacional discutindo a questão de comércio e quando eu disse que achava benéfico fazer discriminações porque as empresas em países em desenvolvimento acabavam mudando seus padrões ambientais, pessoas se levantaram e me chamaram de militante, porque, na realidade, não interessa que haja uma discriminação, e que é a mais efetiva. Quer dizer, se a gente analisar a composição do grupo GANA, que é o grupo privado que apoiou a implantação da ISO 14.000 no Brasil, foi todo composto pelas maiores exportadoras brasileiras. Por quê? Porque eram as primeiras empresas que sentiam a discriminação no comércio internacional.

Então, eu acho que temos que ser mais concretos, pôr os pés no chão e verificar que para uma empresa perder mercado é muito mais importante que pagar uma multa para o Governo

estadual - ela vai esperar que em quatro anos vai mudar o Governo e ela vai poder fazer; então o mercado tem sido mais eficiente na mudança dessas empresas.

Nós ficamos com um problema, se por circunstâncias diferentes a tal da bioética mudar, quer dizer, será que com essa crise internacional que está sendo vislumbrada a questão ambiental vai voltar a ter o segundo plano para o ano ou âmbito internacional? Pode ser. Isso vai afetar novamente o comportamento ambiental das empresas, então, ao mesmo tempo que nós da área ambiental devemos “aproveitar” esse espaço que nos foi dado pela globalização, nós devemos aproveitar o momento para consolidar a questão da educação ambiental, da difusão das práticas ambientais e, como está fazendo o Governo do Distrito Federal, uma contrapartida também de ações ambientais no setor público.

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

Pergunta bem objetiva para a Dália e para o Carlos.

Como é que vocês veem esse projeto da CIQA, da Comissão Interna de Qualidade Ambiental?

Carlos Fernandes-Diretor da Companhia de Água e Esgoto de Brasília do Governo do Distrito Federal-CAESB-GDF

Hélio, eu tenho dificuldade, confesso a você, de identificar a diferença entre a CIPA e o SGA, francamente eu vejo duas siglas, mas praticamente a mesma coisa. Lá no Sul, nós já estamos na etapa de constituir o Grupo que vai fazer o acompanhamento do [...] que eu falei. [...], um grupo de 150 pessoas, vai ser [...] e fazer o acompanhamento disso daí. Eu vejo que na voluntariedade que deve ser a base do processo da certidão ambiental [...], a constituição desses grupos que vão fazer o acompanhamento dentro do Sistema de Gestão Ambiental, ele tem a ver [...]. Por outro lado, a CIQA não é uma coisa que possa ser descartada, de forma nenhuma. Eu vejo umas vantagens que são basicamente as seguintes: nem todos os órgãos do Distrito Federal vão ter o entusiasmo da CAESB, de começar a trabalhar [...] educação ambiental. Para esses órgãos que não forem trabalhar nessa direção, ter uma CIQA como um núcleo de pessoas que possa racionalizar o uso de alguns insumos básicos, eu acho isso uma grande virtude, uma grande vantagem. Então, ao mesmo tempo em que eu tenho dificuldade de fazer a separação, eu vejo a CIQA também como uma coisa positiva desse aspecto, ou seja, daqueles que não vão trabalhar. Mas nos caso de

instituições como a CAESB, trabalhando nesse linha, eu queria a CIQA [...] no acompanhamento do SGA.

Raimundo-Técnico do Departamento de Estradas de Rodagens-DER/GDF

É sobre o gerenciamento ambiental. Eu trabalho no DER e a colocação que eu faço é um lembrete, praticamente, é sobre a operacionalização do gerenciamento ambiental, coisa prática. Eu vejo um conflito, por exemplo, hoje em dia nós estamos com 50 obras, o DER tem que licitar 50 obras até 15 de dezembro deste ano para que possam ser realizadas ano que vem; então nós temos essa realização de obras, essa urgência na inauguração dessas obras, na satisfação desse povo todo que está aí no Orçamento Participativo pedindo essas obras. E temos que fazer um gerenciamento dessas obras, gerenciamento ambiental, obras do DER, obras rodoviárias, são obras que poluem, obras que degradam etc. e tal. E existe uma burocracia infernal aqui dentro da SEMATEC para que a gente possa conseguir licenciar uma obra dessa e essa burocracia infernal ocupa uma ou as duas únicas pessoas do DER que poderiam fazer esse gerenciamento ambiental. Então eu coloco: recursos humanos é um negócio seríssimo nesse gerenciamento ambiental, porque o próprio IEMA com a papelada não tem tempo para ir lá visitar uma obra dessa, e o próprio DER com a sua equipe técnica não pode fazer esse gerenciamento ou passar para o engenheiro executor da obra, quais os problemas que estão acontecendo.

Bom, outro problema que eu vejo é a internalização da ideia do meio ambiente, da variável ambiental, do gerenciamento ambiental na cabeça do DER. Tem que ser através do compromisso com a direção do DER. O DER já tem quatro anos com o Programa de Qualidade Total e tem esse compromisso da qualidade total, mas não foi colocada a variável ambiental ainda lá, não foi possível fazer isso ainda. Por quê? Porque existe essa cultura antiga, essa cultura da engenharia que é o vamos fazer a obra, o que é importante é a obra, não importa o verde, engenheiro a primeira coisa que faz é derrubar a mata para depois ver se vai plantar alguma coisa.

Bom, então, essa internalização só é possível, pela minha experiência, funcionando, vendo tudo isso e vivendo tudo isso lá dentro, através desse compromisso e da criação de uma estrutura interna dentro do órgão que seja ligada ao diretor que assumiu esse compromisso; porque ele vai embora, volta outro, mas existe ainda aquele compromisso, aquela pessoa ligada à direção. Outra coisa: punição. É necessário porque se entrar outro diretor que não tenha aquele compromisso, ele tem que sentir a dureza da lei, porque senão, ele não vai manter aquele compromisso, então, essa

estrutura, eu acho imprescindível, estrutura dentro de cada órgão, o meio ambiente tem que estar dentro de cada órgão e não aqui na SEMATEC, tem que estar lá dentro de cada órgão para funcionar, aliás, a qualidade ambiental é isso ai né? A ISO 14.000 dentro de cada órgão, não na SEMATEC, é de dentro.

Muito bem, a outra coisa é o apoio ao gerenciamento, para não acontecer aquilo que a Professora Dália falou, que chega lá não sei onde, ai dizem: olha, eu preciso fazer um projeto, como é que eu faço esse projeto de recuperação ou de plantação do meu empreendimento? Vai no órgão ambiental, ele exige isso, mas fala: “não sei, se vira”. Então, é necessário, nesse gerenciamento, que tenha um corpo técnico gabaritado e não preocupado com papelada, que ele esteja aqui para orientar, dizer como deve ser o gerenciamento e qual a nossa preocupação, ou seja, recursos humanos aqui dentro do IEMA, que não está tendo lá na fiscalização. No licenciamento é um cara só para licenciar todas as obras governamentais e nós não temos nenhuma licença, as obras estão sendo feitas e não existe licença, nós estamos cumprindo com [...], estamos cumprindo com relatórios de riscos ambientais. Licença que é bom não temos, ou seja, burocracia. Então, isso também tem que diminuir, ou tem que se criar recursos humanos para fazer isso, porque senão não se consegue gerenciar, coisa que é o meu objetivo desde que entrei no DER, que eu acho lindo de morrer isso e, aliás, tenho que parabenizar a SEMATE por estar fazendo tudo isso, só que eu acho que está muito demorado, isso daí tinha que ser desde 90, vocês deviam estar pensando nisso. Obrigado.

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

A minha pergunta é com referência a CIQA.

Raimundo-Funcionário do Serviço de Limpeza Urbana da Administração de Samambaia-SLU/GDF

Eu sou do SLU, da Administração de Samambaia.

É que os órgãos do GDF, todos estão saturados de recursos financeiros e humanos, que gostaria de saber se há pretensão, pelo menos pretensão do Governo, porque eu não observei no decreto nada de apoio financeiro para a implantação da CIQA e é lógico que isso vem acarretar custos para os órgãos que já estão saturados.

Rosalvo Júnior-Técnico Ambiental-IEMA-GDF

Eu queria abordar apenas um ponto, eu teria outros, mas vou fazer mais do ponto de vista interno do órgão e aí quero me referir especificamente à questão da regulamentação e legislação ambiental.

Eu quero deixar essa contribuição porque acho que a gente não deve, e aí vou lutar por isso aqui dentro do órgão, fazer a revisão de qualquer legislação, seja decreto, seja lei, em ano eleitoral. Não devemos fazer isso daí, eu acho que o ano que vem nós devemos dedicar a fazer *workshopping*, discussões internas, levantamentos de propostas sobre quais deverão ser as mudanças que nós devemos fazer na lei ambiental, nos decretos, regulamentos etc. E explico por que isso: em primeiro lugar, acho que nosso órgão foi criado em 79, em setembro de 79 foi criado o órgão ambiental, ou seja, em que pese que a gente tenha 8 anos, é muito pouco para que a gente possa dizer que isso está ruim, que isso está bom, ou não.

Segunda questão, muito da nossa legislação, à exceção da Lei nº 41 e o decreto que regulamenta a Lei nº [...], a nossa legislação é recente, ela é muito nova, então eu acho que nós não temos condições, com essa legislação nova que está aí colocada e que a gente tem que cumprir, de dizer que temos que alterar isso, aquilo e etc.

Terceiro ponto que eu coloco é que o órgão também é novo, oito anos é novo, então eu acho que não dá para a gente propor mudanças profundas agora no ano que vem, no ano eleitoral. Outro ponto que eu coloque por que não fazer isso é que a gente não deve ficar preso à questões da realidade atual. Pegando aí uma falação do próprio Witer, eu acho que as nossas leis - particularmente as leis, não os decretos e aquela regulamentação que vem depois – elas tem que ser legislações que tenham durabilidade.

E, por último, queria colocar mais dois itens que são os seguintes: eu acho que a gente tem pouca massa crítica no órgão ambiental - se eu pego os dirigentes, por exemplo, hoje, da SEMATEC e do IEMA, posso dizer com toda segurança que eles não têm muita militância na área ambiental, então como é que ficaria a condução disso daí? Se pego os técnicos do quadro efetivo, digo que nós temos 17 fiscais hoje e temos em torno de 20 analista de meio ambiente. Pouca gente, é pouca massa crítica, não quero dizer que com o que a gente têm não deva mudar, que a gente não deva avançar nessa legislação, mas eu proponho que o ano que vem a gente passe o ano todo discutindo, aprofundando essa legislação, apresentando propostas. Porque veja bem, companheiros, nós vamos pegar é um ano eleitoral, muitos dos Deputados que estão na Câmara

Legislativa, eles poderão enveredar por um caminho que - eu vou chamar aqui de populista, no afã de se reeleger - o que pintar na mesa deles eles vão votar e aí, meu amigo, numa época de eleição, o que o cara quer é se reeleger, ele não está preocupado em montar uma estrutura de legislação bem feita.

Então eu acho que o ano que vem a gente tem que gastar o ano todo para fazer um profundo diagnóstico, contratar consultores, um conjunto de *workshopping*, seminários etc., mas não propor nada à Câmara e, finalmente, dizer por quê. Porque o nosso Governo a ser eleito em outubro, vai tomar posse em janeiro e a Câmara começa a funcionar no dia 1º de fevereiro; ele chega com força política e aí, aquelas mudanças que a gente diagnosticar durante o ano inteiro, elas poderão até serem feitas, porque chega um Governo forte do ponto de vista político. E aí, eu quero lembrar ao Rainero que ele colocou que o CLIQAS, ou melhor, que a CIQA vá avançar e aí fez uma análise porque o CLIQAS começou, teve o auge e decaiu pela questão da espontaneidade e diferentemente do CIQA, que está baseado numa legislação legal. Então, eu faço um apelo para que nós, companheiros do órgão ambiental, não proponhamos nada em termos de legislação à Câmara, façamos o que for, e em 1999, no décimo ano de criação do órgão ambiental, a gente proponha à Câmara Legislativa as mudanças.

Não é uma pergunta mas eu gostaria que a mesa se pronunciasse, mas é efetivamente um apelo de um técnico desse órgão e também um militante ambientalista, que acho que a gente não pode fazer vista grossa do ano eleitoral que vamos estar e que o embate vai ser muito grande, então acho que não devemos mandar para a Câmara nenhuma legislação.

Raimundo Rainero Xavier-Gerente do Projeto Comissão Interna de Qualidade Ambiental- CIQA do PQA - ISO 14.000–IEMA-GDF

[...] recursos econômico-financeiros nesse processo de parceria, quer dizer, isso exige um plano de negociação, plano de conversa, por isso, eu coloquei todos os processos de implantação da CIQA desde a negociação, digamos, ao nível de gerente para gerente, de direção para direção, para que não haja atropelamento, haja acordo, acerto, para a partir daí, se processar toda essa estruturação.

Mas os recursos, principalmente nessa área, são recursos humanos para as pessoas assimilarem que é preciso todo um processo de educação e conscientização de si e do seu meio ambiente. Esses recursos vão gerar, inclusive, rentabilidade para a própria empresa porque vai

haver diminuição do consumo água, diminuição do consumo de energia e de papel e esse recurso pode até ser revertido para a própria CIQA. Eu acho que essa própria participação, essa tomada de consciência dos recursos humanos principalmente, é a chave do processo.

A outra coisa em relação a pergunta, se a CIQA não está muito junto à CIPA, eu digo que, do ponto de vista da sua estruturação nós inclusive nos pautamos na CIPA, nós até chamamos a CIQA de CIPA verde. Mas a CIPA não tem esse componente meio ambiental, ela está mais voltada para a questão da saúde, a questão da prevenção de acidente e tem uma certa diferença, pois a CIPA foi organizada a partir de uma base legal do Ministério do Trabalho, quer dizer, há uma origem diferenciada da CIQA, que vem de um decreto ao [...] nível de GDF.

Mas o que eu queria frisar é quanto à questão que está sendo colocada e se não vai haver paralelismo, se não vai haver simplicidade de trabalho. Eu acho que não, eu acho que a CIPA pode, na própria regulamentação que a gente está criando no decreto, o que a gente está enfatizando é toda uma articulação na relação da CIPA com a [...] ambiental dentro do órgão, com os demais segmentos do próprio órgão. E aí pode ser a CIPA, pode ser o setor de relações humanas, o setor de comunicação, o setor de pessoal, o setor de informática, quer dizer, todos os setores vão se sentar com a CIQA dentro da empresa porque não é mais importante o que cada um está fazendo, o importante é a empresa, o órgão. Então, eu não vejo paralelismo, vejo muito mais interação, muito mais articulação, muito mais possibilidades de uma posição solidária entre esses órgãos. Cada um dentro das suas especificidades, mas se somando aos demais para que de fato a empresa, todos, estejam funcionando. Então, só poderá ocorrer paralelismo se houver fechamento por parte da CIQA e não é isso que desejamos, ou por parte de um segmento - tipo isso é meu pedaço, você não toca, essa briguinha de poder-, aí eu acho que entra o tal processo de educação, o qual a CIQA se propõe. Então, eu estou vendo muito mais a CIQA como elemento propulsor, provocador, no sentido latino da palavra, está aí para chamar a instituição, chamar para composição do que com o paralelismo Eu acho mais uma soma de forças, alguém que vem e diz: a questão ambiental é importante; a questão da tomada de consciência; questão da cultura é importante Precisamos fazer uma série de atos inclusive, do ponto de vista artístico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista de lazer. Nós já fazemos aqui até um exercício e vamos continuar no ano que vem, exercício de yoga, para os funcionários, quer dizer, esse tipo de coisa eu acho que a própria CIPA não vem dando conta disso, então eu vejo que a CIQA veio muito mais somar do que diminuir o trabalho da CIPA.

Agora, em relação ao que se propôs, nós estamos no segundo andar deste prédio, muito abertos para conversar como poderíamos conduzir essas ideias, coincidentemente eu também sou paraense, conheço essa região, então, tenho interesse também em conservar aquela mata toda.

Arthur Oscar-Diretor Geral do Instituto de Ciência e Tecnologia-ICT-GDF

Agora, só um comentário rápido em relação ao que o Júnior estava colocando.

Eu acho que essas questões internas, principalmente, merecem uma discussão também interna, que a gente poderia sentar realmente e ver qual a melhor estratégia representa o nosso projeto lá fora; faz aqui, faz agora, nesse momento é o momento próprio, ou não [...] essa questão, a gente comenta isso em volta da mesa, de modo bem mais aberto.

Eu gostaria de agradecer, pedir desculpas, tenho que sair, já estou atrasado para um outro compromisso, mas o companheiro Witer continua presenciando a mesa e eu passo agora a palavra à professora Dália.

Dália Maimon-SIGA

Bom, eu vou tentar responder então aquela questão de qual é meu ponto de vista em relação a CIQA e dos problemas de operacionalização.

Eu não tenho experiência da introdução de política ambiental no órgão público, mas não deve ser muito diferente de como a gente introduz no órgão ambiental numa empresa.

Então, quais são os pré-requisitos de se introduzir uma política ambiental e que ela tenha realmente uma efetividade? Em primeiro lugar, como já foi dito aqui, o envolvimento da alta direção da empresa, quer dizer, se não fizer parte dos objetivos da alta direção da empresa, ela ficar perdida na estrutura; em segundo lugar, o envolvimento de todos os funcionários no sentido de que haja uma repercussão daquela política; em terceiro lugar, a disponibilização de recursos humanos e financeiros para que ela possa se operacionalizar. Então eu acho que já foi colocado por diferentes pessoas essas dificuldades que vocês têm, vocês têm empresas desde a CAESB, que se eu entendi bem, tem uma política ambiental e o envolvimento da alta direção e tem empresas como o DER, que pelo que você retratou, não teria um envolvimento da alta direção com o compromisso ambiental, ainda que tenha com a questão da qualidade.

Então, é uma gama muito diferente de empresas e que vai incorporar diferentes formas, então, qual seria o papel da SEMATEC?

Em primeiro lugar, uma sensibilização da alta direção, quer dizer, eu vejo vocês fazendo reuniões com os altos dirigentes, aí teria que ser o Governador para convocar para todo mundo vir mesmo, porque senão vai mandar o fulano que vai acabar não tendo um poder de decisão.

Legitimar também os grupos ambientais que já existem dentro dessas empresas, porque sempre tem algumas pessoas que tem uma vocação ambiental, fazem parte de um movimento de meio ambiente, são militantes ou são sensíveis, mas que não tem legitimidade dentro da empresa. E o papel de coordenação, ou seja, coordenar esse trabalho de cada uma delas, e aí a questão de ser a CIQA ou a CIPA, porque aí em termos práticos se a empresa achar que há tarefas demais precisa ter duas equipes. Então ela vai pegar a CIPA e dizer que ela também é CIQA, quer dizer, em termos práticos é assim que funciona, vai atribuir as funções da CIQA ao pessoal que executa a CIPA, se uma instituição tem algo diferenciado vai botar dois grupos.

Agora, é sempre importante ver, e já foi falado aqui, que tem que ter recursos humanos disponíveis, recursos financeiros e o envolvimento da alta direção, sem os quais eu acho que de cima para baixo é muito difícil essa saída e aí tem que ter o envolvimento da SEMATEC e dos altos níveis do Governo, no sentido de mostrar que é um objetivo mesmo do Governo do Distrito Federal e que não é mais uma legislação.

Enfim, essa é a minha contribuição.

Cerimonial

Nós agradecemos a Dra. Dália [...] pela presença e participação, ao Carlos e a todos vocês e convidamos para a palestra da tarde que começa às duas horas. Obrigado.

PAINEL IV

Auditório da SEMATEC - 20/11/1997 – Vespertino

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

Só gostaria de lembrar a todos os debatedores e conferencistas que estamos gravando tudo porque a ideia é fazer uma publicação desse Seminário após o evento, então solicitamos que se fale um pouco mais perto do microfone, só isso.

Obrigado.

1ª Palestra: Representante da **Bahia Sul Celulose S. A.**

[...]

2ª Palestra: Representante da **FIEMG-SENAI**

[...]

3ª Palestra: Representante da **CETREL-BA**

[...]

4ª Palestra: **Reinaldo**-Representante do IBAMA

Quero parabenizar a SEMATEC por esse evento que proporciona, que está proporcionando trazer aos setores da sociedade de Brasília informações sobre instrumentos de gestão muito atualizados e com experiências comprovadas como foi colocado aqui pelos antecessores - a experiência da Bahia Sul e da CETREL, e agradecer também o convite a minha pessoa, na pessoa do Witer, do IEMA, que atendi com muito prazer.

Eu sou do IBAMA, da área do planejamento do IBAMA, mas já mais ou menos 12 a 13 anos trabalhei na área de controle e qualidade ambiental e tive assim muito contato industrial. A parte de licenciamento, a parte de, na verdade, de programas, falsos programas de gestão ambiental, porque o processo em si, de licenciamento, é um processo impositivo, é legal e não necessariamente não exige um sistema de gestão.

Ultimamente, nos dois anos e meio para cá, venho sendo o representante do IBAMA nos Grupos de Trabalho ao nível do Brasil que discutimos normas do ISO 14.000. Então, todos esses ISO que acredito que os senhores tenham tido de conhecer, a estrutura da ISO, e a estrutura do GANA que a ABNT promoveu aqui nestes últimos 4 anos. E a gente vem trabalhando nestes [...] comitês ao nível de Brasil, mas especificamente a gente vem acompanhado principalmente a 14.001 que trata de sistema de gestão e também a adoção dessas normas ou implementação, adaptação destas normas ao sistema brasileiro de certificação, ou seja, a norma internacional.

Muitos organismos sem certificação adotam, vem certificando por elas, mas no Brasil, nós temos o nosso sistema brasileiro de certificação. Esse sistema brasileiro, ele credencia organismo de certificação para certificar pela ISO 14.000, e um da mesma forma que esse sistema, ele credencia os auditores destes organismos que vão auditar pela ISO 14.001. E aí também, outros

critérios e procedimentos para credenciamentos também estão sendo elaborados ao nível de sistema brasileiro, qual é a classificação do auditor, qual é o curso que deve ser credenciado para a formação, isso só é uma parte introdutória, só para a gente correlacionar o que eu vou abordar agora com os senhores dentro deste painel da ISO 14.000.

Eu acho desnecessário comentar a respeito da importância do instrumento, os benefícios deste instrumento de gestão ambiental da 14.001, porque ao longo, nestes dois dias, muita gente já falou. Hoje mesmo eu assisti essa apresentação de experiências radicais de benefício de implementação; então, é desnecessário eu tocar neste assunto, reprisar que o instrumento é importante, eu acho interessante ao nível de debate, nós conhecemos um pouquinho de coisas que precisam ser sérias para que esse sistema seja implementado de acordo. A título de informação eu coloco para os senhores que no Brasil temos 14 empresas certificadas pelo ISO 14.001 e temos 5 organismos de certificação credenciados juntos ao sistema brasileiro de certificação. Esse organismo é aquele organismo que concede o certificado, que audita e concede o certificado. Isso registra no sistema brasileiro, junto ao INMETRO, o órgão credenciador desses organismos.

E a primeira pergunta que eu faço e respondo é por que que o IBAMA, sendo um órgão de meio ambiente que atua compulsoriamente, está envolvido com a norma voluntária? Toda a série ISO 14.000 é voluntária. Implementa quem quiser. E eu responderia: quando surgiram as normas da série ISO 9.000, que trata de gestão da qualidade no Brasil, não existia um órgão, não existe um órgão que acompanha a questão da qualidade, gestão da qualidade, as empresas implementaram voluntariamente porque havia uma necessidade de mercado e foi importante. O Brasil já tem 1.700 empresas certificadas pela ISO 9.000 acompanhadas pelo INMETRO, organismo também credenciador, mas não existia um órgão no Brasil ao nível de Governo que acompanhasse ou exigisse a questão da qualidade, quando surgiram as normas da 14.000, que trata sobre meio ambiente de gestão ambiental.

O Brasil, como a maioria dos países, tem toda uma estrutura formal, estabelecido um arcabouço legal que trata sobre a questão ambiental, daí a nossa inserção nesse processo da elaboração de critérios, procedimentos, para não só o sistema brasileiro, mas para a própria elaboração das normas ISO 14.000. Para quê? Para que elas não ultrapassassem o seu limite, mesmo sendo voluntário, o que viesse a chocar com o que já existe em termos de disposição legal. E aí nós fomos chamados, assim como outros órgãos de meio ambiente.

Eu cito órgãos de São Paulo, CETESB e a FEMA, do Rio de Janeiro, que são atuantes na elaboração, não só das normas da ISO 14.000, porque sai uma série de normas, mas também dentro das normas brasileiras do sistema brasileiro de certificação. Então, daí por que nós começamos a participar disso a quase 3 anos atrás.

Então, eu colocaria para nossa discussão alguns questionamentos que a gente vem fazendo já ao longo desses 3 anos, alguns pontos que chama a nossa atenção, que a gente vem discutindo muito.

Uma coisa é a empresa se habilitar voluntariamente, como nós vimos, aqui implementou seu sistema, está ótimo, chamou um organismo internacional com toda a sua experiência, seja pela BS 7750, seja já agora pela 14.000, implementou seu sistema, foi auditado e recebeu certificado e conseguiu vários benefícios que a norma oferece.

A outra coisa é nós começarmos ao nível de Brasil, nós temos esses organismos certificadores, qual é o entendimento que eles têm na implementação desses sistemas? E um dos pontos mais polêmicos, foi a questão do cumprimento da legislação.

Eu ouvi aqui da CETREL, ouvi da Bahia Sul [...] mais de uma vez, que para ser certificado, a norma exige o cumprimento da legislação. Eu só queria fazer uma correção, que a norma não exige o cumprimento da legislação, o texto da norma exige que a empresa, ela tenha que ter conhecimento da legislação e ter o compromisso do seu cumprimento e a nossa briga de dois anos e meio aqui dentro do Brasil, no sistema brasileiro que nós perdemos o bonde e não sei nem se nós estivéssemos no bonde conseguiríamos reverter esse processo ao nível internacional, porque as discussões da ISO são intensas, demoradas. A norma demora muito para sair, tem vários estágios, vários interesses, e é uma norma voluntária, não sei se teríamos condições de influenciar.

Mas ao nível de sistema brasileiro, a norma de credenciamento de um organismo de certificação aqui no Brasil, nós colocamos bem claro que para ela certificar, para esse organismo de certificação certificar, certificar e auditar uma empresa, tem que estar cumprindo a legislação, porque a 14.001 não exige isso daí.

Nós sabemos, eu já tive oportunidade de conversar com vários organismos e várias empresas já auditadas, que os organismos internacionais que vieram certificar no Brasil, exigiram, independentemente do que está escrito na norma, exigiram o cumprimento da legislação. E nem

poderia ser de outra forma porque foi como falado aqui, você vai implementar um sistema de gestão, alguma coisa a mais do que já se exige normalmente, que é o que é, é a legislação.

Existem órgãos públicos com todas as falhas, nós sabemos que têm, eu sou de órgão público de controle ambiental de licenciamento, mas tem a lei. A lei está ali para cumprir, existe a norma que é um [...] do que já existe, ela tem que exigir no mínimo o cumprimento da legislação, mas existem pessoas que conduzem processos aqui no Brasil que não tem esse entendimento, e já falaram várias vezes que não há necessidade do cumprimento da legislação para uma empresa ser certificada.

Então, eu só estou querendo colocar para os senhores só esse ponto, que é um ponto de discussão que ainda não foi acertado, depois de dois anos e meio ainda não foi claramente colocado e orientado para os organismos que virão certificar aqui no Brasil, mas a norma brasileira exige isso daí. Então, por exemplo, se uma [...] que vem auditar no Brasil, se ela for - se a empresa exigir que ela seja credenciada no sistema brasileiro para certificar - ela vai ler lá que precisa exigir o cumprimento da legislação, independente de que ela já exigiu da Bahia Sul, da CETREL, o cumprimento da legislação. Então, esse é um ponto de atenção que a gente vem discutindo e serve para nossa discussão aqui.

O outro ponto, isso tudo ao nível de Brasil, acho que acaba extrapolando também ao nível internacional, todo o sistema, toda a norma 14.001, eu acho que ela tá calcada na credibilidade, ela tem que ter credibilidade, não adianta falar: “eu tenho um sistema de gestão auditado, certificado por uma qualquer aí, empresa”. Uma qualquer, então, ela tem que ter credibilidade, para ter credibilidade ela tem que ter auditores capacitados para isso, a formação do auditor ambiental é uma coisa muito séria, é o ponto chave de toda seriedade, credibilidade desses sistemas ou dessas empresas que estão sendo certificadas ao nível internacional.

Também, há dois anos e meio, nós começamos a discutir porque existia auditores. Como existe hoje auditores da qualidade eles anteviram um novo sistema, um novo mercado e acharam isso ao nível de Brasil, e até de nível internacional - nós tivemos conversando com alguns ingleses e também era a mesma situação lá, que bastava fazer um cursinho de 40 horas, cursinho ambiental de 40 horas e se transformaria num auditor ambiental. E nós não concordamos com isso e não vamos concordar nunca porque no sistema da qualidade é uma questão de documentação, são procedimentos que tem que ser verificados.

Na questão ambiental vocês puderam ver algumas coisas aqui que foram apresentadas muito rápidas, mas eu já conheço os sistemas da Bahia Sul e o da CETREL, como é que foram auditados. A pessoa tem que ter o auditor, tem que ter conhecimento ambiental - sim senhor! -, de impactos ambientais, ele tem que ter uma sensibilidade muito maior. Então, foi um outro ponto de discussão muito intenso e nós viemos discutir isso até hoje, porque alguns organismos internacionais, eu vou dar duas siglas aqui, mas vocês não se assustem. É a IATICA que cuida da parte de acreditação de auditores, é um organismo internacional que dita as normas que os países têm que seguir, mas suas normas internas têm que atender aqueles requisitos mínimos para poder ter o reconhecimento mútuo; e o outro é o IAF, fórum internacional também de acreditação para organismo de certificação.

Essas duas instituições, esses dois organismos internacionais, eles vêm discutindo algumas mudanças nos critérios, tanto para credenciamento e organismo de certificação do IAF e do IATICA. Uns critérios também que os países deverão adotar nas suas normas internas e a gente percebeu que continua a mesma coisa dentro do entendimento deles. Um no caso de organismo de certificação, a não necessidade de cumprir a legislação para ser certificado. E no caso do IATICA, que é no caso de credenciamento de qualificação de auditor, alguns requisitos ali que a gente também não concorda, a gente tem participado dos fóruns de discussões internacionais para mudar alguma coisa,

Vou dar só um exemplo para não me prolongar, para a gente passar a palavra para outro professor, para nós podermos discutir norma. A 14.001, 14.004 são sobre Sistema de Gestão Ambiental; a 14.010, 14.011 e 14.012 são sobre Auditores Ambientais. A 10 são aspectos gerais da norma; a 11 é formação de Auditor, qualificação do Auditor para Sistema de Gestão Ambiental; e a 14.012 qualificação do Auditor.

Então, nessa 14.012, que já está em vigor desde 96, ela por exemplo, não exige [...] ela fala que uma pessoa que tenha o segundo grau pode galgar a carreira de auditor, não é só isso daí, tem várias etapas e na nossa norma, no sistema brasileiro, nós cortamos isso daí e colocamos que somente a partir do nível superior, seja qualquer formação ou graduação pode se candidatar ou entrar na carreira de auditor.

E no IATICA está sendo discutido essa questão do segundo grau, nossa posição é que corte essa questão do segundo grau, talvez na Inglaterra o segundo grau tenha um conteúdo

programático, lá diferente, melhor, aqui a gente conhece a nossa situação. Outra coisa também interessante é a questão de 4 anos, o auditor tem que ter 4 anos numa das 5 áreas [...], eu não tenho aqui, poderia até ter trazido. Eu só vou citar, ter 4 anos numa das 5 áreas ditas na norma; nós colocamos que deve ter 4 anos numa das 5, e pelo menos dois, não em um só.

Porque ali fala sobre aspectos jurídicos, você tem que ter 4 anos de experiências em aspectos jurídicos. Eu até cito, para não criticar ninguém, o do próprio IBAMA, nós temos advogados lá, procurador, que estão na área, por exemplo, de contencioso, lá há 20 anos, dentro do IBAMA. Então, se for só aquele requisito, ele pode e eu acho que não tem condições; então, teria que ter experiência, por exemplo, em operações, instalações industriais de pelo menos um ano na outra área. Eu não quero me prolongar mais, eu queria só colocar essas questões.

A norma é importante. É! A norma é boa, é porque a gente vem trabalhando, discutindo-a já há muitos anos, ela vai trazer benefícios. Vai, ela vem ao encontro da missão, da nossa missão, dos órgãos ambientais, seja estadual, federal, municipal, nossas políticas, é ótima.

Agora tem que ter credibilidade, tem seriedade e a seriedade está baseada nesses pontos que eu coloquei para os senhores. Fico à disposição dos senhores para o debate, vou dar oportunidade para outros. Obrigado

MESA DE DEBATES

1º Debatedor: Representante do IEL

[...]

2º Debatedor: **Antônio Nobre**-Diretor de Licenciamento e Fiscalização Ambiental-IEMA-GDF

Boa tarde, senhoras e senhores.

A gente tem enfrentado na Diretoria de Licenciamento e Fiscalização a missão primeira do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente, pelo menos na nossa ótica, puxando um pouco a sardinha para o nosso lado. É que nesse Instituto, o seu pulmão e o seu coração estão exatamente localizados na diretoria, no licenciamento e na fiscalização.

O que pretende o licenciamento? O licenciamento, ele é um certificado, é uma forma de você certificar determinada atividade que ela está em conformidade com a legislação ambiental e os critérios técnicos conhecidos, pelo menos aplicáveis na nossa região. E, basicamente, a gente

gostaria de poder contar hoje com uma adesão muito grande das empresas de maneira geral. As de Brasília, pelo menos as de maior porte, com as suas pré-auditorias, a sua sinalização de caminhar à certificação da ISO 14.000. Ficou evidente durante os debates nesses dois dias que a ISO 14.000, ela necessariamente avançaria além das restrições legais que existem para a região que aquela empresa está atuando.

Hoje em Brasília, eu não sei se a CAESB teve a oportunidade de se colocar, é uma das primeiras empresas que já começou o seu processo de certificação de ISO 14.000, lançando as suas políticas. Que nós iremos cobrar em cima dessa política pelo que já está por aí, já foi colocada à público. Enquanto isso não acontece, nós temos trabalhado com instrumentos de avaliação de impactos ambientais para as empresas de maiores portes. Nós ainda nos utilizamos de lembrar um pouco a palestra que a Bahia Sul deu que foi o primeiro passo, foi o estudo de impacto ambiental.

Nas grandes empresas de Brasília hoje, quase todas antigas, e as que estão se instalando, já temos seu estudo de impacto ambiental. A gente poderia citar a própria CAESB em si, o polo cimenteiro, que essa semana já opera em Brasília há mais de 35 anos, entregando o seu estudo de impacto ambiental.

E outras empresas de menor porte em outras atividades, nós temos nos valido de instrumento intermediário como um plano de controle ambiental. O plano de controle ambiental ele procura direcionar as atividades para os seus temas básicos, por exemplo, as questões de resíduos sólidos. A primeira coisa que a gente pede num plano de controle ambiental é uma faxina, uma limpeza, que a empresa tenha um visual, um impacto de ver que é uma empresa organizada, uma empresa limpa. Aí vem a administração de emissão de gases, se nessa empresa quais seriam as normas, de quanto em quanto tempo ele estaria avaliando as emissões de gases; águas pluviais; o próprio consumo; e economia de água utilizada por aquela atividade.

Mas Brasília tem um perfil bastante diferente dos outros Estados. Brasília, fundamentalmente, a atividade industrial ainda é pequena, produzida por pequenos empresários. E, basicamente, os maiores impactos que a gente tem sentido na cidade é o crescimento urbano, é a questão de habitação e nós temos o Instituto de Ecologia. Ele não tem medido esforços no sentido da regularização de condomínios privados, de particulares e quando a gente começa a ter contato com essas atividades, a gente percebe que o próprio público não conhece o que as suas ações têm alterado o meio ambiente. Através de um trabalho que a Secretaria tem desenvolvido, que são os

cursos de Agentes Ambientais, é que a gente tem conscientizado a população para os seus problemas.

Basicamente eu tentei dar uma visão bastante rápida, o que é que é o trabalho do Instituto de Ecologia e mais especificamente da Diretoria de Licenciamento e Fiscalização dentro dessa ótica de melhoria constante de qualidade do meio ambiente.

Espero que tenha conseguido transmitir rapidamente o que é o nosso trabalho.

DEBATE ABERTO AOS OUVINTES

José Flávio-FIEMG/SENAI

Eu gostaria só de fazer alguns comentários relacionados ao que foi dito, principalmente a questão de credibilidade, acrescentar alguns itens, e como eu estou aqui, representando um organismo de classe, principalmente falando para a pequena micro empresa. Primeiro eu gostaria de falar o seguinte, estão falando de ISO, ISO 14.000, mas eu acho que o mais importante ainda para a micro e pequena empresa, relacionada a tudo isso, é começar a trabalhar a questão ambiental.

Então, ter um sistema ambiental, melhor ainda, ter uma ISO 14.000, melhor ainda, mas primeiro, tem que trabalhar a questão ambiental devagar. Então, a sugestão é que façam as coisas passo a passo. Vamos diretamente visualizar um Sistema de Gestão Ambiental ISO 14.000 para certificação? Não façam isso, façam primeiro a base para isso, façam educação ambiental, façam uma análise e um trabalho em cima do que é impacto e do que é aspecto ambiental! Então, quer dizer, o que realmente e como você está poluindo? Para depois realmente você começar a pensar numa coisa mais elevada, isso é a minha sugestão ao nível de pequena e micro empresa.

Outra coisa é a questão de credibilidade. Aí eu cito até um caso, o meu caso especificamente com relação aos auditores. Eu acho que se há uma sugestão ao nível de SEMATEC de formação de auditores, eu acho também que deve existir uma extensão nessa formação de auditores em que eles vão ao campo dentro desse treinamento fazer auditoria. Porque um dos pré requisitos para que se seja um auditor, digamos, que tenha a certificação como auditor - não sei se essa seria a parte, um credenciamento como auditor - ele precisa ter experiência em auditoria.

E agora eu pergunto o seguinte: uma pessoa que trabalha na área ambiental e tem interesse em se tornar auditor, não adianta ele ter 10 anos mexendo com meio ambiente, não adiante ele ter cursos de meio ambiente, não adiante ele fazer os cursos do INMETRO ou da ABNT, de quem for,

porque ele não vai fazer auditoria. Hoje a questão da auditoria está nas mãos das grandes empresas, principalmente das empresas internacionais, eu estou falando ao nível de certificação e até, às vezes, de fazer auditoria interna. Grandes empresas têm condições de formar auditores internos, agora eu falo das pequenas empresas, eu pergunto o seguinte: como é que uma pequena empresa vai contratar uma grande empresa, primeiro para fazer auditoria interna e depois para fazer auditoria de certificação? Então, às vezes, a formação de auditores que não estariam ligados a essas grandes empresas, que é um *lobby* imenso. Eu, particularmente, tive uma formação grande nisso, tive experiência fora do país acompanhando o sistema de auditoria e no Brasil eu tive uma dificuldade imensa de fazer auditoria, não deixaram. Isso é uma sugestão, é só um alerta, eu estou falando sobre pequenas empresas.

A outra questão de credibilidade que eu enxergo é a questão de normalmente as empresas, aconteceu isso muito na ISO 9.000, é a questão do *marketing*. Um homem vai, ele se certifica na ISO 9.000, 9.002, série 9.000 e depois nunca mais ele dá manutenção, isso está na mídia aí durante anos e anos. A informação que eu tenho é que o INMETRO vai tomar cuidado em relação a este tipo de coisa, em relação ao ISO 14.000, mas eu acho que deve se ter atenção. Eu, que sou do setor produtivo, hoje nós estamos mais produtivos, estamos tentando cobrar este tipo de coisa. Quer dizer, as empresas que não são, não estarão na mídia; coisas inidôneas não são empresas que a representação industrial com a FIEMG está apoiando.

E a outra coisa é o seguinte: aconteceu em alguns casos na 9.000 e deve se tomar cuidado muito na 14.000. É que empresas de consultoria, elas são diretamente ligadas a empresas de certificação; isso é uma coisa muito perigosa, que começa a não dar credibilidade ao sistema. Nosso colega aqui falou sobre a questão de credibilidade da ISO 9.000. Eu fiz alguns cursos ingleses e eles questionaram hoje, eles, os criadores, os criadores não tiveram uma base da ISO 9.000. Questionando a ISO 9.000 na Inglaterra, não estão questionando no resto do mundo não, mas na Inglaterra, por causa do que eles chamam de prostituição?

Empresas de consultoria estão diretamente ligadas à empresas de certificação; então, as empresas de certificação tem interesse em certificar uma empresa que tenha auditoria de uma empresa coligada. Eu acho que isso deve ser tomado cuidado, e eu acho que nós é que somos pessoas que fazemos meio ambiente, temos que tentar exigir que isso não aconteça também, exigir dos próprios organismos que estão fiscalizando esses todos sistemas.

Agnaldo José—Bahia Sul Celulose S.A.

Eu queria concordar plenamente com o Reinaldo (IBAMA) e com Walfrido (IEL), e discordar do José Flávio (FIEMG) em alguns pontos que foram colocados.

Primeiro, gostei da definição de compromisso, do cumprimento legal que é verdadeiramente isso daí, porque ocorreu conosco, nós temos um problema em termos legais com o Espírito Santo, nós temos uma pequena área de plantio no Espírito Santo e uma grande área na Bahia. Então, para Bahia nós tínhamos o RIMA, tudo bem feito e no Espírito Santo, como é uma área pequena, realmente nós desprezamos. A palavra certa é essa, desprezamos a parte legal do Espírito Santo e o auditor viu, no dia da certificação, nos cobrou essa parte legal. Mas não, não temos por que a legislação falava que a própria Secretaria do Meio Ambiente do Espírito Santo ia nos solicitar o cumprimento. Daí, nós nunca fomos solicitados quanto a isso. Falamos como auditor, e o auditor falava assim: vocês têm que ser proativos, vocês têm que mandar uma carta para eles solicitarem isso para vocês!

Naquela época achávamos isso um absurdo, mas hoje é comum, se tem um problema legal e nós não estamos sendo cobrados pelo próprio IBAMA, nós temos que mandar uma carta para o IBAMA pedindo que ele nos verifique ou solicite alguma coisa para nós. Então, é o compromisso do cumprimento legal, então isso tem que ser feito. Outra coisa do Walfrido que ele falou da experiência da consultoria, também concordo plenamente, e hoje nós temos experiência do seguinte: é muito interessante ser consultor ambiental, hoje nós temos ideia de que o custo disso é de 600 a mil dólares à diária.

Então, é interessante para qualquer um, tem gente ganhando mais do que isso, mas hoje, o custo é de 600 a 1.000 dólares por dia de uma consultoria, o [...] está por volta de 900, 900 e pouco; talvez numa empresa nova seja mais caro do que isso. E também tem outra coisa, uns consultores têm um certo interesse de aumentar o seu sistema porque quanto mais tempo ele ficar em cima - é que eu falei dos procedimentos, nós gastamos um ano em procedimentos que não precisaria talvez gastar dois meses. Então, é interessante que se crie muita coisa para o consultor.

Aí que eu falo que tem que conhecer muito bem a norma antes mesmo de entrar no sistema, talvez um curso de auditoria, mesmo sendo de nível nacional, mesmo que seja básico, seria importante, porque nós fizemos um curso agora de auditoria, com um consultor que já é confiável - depois de seleção de vários consultores, tiramos alguns que são confiáveis - ele deu um curso

onde o pessoal que está acabando de entrar na empresa foi treinado em auditoria interna. Já vieram querendo reduzir o sistema à metade – “fora isso, está muito inchado, vamos reduzir” - então essa já é uma consciência nova.

Não existe este tipo de coisa na norma, então, precisa conhecer muito bem a norma antes de implantar. Então, o curso de auditoria é importante antes de se montar o sistema e eu não concordo com José Flávio, da empresa consultora e empresa certificadora, nós tivemos a experiência - olha, eu não sei se é teatro, mas o negócio é como se fossem inimigos cruéis. No começo, nós achamos até que era teatro a empresa de consultoria com a empresa certificadora, porque uma falava assim: “olha, isso não é não conformidade”. O auditor fala isso, é não conformidade, é lógico que vale é o auditor, o consultor realmente perde, mas o consultor brigava com o próprio auditor, dizendo que isso não é possível, não pode ser feito, não pode ser dado, como se fossem adversários, eu não vi até agora nenhum sintoma, que nós tivemos [...] consultoria e dever [...] como certificadora. Foi completamente oposto, pelo menos na nossa experiência.

Eu acho até que ao nível internacional e nacional a coisa não tem que ser honesta, tem que parecer honesta e só. Esse detalhe, não estou falando que vocês estão certos ou que estão errados, eu acho que se deve tomar cuidado com isso, porque o que aconteceu, principalmente as informações que eu tenho, principalmente na Inglaterra, é que o sistema se prostituiu a partir desse momento. E hoje, na Inglaterra, são tantas empresas certificadas de ISO 9.000, se você somar o mundo inteiro não dá o que é certificado na Inglaterra. Então, a única colocação que eu quis dizer é o seguinte: ser honesto ou não, eu não julgo, mas o sistema tem que ser honesto, parecer honesto. É só essa colocação e eu acho que a gente deve exigir esse tipo de coisa.

Cerimonial:

Pergunta de ouvinte: Eu queria saber a opinião sobre a nossa lei de auditoria ambiental, o Distrito Federal tem uma lei, a gente ainda não regulamentou e eu queria saber a opinião do próprio companheiro do IBAMA.

Reinaldo-IBAMA

Obrigado por você ter feito essa pergunta. Eu tenho uma opinião muito particular. Não é oposição ao IBAMA, é posição institucional do IBAMA. E quem quiser identifique o limite que deva ter auditoria ambiental compulsória - são duas coisas – da auditoria ambiental voluntária da ISO 14.000. Essa do Distrito Federal que é compulsória.

O Distrito Federal realmente foi o primeiro Estado da Federação que instituiu a lei de auditoria ambiental. Foi em 1990, uma porcaria de lei, alguém ouviu falar em auditoria ambiental e fizeram uma lei de decisão maior, ela fala de auditar um sistema cerrado. Graças a Deus, ela foi revogada e essa última - não sei se é terceira ou segunda - realmente essa é de mais competência. Então, a posição institucional do IBAMA é que é realmente a favor da lei de auditoria ambiental; eu, particularmente sou contra, por que eu sou contra?

O conteúdo dessas legislações não é só do Distrito Federal, é do Estado do Rio de Janeiro, do Estado do Espírito Santo, Município de Vitória, Minas Gerais, têm um projeto de lei, todas essas legislações tratam de auditoria ambiental em seu conteúdo, nada mais é do que obrigação, função, competência dos órgãos ambientais. Se você tirar o nome de auditoria e botar fiscalização, fica a mesma coisa, é competência do órgão de meio ambiente, é do IBAMA, é da SEMATEC, IEMA, FEAM - em Minas Gerais. Então, das duas, uma, ou a gente modifica a nossa forma de atuação, nossa área compulsória dos órgãos de meio ambiente, ou modificamos e nos transformamos à elas. É um grande detalhe também para vocês pensarem, vocês, da SEMATEC e IEMA, nos transformamos em auditores ambientais, e aí sim, implementamos de acordo, mudamos o nosso sistema de licenciamento, ou nós aceitamos isso aí, ou recusamos essa lei. Essa é a verdade, então ela nada mais é do que as nossas habilidades de fiscalização, se você exigir programa de controle, você exigir programa de redução com objetivos ambientais.

Só tem um detalhe grande, detalhe que a gente não exige no nosso sistema de licenciamento e é contra as legislações que estão aqui em vigor. Falo em sistema de gestão - não sistema de licenciamento, nesse formal, compulsório, nunca - não existe nenhuma lei que fala em sistema de gestão, elemento do sistema de gestão. As normas que existem na 14.000, uma norma voluntária, eu tenho feito essa sugestão, que os órgãos SINAMA, do Sistema Nacional de Meio Ambiente comecem a modificar, implementar nos seus procedimentos do sistema de licenciamento, elemento do sistema de gestão de hoje em dia.

O que que a gente faz: a gente exige que não tenha mais do que [...] no lançamento disso, não tenha mais [...], isso aí são padrões de emissão, não são nem padrões de qualidade, qualidade da água, qualidade do ar, isso é outra coisa. Nós, no licenciamento, exigimos de um lançamento, sem exigir garantir para aquele padrão de lançamento, exigir que ele tenha uma tecnologia adequada, sem exigir que ele tenha treinamento de funcionários, conscientização ambiental. São

todos os elementos da 14.001, nós começamos a falar dentro de uma lei de auditoria, em sistema de gestão, sem nunca ter falado com uma indústria, sistema de gestão, é uma crítica a nós mesmos. Então, isso é que modifica, mas o resto dessas leis de auditorias não é só do Distrito Federal, é tudo o que é de competência do órgão, do meio ambiente. Isso surgiu daquele projeto de lei do [...] 1992. Ele deve ter copiado da BS [...] inglesa auditoria ambiental, mas não sei, eu acho que sim, porque o texto era [...].

Então, a minha concepção é essa, eu acho que é interessante ter, agora, tem que se explicar qual é a função, a nova função do órgão do meio ambiente, não podemos continuar atuando dessa forma, compulsoriamente e termos isso daí.

Eu vou dar, só para encerrar, para não ficar muito longo, o que que está acontecendo no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, que já tem a lei, já está regulamentada, normalizada, tudo, e [...] orientamos as auditorias, e já foram feitas as auditorias; no Rio de Janeiro já foram feitas, Umas, feitas, auditoria ambiental compulsória que faz de ano em ano, que fizeram lá. A lei não exige a qualificação do auditor, basta que ele tenha carteira do [...] um absurdo, mas a carteira do conselho, então é um auditor. Então, pessoal, contratou e montou uma equipe até de próprios engenheiros de umas, fizeram auditoria ambiental aos modos que foi pedido na lei, fizeram lá um relatório, encaminharam para FEEMA, adivinha onde está esse relatório? Está guardado num canto lá, que não tem condições de analisar aquilo.

Agora eu não sei se é competência técnica ou pela própria rotina aqui dos órgãos de meio ambiente, é muito grande [...]. Então, o que que está acontecendo, que que vai acontecer, até que o Walfrido (IEL) colocou aqui, a questão da [...] é uma pirâmide, vai aumentando, em ano em ano vai começar a produzir esses relatórios, o órgão simplesmente vai ficar responsável por qualquer problema apontado nesses relatórios, qualquer problema ambiental. Se acontecer um acidente, qualquer coisa, o órgão ambiental tomou conhecimento porque o relatório estava dentro, isso é uma questão de responsabilidade civil e administrativa e não tem condição de dar resposta àquilo ali. Ou seja, tem mais um agravante, esses relatórios feitos por instituições ou empresas: qual é a credibilidade dessas instituições para gerar esse sistema [...] que não foi exigido uma qualificação desses auditores?

Então, tem uma série de coisas, se for realmente regulamentar, tem que pensar nisso, em sistema de gestão, vamos pensar no nosso sistema de licenciamento para colocar elementos dentro

da instituição, pensar principalmente na qualificação dessas organizações, nesses auditores que serão pagos num credenciamento, junto IEMA e SEMATEC. Então, chamar atenção nisso - eu, particularmente, tenho essa visão -, uma coisa vocês poderiam pensar, começar a discutir essa questão de transformar técnico do órgão do meio ambiente em auditor ambiental.

Pensar a Bahia é um outro país; a Bahia, ela já está bem avançada em alguma coisa, ela tem seu auto licenciamento, está implantando lá. A CNA implantou alguma coisa parecida com órgão de licenciamento, uma equipe de São Paulo, lá o [...] Secretaria do Verde implantou, terceirizou o licenciamento do Município, terceirizou, não é nem a CETEC que está licenciando o Município de São Paulo, é a Secretaria do Verde. Terceirizou porque não tem técnica, então, isso aí são algumas regras que a gente têm que começar a pensar, no lado compulsório, que eu poderia ficar falando aqui, defendendo.

Eu gostaria só de fazer um comentário, eu concordo plenamente com ele, também, é uma opinião particular, agora volto a dizer, como meu amigo do SEBRAE ali, eu estou defendendo a pequena e micro empresa, é uma coisa para se pensar, se você legisla mais uma coisa.

José Flávio-FIEMG

Minas não dá conta nem da área metropolitana de Belo Horizonte quanto mais do Estado de Minas Gerais. Quer dizer, mais uma lei de auditoria ambiental que a princípio surgiu com a normalização, como uma coisa assim, espontânea, se tornar obrigatória, eu te pergunto: alguém vai seguir isso? A maior parte vai cumprir isso, ou mais uma vez no Brasil vai existir uma lei que ninguém cumpre? Só uma questão para se pensar. Obrigado.

Cerimonial

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA - ISO 14000 do DF- IEMA/GDF

Vou passar para o Reinaldo fazer um comentário. Já temos um colega querendo fazer uma pergunta; eu também quero fazer um comentário porque a SEMATEC está sendo citada.

Reinaldo - IBAMA

Eu gostaria de fazer dois comentários, um é informativo, outro provocativo.

O informativo é sobre o assunto cursos de auditoria, muita gente tem se manifestado assim, com interesse [...] e tal. Eu tenho essa norma, o INMETRO tem. Essa norma está em vigor, eu só

aconselharia vocês a não fazerem ou tomarem cuidado quando fizerem um curso, não é de formação, é um curso de treinamento de auditor ambiental, porque no sistema brasileiro ele vai ter que estar credenciado, e não existe ainda nenhum curso credenciado. Credenciado do INMETRO não tem nenhum, tem alguns que estão se candidatando, tipo da MCG, da GSP, que estão tentando se credenciar. Tem alguns organismos internacionais que vêm dar curso aqui que o INMETRO vai reconhecer, esse curso vai reconhecer, vai aceitar esse certificado para efeito de registro lá [...]. Então, isso daí eu só chamo a atenção de vocês porque começaram a proliferar um monte de cursinhos aí, ISO 14.000, de formação de auditor não sei quê, não necessariamente será aceito no sistema brasileiro.

E o segundo comentário é sobre micro, pequenas e médias empresas. Eu fui convidado a participar de um trabalho que o SEBRAE nacional, juntamente com o SEBRAE do Distrito Federal fez, em termos de Sistema de Gestão Ambiental pela 14.001. Mas, na verdade, foi uma avaliação política ambiental preliminar que nós fizemos em 20 empresas. Eu acho que o Dr. Newton, do SEBRAE, colocou esse trabalho aqui. O comentário que eu tenho a fazer é o seguinte: é que o José Flávio (FIEMG) colocou micro, pequena e média empresa, 90% delas [...] não têm a mínima consciência ambiental, não sabem nem se estão poluindo, não sabem nem o que é poluição, essa é uma verdade, nós não temos, nós, na área compulsória, e licenciamento, não temos. Sabemos disso e reconhecemos, não temos condições de chegar em todas essas empresas.

Nós aplicamos a lei EMBRAPA. Pegamos as grandes empresas a pontuar uma denúncia e acho que o papel da federação das instituições SENAI e tal é realmente no sentido de colaborar com as instituições públicas nesses grandes programas que vocês deverão incrementar; não precisa ter um programa de licenciamento, não precisa estar licenciando, mas precisa ter um. Não é que não precisa ter, se estiver fora do sistema de licenciamento está fora porque alguns Estados têm porte; então, não precisa licenciar, a responsabilidade aí, mas que oriente para um licenciamento, não precisa ter um Sistema de Gestão Ambiental ISO 14.000 certificado, mas que oriente para um sistema de gestão ambiental, não precisa estar lá, certificando.

Então, eu lanço aí esta proposta e que essas organizações ligadas ao setor, às indústrias que promovam essas coisas, é importantíssimo. Nós não temos o Estado, o Estado como união não tem condições de checar todo mundo, nós não checamos nem os principais. Nós temos uma série de cuidados, então, é fácil pegar e criticar “tá poluindo, o órgão ambiental é incompetente”, não é

bem assim. Nós sabemos também que nós temos as deficiências, nós temos algumas coisas até absurdas de alguns órgãos que são muito duras e afastam empresários e eu acho que tem que chamar - nós não somos perfeitos, não - eu acho que tem que chamar os empresários e negociar essa licença, os prazos.

E para fechar, eu lanço isso daí, que essas organizações SENAI dentro do sistema CNI, as federações de indústrias, que estão próximas, que tem acesso mais direto, o SEBRAE tem acesso mais direto, essa capilaridade aí ao nível de interior de Estado, que comecem esse trabalho. O SEBRAE-DF está fazendo um bom trabalho.

Cerimonial

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

Tem um companheiro querendo fazer uma pergunta. Logo depois dele, se tiverem outras pessoas querendo perguntar, a gente faz uma rodada, então encerrando o seminário.

Pergunta de ouvinte:

Boa tarde à mesa, boa tarde ao plenário, a minha pergunta é em cima do nosso Reinaldo.

Reinaldo, amigo do IBAMA, companheiro de luta, eu sou do Pará, como falei de manhã, represento seguimento agropecuário no Estado com 82 cooperativas e 56 associações pela nossa entidade e minha pergunta é em cima de duas questões, o senhor conhece o Pará?

Reinaldo-IBAMA

Não, Pará, não.

Ouvinte:

Porque o IBAMA, no Pará, é diferente das colocações que o senhor está colocando aqui para nós.

Eu queria saber exatamente o que se faz com os recursos que o IBAMA pega como captação das madeiras do nosso Estado e também de que forma o IBAMA quer educar esse povo para não desmatar a nossa floresta?

Outra, a poluição, sobre as madeiras, que hoje extraem a madeira queimando o resíduo da madeira e fazendo aquela poluição de fumaça e carvão e jogando no rio, tudo aquilo, quando a

enxurrada vem, cai no rio, e eu não vejo nenhuma providência tomada sobre isso, apesar que meu conhecimento ainda é pouco no IBAMA.

Então, a minha pergunta é: há condições de ter cursos de capacitação dessas pessoas lá na floresta, no meio da área desmatada? Agora, nesse verão, não sei se vocês viram a reportagem, todo o Estado do Pará quase estava pegando fogo, a reserva que a gente deixou como reserva, o vizinho bota fogo na roça dele e pega naquela reserva, que ficou e destrói tudo e nós temos que arcar com as consequências.

Por isso, a nossa cooperativa está credenciada na [...] nós temos uma licença de instalação ambiental, nós temos um projeto de controle ambiental, mas, quer dizer, nós não temos o apoio nenhum do IBAMA. Tudo isso exigiram da nossa Cooperativa, de um grupo pequeno de 12 pessoas que trabalham para adquirir o pão roçando um alqueire dos alqueires de roça. E aí, houve essa demanda imensa, lá foi um inferno na vida de todo mundo e não houve nada da parte do IBAMA, para dizer assim: “olha, vou dar um curso para vocês para educar vocês que não devem desmatar, que não devem poluir o rio”. A gente só vê no jornal - quando passa no jornal, às vezes, “olha, não faz isso, não faz aquilo” - mais a forma do negócio, quer dizer, não existe isso, não existe um grupo interessado em ir lá no campo, dar um treinamento para as pessoas. Eu achei importante o convite, agradeço mais uma vez ao SEBRAE que me convidou e eu estava no Banco do Brasil ontem e a pessoa me convidou para participar desse treinamento; eu estou aqui há 10 dias em Brasília, mas isso foi muito importante para mim porque eu aprendi coisas que nunca poderia existir no Brasil.

Sinceramente, eu estou muito surpreso com o que estou vendo aqui, preocupação com o pessoal da Bahia, pessoal do Rio, aqui de Brasília, os senhores dando algumas informações, mas me bate na tecla uma coisa amarrada num problema pequeno, mas sério. O IBAMA eu não quero criticar, eu quero exatamente colocar pontos que ficará com administrador aqui de Brasília, que é o coração do Brasil, e pode dar aqui algumas informações para nós.

O IBAMA para mim foi o assassino de toda a comunidade, bem dizendo, o Rio Tocantins, no caso da Barragem, porque ele tomava espingarda, a rede, a malhadeira, a lanterna, o facão e o motosserra e botava o peão na cadeia. E aí, os políticos iam lá e tiravam o homem, ele ia lá no armazém e comprava todo o [...] porque o colono não tem dinheiro, mas tem um creditozinho e aí vinha novamente, pegava o pirarucu, capivara, macaco, anta, veado e outros. Quer dizer, se tivesse pegado 100 quilos ia matar 300 para repor aquela despesa exatamente que tinha perdido e os dias

que passou na cadeia e nada aconteceu; como isso, continua com madeireiro, com pescadores, com os caçadores, entendeu da nossa floresta?

E eu queria uma informação de que forma a gente podia chegar ao IBAMA com um projeto de apoio a essas comunidades, assim está outro problema mais sério e o sistema da nascente d'água. Eu vejo sempre dar no Jornal Nacional, “não desmata a nascente do rio”, não sei que é tal, mas como é que não vai desmatar se o homem já desmatou muito tempo, não está tendo nem como reflorestar a roça dele, vai reflorestar a margem do rio? Obrigado.

Reinaldo-IBAMA

É, todo evento que eu participo, o pessoal sempre dá uma bordunada no meio da aula e, às vezes, eu fico sem graça porque eu não tenho resposta para dar. O IBAMA é parceiro de muitas críticas, hoje em dia, aceita e tenta resolver ao menos o que está em nossos alcances.

E eu, honestamente, eu sou de uma área de controle de poluição, quando o IBAMA se formou em 1989. Os senhores sabem, é a junção de quatro órgãos, eu vinha da ex-SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente que é [...] informativo e tem uma pequena ação executiva ao nível de licenciamento; essa parte toda de fauna e flora veio acompanhada do extinto IBDF; mais a SUDEPE; e na parte de extrativismo a SUDEB da borracha.

E eu sou uma pessoa técnico na área urbana, não conheço o mato. Não por isso, você perguntou “você vai ao Pará?”, não, eu não conheço, fui uma vez a Belém muito tempo já, mas eu não conheço.

Então, às vezes, eu fico constrangido de participar desses eventos onde as pessoas fazem o questionamento sério sobre a parte de flora do IBAMA, essa parte realmente não é da minha área, mas eu posso, dentro das várias colocações que você fez, tem várias perguntas que você fez aí, vários questionamentos. Essas partes de recursos que você colocou o que o IBAMA faz com recursos eu não acompanho essa parte mais.

O que nós estamos fazendo quanto das atuações das operações de fiscalização do IBAMA, o IBAMA vai lá e multa e a pessoa entra com recurso; passa dois, três, anos, às vezes, nem paga, às vezes, não, a maioria das vezes não paga. Quando paga, entra no IBAMA, não tem um caixa lá: “olha isso aqui é para fiscalização de fauna e de flora”. Entra no caixa único do IBAMA, na parte

de arrecadação do IBAMA e aí dentro das prioridades do IBAMA, aí gasta esse dinheiro; mas quando recebe, nunca, essa é a verdade.

Mas isso aí não é uma resposta, é um comentário que eu faço sobre a arrecadação do IBAMA, não tem jeito de saber exatamente o que o IBAMA faz com todo o dinheiro. Mas eu coloco, algumas das reclamações, que é difícil conhecer todo o IBAMA, eu mesmo não conheço todo o IBAMA. O IBAMA tem 132 atividades, assim, com competências legais, não é que ele inventou quando juntou os órgãos, fizeram a relação com 132 competências legais.

É difícil, eu falo para vocês, o IBAMA hoje tem 6.500 funcionários dependendo de onde você vem, de que órgão, de que atividade você fala isso, é coisa demais. Mas o IBAMA está fazendo junto à administração federal um concurso público para mais 6.500 funcionários, e que não vai dar para você fiscalizar todo o Brasil do jeito que deve ser sustentado. Não tem número de funcionários, não tem estrutura para se fazer uma coisa dessa, então, há uma incompetência muito grande de estrutura gerencial.

Também deve existir isso ao nível de IBAMA, você colocou executando, é o órgão estadual, é o órgão de meio ambiente do Pará que deve fiscalizar, na verdade, por exemplo, as madeiras, as serrarias, entende? O IBAMA aprova o plano de manejo, fiscaliza as estradas e tal, para federal.

Então, tem uma série de coisas que a gente poderia começar a discutir para te orientar, eu não tenho base sólida para chegar e falar assim: “é isso, é isso, é isso”. O caso de orientação, o IBAMA sempre teve aberto a recebimento desses projetos, o IBAMA tem uma diretoria de pesquisa e divulgação que cuida da parte de devolução, que cuida parte de educação ambiental – entendeu? - que todo ano prepara os projetos para o ano seguinte.

Então eu acho que é muito interessante você ter, eu posso até conduzir ao IBAMA às pessoas que você deveria conversar, para apresentar isso, nós temos duas diretorias que vão atender perfeitamente que é o caso da diretoria de recursos naturais renováveis, que mexe com a parte de pesca de peixe e florestas e a diretoria de pesquisa e divulgação, que mexe com a parte de encomenda, cursos a treinamento e a educação ambiental e isso que eu poderia fazer para você nesse momento.

Cerimonial

Muito bem, tem mais alguma pergunta? Pois não, pode se dirigir ao microfone. Estamos preparando aqui o fechamento então desse Seminário.

Ouvinte

Eu queria deixar aqui um pequeno esclarecimento de uma questão que teve de manhã O companheiro nosso colocou inclusive uma proposta de aproveitar as CIPAs existente hoje para acumular com a função da CIQA. Eu queria só esclarecer que ela sugeria ao decreto que trata da CIQA porque ela não se estende as empresas privadas, elas estão ligadas aos órgãos do Distrito Federal, do Governo do Distrito Federal que são seguidos pela lei 8.112 da qual não obriga a instalação de CIPA, era só isso o esclarecimento.

ENCERRAMENTO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama-Coordenador do PQA – ISO 14000- IEMA-GDF

Gostaria de convidar o Diretor Geral do IEMA, Antônio Ramaiana, para compor a mesa e eu, como Coordenador do Programa e como Chefe de Gabinete do IEMA, também gostaria de falar algumas palavras finais antes de passar para o Ramaiana fazer o fechamento.

Em primeiro lugar, agradecer a participação de todos, em especial das pessoas que fizeram inscrição e ficaram aqui dois dias com a gente discutindo. Eu acho que foram dois dias bastantes ricos em conteúdo, mas eu acho que certamente um pouco cansativo. Eu acho que a gente - fazendo uma autocrítica enquanto organização - teve muito tema e muito debate para muito pouco tempo. Talvez até pela riqueza, pela curiosidade que desperta a questão da ISO 14.000, sempre que a gente coloca isso em discussão.

Gostaria de agradecer a todos os debatedores, a todos os conferencistas que vieram de fora, e os que são daqui de Brasília. Eu acho que a gente conseguiu reunir nesse Seminário as universidades; conseguimos reunir os órgãos de meio ambiente, local e federal; conseguimos reunir seguimentos representativos do empresariado ao nível distrital; e também a experiência de Belo Horizonte, trabalho da FIEMG. Eu acho que as experiências das empresas que já tem a ISO 14.001 instalada; os consultores que vieram também do Rio de Janeiro, de outros lugares; eu acho que a gente conseguiu fazer o que a gente queria, que era exatamente colocar o Programa de Qualidade

Ambiental do Distrito Federal em discussão, um Programa que está institucionalizado por decreto - está na pastinha que os senhores receberam.

Eu gostaria que depois os senhores o lessem com cuidado, eu gostaria inclusive, Reinaldo, especial atenção sua nesse decreto, que está nessa pasta. Eu queria sugestões dos membros da mesa porque a ideia desse Seminário era exatamente discutir os projetos que constituem o nosso Programa, que são basicamente três projetos.

O primeiro é o projeto da Comissão Interna de Qualidade Ambiental, que o companheiro agora fez referência. Ou seja, nós vamos propor a regulamentação das CIQAs só agora, depois desse Seminário; então, quem tiver alguma contribuição a fazer com relação a regulamentação das Comissões Internas de Qualidade Ambiental, que estão previstas para serem constituídas em todo complexo administrativo do GDF - e a gente já tem proposta de parceria para a lei decreto e começar o trabalho diretamente ao nível da sociedade, seja em locais de trabalho. Então, quem tiver algumas sugestões, por favor, mande-nos, porque uma das prioridades nossas vai ser fazer essa regulamentação institucional.

Para o projeto CIQA saíram várias parcerias no Seminário. Os superintendentes dos [...], hoje, estiveram aqui; o Oscar já colocou os ICT de portas abertas para a gente entrar e discutir a proposta da questão interna de qualidade ambiental, a lei da CIQA. A gente já a tem na SEMATEC, no IEMA, está em constituição também no Jardim Zoológico e no Jardim Botânico. Ao pessoal do SLU, que está aqui, eu gostaria de informar que a gente encaminhou oficialmente, ao Diretor Geral do SLU, um Termo de Cooperação Técnica a ser assinado entre o SLU e o IEMA para acompanhar o processo de implementação do sistema de gestão do SLU, e a formação das CIQAs em cada unidade operacional de Serviço de Limpeza Urbana. A gente está aguardando com ansiedade pela resposta.

O segundo projeto, previsto no Programa, é o projeto Prêmio Qualidade Verde de Brasília que também foi discutido. Ou seja, a gente não está ousando e nem pretendemos chegar - eu acho que depois da exposição do Frederico da ABNT - a um selo verde local, não é o caso. Mas apenas a um Prêmio em que a gente incentiva os empregadores privados, públicos, a [...] projetos de educação ambiental e Sistema de Gestão Ambiental em condomínios. Inclusive é um Prêmio que vai estimular a ecoeficiência, ou seja, a incorporação da variável meio ambiente na sua gestão. Esse prêmio também a gente tem prioridade em regulamentar e publicar essa regulamentação ainda este

ano. Então, a gente espera contribuições de todo mundo, inclusive modelos de outros prêmios mais ou menos do caráter da nossa proposta e de financiamento

O terceiro projeto que está institucionalizado no Programa, e agora falando dele e respondendo um pouquinho ao que foi citado aqui nesse último debate, é o projeto de Gerenciamento Ambiental que está voltado para as empresas públicas do Distrito Federal. E eu não tenho conhecimento, Reinaldo - que é especialista em legislação, de alguma outra unidade da federação que tenha um decreto, talvez até uma lei, no nosso caso é apenas um decreto em que em termos oficiais, formais, já coloca as normas da ISO 14.000 como diretrizes.

Então, e exatamente o que está constituído aqui, e logo no capítulo 1, fala-se em incentivar a implementação voluntária de Sistema de Gestão Ambiental segundo as normas da ISO 14.000 nas empresas privadas do Distrito Federal e para as empresas públicas. Não se fala em incentivar, ter um caráter compulsório entre aspas, porque apresenta duas alternativas.

Fala-se em implantação de programa de melhoria de desempenho ambiental, isso pode ser uma opção de empresa pública pela ideia de começar devagar, começar com programa de melhoria de desempenho ambiental.

E a segunda opção é a implantação de Sistema de Gestão Ambiental, não é exatamente tratar da gestão da ISO 14.000, a certificação ISO 14.000, a gente não está, imediatamente, a curto prazo, muito preocupado em realizar um convênio com a UnB para formação de auditores ambientais.

Pelo menos a nossa posição, enquanto Programa com relação à lei de atitude ambiental existente, é exatamente devido a questão de mercado; devido a questão de capacitação; devido ao viés cartorial que se pode agendar. A gente não tem pressa dessa regulamentação, ainda que a gente realmente perceba na auditoria o instrumento extremamente eficaz em termos de apuração da qualidade ambiental. Mas a gente concorda com Reinaldo, que mais importante seria capacitar o nosso quadro técnico e para isso a gente tem preparado um convênio assim com a Universidade de Brasília, mais especificamente com o Departamento de Engenharia Civil da UnB, que trata de um curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.

Ou seja, então seria uma capacitação mais técnica ao nível de pós-graduação e direcionar principalmente para os técnicos do setor de licenciamento de fiscalização. Agora, nós estamos na pendência de recursos que estão dentro do projeto de saneamento básico, que está em negociação,

está em negociação com o BID, está aprovado pelo BID. Falta só o aval do Sr. Ministro da Fazenda para a gente ter acesso a esse recurso e aumentar nossa capacidade, a nossa qualificação, a nossa capacitação, a ideia de que o quadro técnico da SEMATEC é mais uma vez maior capacitado, né?

Eu acho, é o quadro reduzido mas é de excelente nível técnico, eu quero afirmar isso, mas eu acho que pode haver sempre uma valoração de capacitação, afirmação. Ela possa não simplesmente cobrar, exigir, punir, enfim, fazer valer a legislação mas atuar numa postura proativa ao nível dos empreendimentos. Dar o diagnóstico da doença, mas indicar também qual é o remédio. Ou seja, não é simplesmente chegar lá no local para “não poder fazer isso”; você vai embora e dá as costas para o pequeno proprietário, para o pequeno comerciante. Enfim, você uma vez capacitado e dentro dessa concepção que as normas ISO trazem para você, pode através de um trabalho de orientação indicar tecnologias alternativas, procedimentos alternativos, ou seja, tentar resolver, ajudar o empreendedor a resolver seus problemas. Normalmente não são problemas muito difíceis, então, é nessa linha que a gente está trabalhando.

Eu gostaria então, antes de passar a palavra para o Diretor Geral do IEMA fazer o fechamento, afirmar que eu considero que o objetivo do Seminário foi cumprido, que era exatamente abrir a discussão em cima das nossas propostas. Ou seja, convidar a toda sociedade a participar, a se manifestar com relação aos nossos projetos, agora.

Para o ano que vem, uma das nossas prioridades é a realização de um outro *workshopping* para a gente fazer a discussão da legislação ambiental aplicada no Distrito Federal. E até lá a gente já deve ter concluído uma revisão dos nossos procedimentos ao nível da Diretoria de Licenciamento e Fiscalização, ou seja, o Diretor, o Antônio Nobre, eu, a gente já começou um estudo; já estamos, já temos um analista de sistema trabalhando um programa onde vai ser informatizado todo andamento de processos na Diretoria de Licenciamento e Fiscalização.

E a profundidade desses estudos deve levar a identificação de outros mecanismos de agilização dos procedimentos internos, ou seja, eu acho que isso é uma realidade de órgão ambiental, a continuidade. A demanda existente com relação ao licenciamento é muito grande e a gente realmente tem problemas com relação a isso, mas esses problemas não são apenas internos, não são apenas de números de funcionários, são também problemas de legislação e no ano que vem a gente pretende fazer uma grande discussão.

Eu particularmente tenho interesse, Reinaldo, que vocês nos passem a experiência de outros Estados. Eu achei muito interessante a experiência que você citou da Bahia e também a de São Paulo, eu acho que a gente tem que ter um leque de opções para poder trabalhar com mais agilidade e dar respostas à sociedade.

Muito obrigado. Eu passo a palavra para o Diretor Geral do IEMA, Antônio Ramaiana, fazer o encerramento.

Antônio Ramaiana-Diretor Geral do IEMA/GDF

Bom, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a mesa, uma boa tarde a todos.

As palavras que foram ditas, finalmente, pelo Hélio Gama, deixaram-me assim tranquilizado, no sentido de que a gente pode perceber que efetivamente a gente pôde obter um sucesso com a realização desse Seminário.

Eu acho que foi o primeiro passo realmente firme no sentido de que a gente possa começar a introduzir aqui no Distrito Federal, de forma já efetiva, alguns instrumentos no sentido de começarmos a criar o estabelecimento da qualidade ambiental no Distrito Federal. A gente tem um entendimento que a qualidade ambiental faz parte de uma política ambiental mais ampla, política, da Secretaria, aonde a qualidade de vida tem sido a nossa especial atenção, todos nossos programas de qualidade ambiental.

ISO 14.000 é mais um dos programas que nós desenvolvemos aqui na Secretaria. Nós, inclusive, quando iniciamos nosso trabalho aqui na Secretaria, efetivamente conseguimos implantar um sistema de gerenciamento interno que estava voltado exatamente para o gerenciamento por projetos. Nós tínhamos aqui uma estrutura relativamente concretizada de setores, departamentos, o que gerava uma grande necessidade quando a gente precisava de agilidade no sentido de execução de projeto dessa natureza. Eu acho que a primeira grande mudança, a primeira grande transformação que nós conseguimos introduzir aqui na Secretaria foi efetivamente nós nos voltarmos para uma forma de administração e de execução onde as prioridades foram estabelecidas para os projetos e conferências para os projetos, ou seja, tentando estabelecer tipo de estrutura que busca agilidade do tipo empresarial. Eu acho que isso foi um salto que nós conseguimos. Hoje nós temos vários projetos aqui em andamento, exatamente têm avançados porque nós temos trabalhado dentro desse tipo de estruturação. São projetos que estão com equipes estruturadas com gerenciamentos, com autonomia [...] e isso efetivamente tem


permitido avançar bastante na questão ambiental. Hoje, no Distrito Federal e como eu tinha colocado, a preocupação pela a qualidade de vida tem sido um dos pressupostos fundamentais para nossa política.

E quando a gente fala em qualidade de vida - que queria reafirmar o que eu coloquei ontem aqui na abertura - que devem ser buscados os instrumentos; devem ser providenciados, disciplinados; legislação; devem ser buscados recursos; devem ser disciplinados programas no sentido que a gente busque numa luta que eu ache que é muito árdua, muito dura, mas que a gente consiga pavimentar um caminho no busca de qualidade ambiental para todos. Possibilidades de efetivamente poder propiciar esta qualidade de vida para todos, mas naquilo que diz respeito à política ambiental.

Hoje acredito que nós estamos muito bem assentados; estamos muito claros em nossos objetivos; estamos executando nossos propósitos. Temos diversos programas que vêm desde o projeto de coleta seletiva, quando você, por exemplo, leva o debate para dentro da família; para dentro de casa; para as crianças; para os adolescentes; para os adultos; da necessidade simples, um gesto bastante simples, que é a separação do lixo em casa. Aparentemente isto não tem grandes consequências, mas se a gente começar a analisar de forma mais detalhada, nós vamos perceber que implica na reversão daquilo que a gente tanto luta, que é a questão dos comportamentos diários, rotineiros, das pessoas. As pessoas começam a despertar que efetivamente a separação do lixo vai levá-las a cuidar do meio ambiente; vai levar a não jogar lixo na rua; vai levar a cuidar das árvores; vai levar a cuidar do verde; vai levar a discutir essa questão com outras pessoas.

E a gente começa a criar definitivamente, na cidade, um clima que chama à atenção de que existe efetivamente a questão ambiental. É isso, hoje, nós estamos na Asa Sul, no Plano Piloto, nós estamos com esse sistema implantado em toda Asa Sul e estamos vindo agora com a implantação também em toda a Asa Norte. Acreditamos que até o final do ano teremos toda a coleta seletiva implantada em todo o Plano Piloto e com índices de aceitação, que, talvez, sejam hoje os índices mais altos do mundo. Nem Tóquio e nem Nova York têm uma adesão de coleta seletiva como nós temos hoje no Plano Piloto.

E isso é qualidade de vida, é qualidade ambiental, quer dizer, eu acho que o Programa ISO 14.000, na medida em que ele coloca a qualidade ambiental no sentido das instituições, das



empresas, no disciplinamento das suas atividades, é mais um projeto no sentido dessa nossa estratégia, nessa nossa política, no sentido de busca.

E essa qualidade de vida para a população, através de uma política de meio ambiente, eu acredito que nós estamos no caminho certo. Fico muito satisfeito de terem escutado as palavras finais do Dr. Hélio, no sentido de que nós, efetivamente, conseguimos conquistar os objetivos que nós tínhamos aqui no nosso Seminário.

Quero, em nome do Secretário Chico Floresta, agradecer imensamente a presença de todos que se deslocaram de seus Estados e vieram aqui contribuir conosco. Eu acho que essa troca de experiência é fundamental, é muito importante, a gente só tem a ganhar, todos só têm a ganhar. Agradecer a todos aqueles também que compareceram e participaram aqui do Seminário e desejar que daqui para a frente a gente possa cada vez mais avançar no sentido de implantar todas essas proposições e toda essa legislação que a gente está trabalhando no sentido de buscar, trazer e implantar a ISO 14.000 no Distrito Federal.

Então, em nome do Secretário, encerro esse Seminário e agradeço mais uma vez a presença de todos e muito obrigado.

SOBRE O ORGANIZADOR

HÉLIO FERNANDO LÔBO NOGUEIRA DA GAMA



Bacharel em Ciências Sociais/Sociologia - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (1983); Especialista em Ciências Sociais/Sociologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (1985); Mestre em Sociologia/Estado e Sociedade - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (1999) e Doutor em Sociologia/Estudos Comparados sobre América Latina e Caribe - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (2005). Docente universitário (1986-) na área de Ciências Sociais/Sociologia, com ênfase em Lógica da Investigação Científica, tendo sido agraciado ao longo da carreira com os títulos honoríficos de Professor Homenageado (1995 e 2019), Paraninfo (2019) e outorgado com Medalha de Mérito (2006). Especialista (1986-1987) e Consultor em Assuntos Educacionais (2005). Gestor em Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente: Chefe do Serviço de Cooperação e Fomento (1995-1996) e da Assessoria de Planejamento (1996-1997) da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC do Governo do Distrito Federal - GDF; Chefe de Gabinete do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente – IEMA, Coordenador do Programa de Qualidade Ambiental ISO 14000 do Distrito Federal e da Coordenação de Planejamento Integrado e Articulação Administrativa SEMATEC/IEMA (1997-1998); Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia/Substituto do GDF (1998). Organizador e autor de vários livros, como **Turismo e Sustentabilidade** e **Ecocapitalismo e Sustentabilidade**, com dezenas de obras publicadas como capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos em anais de eventos e cursos à distância. Pesquisador em Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Teoria Sociológica e em Epistemologia e Sociologia do Turismo. Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus, Bahia, Brasil.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

I SEMINÁRIO “PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL – ISO 14.000 DO DISTRITO FEDERAL”

Hélio Fernando Lôbo Nogueira Da Gama
(Organizador)



2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)

I SEMINÁRIO “PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL – ISO 14.000 DO DISTRITO FEDERAL”

Hélio Fernando Lôbo Nogueira Da Gama
(Organizador)



2021